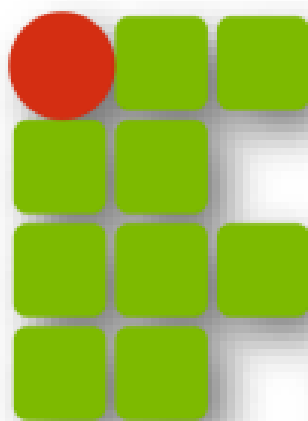




**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIRETORIA DE ENSINO
CAMPUS BRAGANÇA**



**INSTITUTO FEDERAL
PARÁ**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO IFPA
CAMPUS BRAGANÇA**

Bragança-Pará

2013

Projeto Político-Pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Campus Bragança.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Bragança

Élio de Almeida Cordeiro
Reitor

Maria Neusa
Pro-reitora de Ensino

Gerson Nazaré Cruz Moutinho
Diretor Geral

Pedro Estevão da Conceição Moutinho
Diretor de Ensino

Rodrigo Pereira Barata
Diretor Administrativo

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ (IFPA)
Direção de Ensino
Rua da Escola Agrícola, S/N
CEP: 68000-600 – Caixa Postal: / Vila Sinhá - Bragança - Pará
Fone: (91) xxxx xxxx Fax: xxxx xxxx
URL: <http://braganca.ifpa.edu.br/>

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIRETORIA DE ENSINO
CAMPUS BRAGANÇA**

**Projeto Político-Pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Pará (IFPA). Campus Bragança.**

Bragança-Pa

2013

2013 © Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Bragança

**Projeto Político-Pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)
Campus Bragança.**

**COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROJETO-POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)-
CAMPUS BRAGANÇA**

Gerson Nazaré Cruz Moutinho	Gestor
Pedro Estevão da Conceição Moutinho	Gestor
Rodrigo Pereira Barata	Gestor
Alessandra Sampaio Cunha	Técnica em Assuntos Educacionais
Robson de Sousa Feitosa	Técnico em Assuntos Educacionais
Peterson Francisco de Almeida Pantoja	Pedagogo
Patrícia Milena Silva Saldanha	Assistente Social
Emerson Araújo de Campos	Representante dos Docentes
Evandro Luiz da Luz Ribeiro	Representante dos Docentes
Nívia Maria Vieira Costa	Representante dos Docentes
Gilney Luís da Silva Alencar	Representante dos Técnicos Administrativos
José Vanderlei Araújo.....	Representante dos Técnicos Administrativos
Jonatham de Lima	Representante dos Discentes
Vitor Luiz Damasceno	Representante dos Discentes
João Batista Araújo de Paiva	Representante dos Discentes
Everson Brito Silva	Representante dos discentes
Joaquina Rodrigues de Souza	Representante dos pais
Salib David Menezes Casseb	Representante dos pais
Júlio Cezar Soares dos Santos	Representante da sociedade civil
José Rivelino Vitório Caxias	Representante da sociedade civil
Herbert da Costa Piedade	Formatação e Diagramação do Documento
Adélia de Moraes Pinto	Normalização bibliográfica

Biblioteca IFPA – Bragança/Dados para catalogação na fonte
Setor de Processamento Técnico

I59p Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Campus Bragança. Diretoria de Ensino.

Projeto Político-pedagógico do Instituto de Educação ciência e Tecnologia do Pará, Campus Bragança. / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Campus Bragança. Diretoria de Ensino. — Bragança, 2013.
117f.; il.

Impresso por computador (fotocópia).

1. Política – planejamento – Pará. 2. Projeto Político – pedagógico – Bragança – Pará. I. Título.

CDD: 379.154098115

O projeto político-pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio - político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. [...] Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Ilma Passos Veiga, 2002.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	9
2 PERFIL INSTITUCIONAL.....	11
2.1 HISTÓRICO E IDENTIDADE INSTITUCIONAL.	11
2.2 INSERÇÃO REGIONAL DO CAMPUS BRAGANÇA.....	13
2.3 FUNÇÃO SOCIAL	17
2.4 MISSÃO	17
2.5 VISÃO.....	18
2.6 VALORES	18
3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO	19
3.1 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO DO IFPA/CAMPUS BRAGANÇA.	19
3.2 CONCEPÇÃO DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS.....	21
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	28
4.1 ESTRUTURAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO	28
4.2 FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES	29
4.3 ATIVIDADES PRÁTICAS E ESTÁGIOS	34
4.4 INCORPORAÇÃO DE AVANÇOS TECNOLÓGICOS.....	39
5 POLÍTICAS DE ENSINO	41
5.1 A ATUAÇÃO NO ENSINO	43
5.2 OFERTA DE CURSO ATRAVÉS DO PROEJA.....	44
5.3 PROPOSIÇÕES RESULTANTES PARA ENSINO	46
6 POLÍTICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO	48
6.1 CONCEPÇÃO DE PESQUISA	48
6.2 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PESQUISA.....	49
6.3 PROPOSIÇÕES RESULTANTES PARA PESQUISA E INOVAÇÃO.....	50
7 POLÍTICAS DE EXTENSÃO	52
7.1 CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO	53
7.2 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DE EXTENSÃO	54
7.3 PROPOSIÇÕES RESULTANTES PARA A EXTENSÃO	55
8 POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS	56
9 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	57
9.1 CONCEPÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	57
9.2 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	61
9.2.1 Programa TECNEP.....	65

9.2.2 NAPNE	66
9.3 FORMAS DE ACESSO.....	72
9.3.1 Processo Seletivo	72
9.3.2 Do sistema de cotas	73
9.3.2 Acompanhamento dos egressos	74
9.4 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL.....	74
10 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	76
10.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A TRANSVERSALIDADE.....	76
10.2 PROPOSIÇÕES PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	77
11 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	79
12 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	82
13 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	84
13.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	84
Conselho de ensino, pesquisa e extensão.	84
Diretoria Geral:	85
Gabinete da Direção Geral:.....	87
Comissão Permanente de Licitação -CPL	87
Coordenação de Multimeios e ASCOM.....	87
Diretoria de Ensino.....	87
Coordenação de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	91
Coordenação de Extensão.....	91
Coordenação da Biblioteca	94
Núcleo de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais (NAPNE):	96
Coordenação de Estágio.....	97
Coordenação das disciplinas básicas.....	97
Coordenações dos Cursos Técnicos e Superiores	98
Coordenação Pedagógica.....	99
Comissão de Auxílio Estudantil	101
Comissão Permanente de Avaliação (CPA)	102
Diretoria de Administração e Planejamento (DAP)	102
Coordenação de Compras (CCOM)	103
Coordenação de Contratos e Licitações (CCL)	103
Coordenação de Orçamento e Finanças (CCFIN)	104
Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP)	104
Coordenação de Gestão de Materiais (CGM)	105
Coordenação de Tecnologia da Informação (CTI).....	106
Coordenação de Engenharia (COENG).....	107

Enfermaria do Campus.....	108
ORGANOGRAMA	109
13.2 INFRAESTRUTURA FÍSICA	110
Memorial Descritivo.....	110
13.3 INFRAESTRUTURA ACADÊMICA	111
Laboratórios:	111
Laboratório de Tecnologia do Pescado	111
Laboratório de Aquicultura	112
Laboratório de Edificações e geografia.....	112
Laboratório de Biologia	112
Laboratório de Química	112
Laboratórios de Física:	112
Laboratórios de Informática	112
Carreta Laboratório de Informática	112
Biblioteca:	113
Auditório:	113
13.4 INFRAESTRUTURA HUMANA.....	113
13.5 PROPOSIÇÕES QUANTO A INFRAESTRUTURA DO CÂMPUS	115
13.6 RESUMO DOS DEBATES REALIZADOS	116
14 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP – CAMPUS BRGANÇA.....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	119
ANEXOS.....	124
APÊNDICES.....	126

1 INTRODUÇÃO

O projeto político-pedagógico de uma instituição de ensino deve promover mudanças nas concepções e nas práticas cotidianas, abalizando diretrizes referentes à caminhada educativa, objetivando definir o planejamento global de todas as ações, compreendendo os direcionamentos pedagógicos, administrativos e financeiros. É um instrumento de gestão democrática que possibilita a reflexão crítica e contínua a respeito das práticas, dos métodos, dos valores, da identidade institucional e da cultura organizacional.

Pensando numa perspectiva emancipatória, o projeto político pedagógico visa uma educação de qualidade com ênfase nos valores democráticos da gestão educacional, anuindo às formas de participação e de fortalecimento da autonomia no processo educativo. Desse modo, os fios que tecem o referido projeto devem está firmado na amplitude da organicidade, na abertura ao diálogo, possibilitando integrar em práticas interdisciplinares o ensino, a pesquisa, extensão e inovação tecnológica.

Partindo da missão dos Institutos Federais com a educação pública, o Instituto Federal do Pará (IFPA) – Campus Bragança, instaura-se o processo coletivo e participativo de construção do seu PPP. Tal processo estabeleceu a definição das finalidades, dos valores, da missão, da inserção regional, das ofertas educacionais, das práticas pedagógicas, da cultura organizacional e dos referenciais orientadores de todas as ações institucionais.

O processo de elaboração do PPP do Campus Bragança tem a finalidade de implementarmos um processo democrático e, por isso, optamos pela metodologia participativa, numa perspectiva crítica e com referência nos pressupostos teórico-metodológicos. Para o desenvolvimento do processo, trilhamos por caminhos metodológicos que privilegiam o diálogo, as proposições e as interlocuções, tais como: planejamento objetivando definir a comissão como coordenadora do processo com representações da comunidade escolar, construção do cronograma geral, reuniões periódicas, realização de seminário, workshop para eleger temas a serem discutidos, encontros com a sociedade civil, favorecendo assim, para o debate com todos os segmentos da Instituição. Tal experiência coletiva assumiu um caráter

excepcional para os novos desafios políticos, pedagógicos e organizacionais dessa instituição.

Diante da diversidade de temáticas, finalidades, concepções, políticas e ações educativas, necessariamente focalizadas no Projeto Político Pedagógico de uma instituição de ensino pluricurricular como o IFPA – Campus Bragança, organizamos a estrutura geral do documento em tópicos, assim sendo: Tópico 2 – Perfil Institucional; 3 – Princípios Filosóficos e Teórico-Metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da instituição; 4 – Organização Didático-Pedagógica; 5 – Políticas de Ensino; 6 – Política de Pesquisa Inovação; 7 – Política de Extensão; 8 – Política de Gestão de Pessoas; 9 – Política de atendimento aos discentes; 10 – Política de Educação Ambiental; 11 – Políticas de Educação do Campo; 12 – Políticas de Avaliação Institucional; 13 – Estrutura Organizacional e Infraestrutura Física; 14 – Acompanhamento e Avaliação do PPP – Campus Bragança. Sendo assim, destacamos, por fim, os desafios dessa construção coletiva, no que concerne à consolidação da gestão democrática no IFPA – Campus Bragança.

2 PERFIL INSTITUCIONAL

2.1 HISTÓRICO E IDENTIDADE INSTITUCIONAL.

O IFPA, em sua trajetória nestes 100 anos de história, representa o sucesso de uma instituição de educação profissional pública, gratuita e de qualidade, que está consolidada na comunidade paraense, brasileira e internacional.

Criado em 23.09.1909 como Escola de Aprendizes Artífices do Pará, pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha, compreendia o ensino primário, cursos de desenho e oficinas de marcenaria, funilaria, alfaiataria, sapataria e ferraria. Em 1930, a Escola de Aprendizes transformou-se em Liceu Industrial do Pará, mas em 1942 passou a chamar-se Escola Industrial de Belém.

Na década de 1960 a Escola Industrial de Belém é transformada em Autarquia Federal com autonomia didática, financeira, administrativa e técnica. Passando a atuar com o Ensino Profissional em nível de 2º grau com os Cursos Técnicos de Edificações e Estradas, passando a ser chamada em 1968 de Escola Industrial Federal do Pará, posteriormente Escola Técnica Federal do Pará (ETFPA) e se instala definitivamente na Avenida Almirante Barroso nº 1155.

Em 1997 foi instituída pelo Ministério da Educação (MEC), a verticalização da Educação Profissional, em níveis Básico, Técnico e Superior. Em 18 de janeiro de 1999, a Escola Técnica Federal do Pará foi elevada à categoria de Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) com a finalidade de atuar nos níveis e modalidades da educação profissional, ou seja, o Básico, o Técnico e o Tecnológico equivalente à educação superior.

E, finalmente, o então presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, através da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 cria os Institutos Federais de Educação e Tecnologia, com o objetivo de ampliar a Educação Técnica e Tecnológica nos estados brasileiros.

No Pará o Centro Federal de Educação e Tecnologia do Pará (CEFET-PA), com sede em Belém, juntamente com as Unidades Descentralizadas de Ensino – Altamira, Marabá e Tucuruí (UNED'S) – e as Escolas Agro Técnicas de Castanhal e Marabá passam a fazer parte Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

Tecnológica. Todas essas unidades de educação passam a ser denominadas de câmpus, com autonomia administrativa e pedagógica. Foi então criada uma reitoria para administrar todos esses câmpus e o diretor atual do CEFET-PA foi reconduzido pelo MEC como Reitor Pró-tempori.

No plano de ampliação da Educação Técnica e Tecnológica do Governo Federal foi projetada no Estado do Pará, inicialmente, a construção de oito câmpus (Abaetetuba, Bragança, Breves, Conceição do Araguaia, Itaituba e Santarém), todos com objetivo de trazer melhor qualidade de vida para as populações das diversas regiões do Estado através de uma educação de qualidade buscando ofertar cursos, tanto técnicos quanto tecnológicos e de licenciaturas, que viessem atender a demanda local.

Foi então que o Município de Bragança, nordeste paraense, recebeu em seu território no dia 20 de outubro de 2008 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA – Campus Bragança), inicialmente funcionando na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jorge Daniel Ramos, enquanto o prédio definitivo do Câmpus estava sendo construído. Na oportunidade foi ofertada a comunidade, através de processo seletivo, duzentos e oitenta vagas para os cursos técnicos de Edificações, Informática, Eventos, Pesca e Aquicultura. Os Cursos Técnicos em Edificações e Eventos ofertaram duas turmas e os demais ofertaram uma turma.

Paralelamente as turmas dos cursos técnicos, foi ofertada uma turma de Licenciatura em Física, através de processo seletivo com quarenta vagas, e em julho de 2009 é ofertada a primeira turma de Licenciatura em Educação do Campo (Programa PROCAMPO), cujo objetivo principal é a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais dos municípios da região bragantina.



Figura 1: Mapa do estado do Pará com a localização de Bragança-PA

2.2 INSERÇÃO REGIONAL DO CAMPUS BRAGANÇA

Bragança é um município brasileiro do Estado do Pará. Localiza-se a uma latitude 01° 03' 13" sul e a uma longitude 46°45'56" oeste, estando a uma altitude de 19 metros. Localiza-se a 210 quilômetros da capital Belém (Figura 1). A cidade é uma das mais antigas do Estado com prédios cuja arquitetura remonta séculos passados e que nos apresenta 400 anos de história (figuras 2 e 3), comemorado pelos moradores locais 08 de julho de 2013.



Figura 3: Igreja Matriz de Nossa. Sra. do Rosário



Figura 2: Instituto Santa Terezinha

O IFPA – Campus Bragança, está localizado no município de Bragança, região bragantina, nordeste paraense, e contempla em média doze municípios dessa região (Augusto Correa, Bragança, Capanema, Ipixuna, Nova Timboteua, Primavera, Peixe-Boi, Quatipuru, Santa Luzia do Pará, Santa Maria, Tracuateua e Vizeu). Assim sendo, nestes 100 anos, o IFPA está comprometido com as exigências socioeconômicas, culturais e tecnológicas dos seus alunos, num processo de integração com o sistema de produção e no desenvolvimento regional, assumindo um papel de referência educacional, científica e tecnológica.

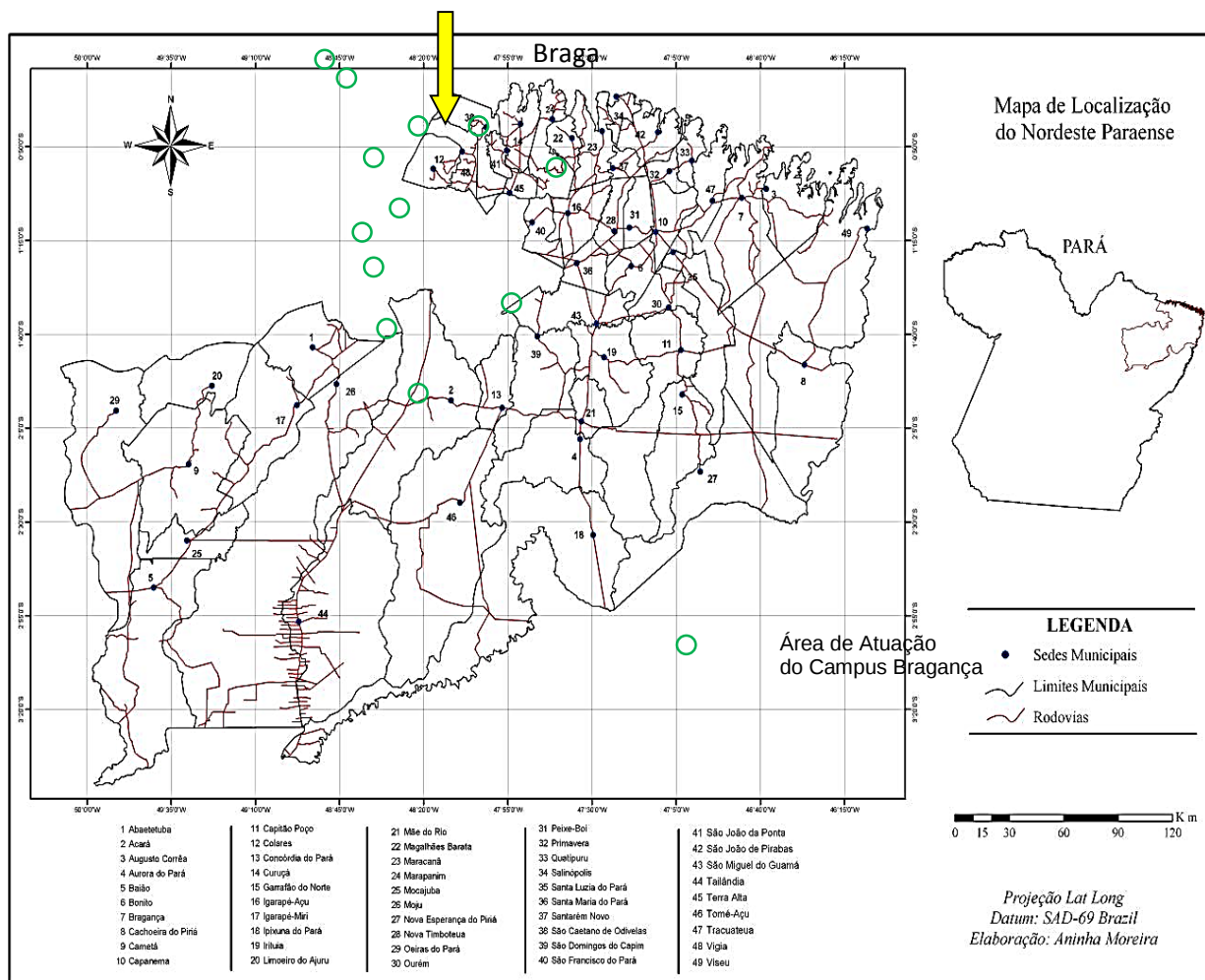


Figura 4: Mapa de Localização de Bragança e Área de Influência

Em 08 de julho de 2011 o IFPA – Campus Bragança instala-se em seu prédio, que possui uma estrutura moderníssima, com mobilidade apropriada e pronta para receber a todos que necessitarem ter acesso ao prédio. Em sua estrutura o câmpus possui um bloco pedagógico com catorze salas amplas e confortáveis. Sendo doze salas de aula climatizadas e dois laboratórios de informática cada um com quarenta máquinas e mobiliário adequado para o conforto dos usuários. Neste bloco há banheiros masculinos, femininos e banheiros para atender os portadores de necessidades específicas e, também, um elevador para os

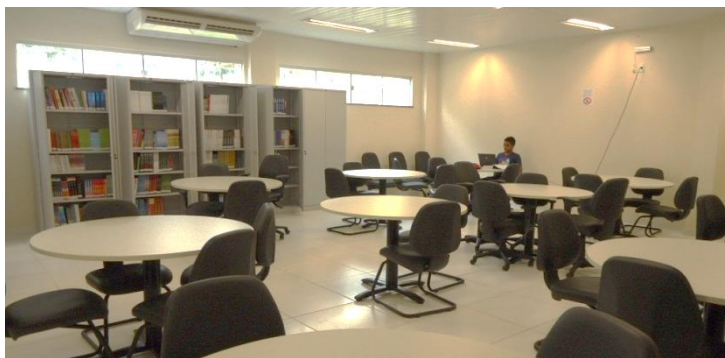


Figura 5: Área de leitura da Biblioteca

cadeirantes.

Possui um bloco com seis laboratórios equipados com materiais para atender os cursos técnicos e superiores. Os laboratórios de física, Química e Biologia são equipados para atender os cursos técnicos de Informática, Edificações, Pesca, Aquicultura, Eventos, Hospedagem, Petróleo e Gás e Agropecuária, além de atender os cursos superiores de Licenciatura em Física, Gestão Ambiental e Agroecologia. Os laboratórios de Edificações, Pesca, Aquicultura atendem os cursos técnicos e tecnológicos exclusivamente em suas áreas.

Há um bloco que abriga a biblioteca e um auditório. A biblioteca com grande acervo atual e em fase de expansão procura atender os cursos superiores e técnicos, possui um amplo espaço climatizado com mesas redondas e cadeiras confortáveis para consulta em grupo, uma sala reservada para consultas individuais e cabines para consultas eletrônicas individuais ou em grupo.



Figura 6: Auditório Prof. Alberto Regateiro

O auditório totalmente climatizado, com capacidade para duzentas pessoas sentadas em poltronas confortáveis e um ótimo sistema de áudio e som. Para recepcionar há no auditório uma sala com mobília adequada para atender as pessoas que irão participar de um evento que esteja acontecendo no mesmo. Neste complexo, biblioteca/auditório, também há banheiros masculinos, femininos e banheiros para atender os portadores de necessidades específicas.

O bloco administrativo, situado ao lado da biblioteca, abriga a Diretoria Geral, a Diretoria de Ensino e a Diretoria Administrativa, além de abrigar as coordenações de cursos, de Estágio, Núcleo de Atendimento aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), coordenações administrativa, o almoxarifado, o protocolo, a enfermaria e a sala de professores. Neste bloco, também há banheiros masculinos, femininos e banheiros para atender os portadores de necessidades específicas.

A frente do complexo biblioteca/auditório há uma ampla área de convivência equipada com duas mesas de tênis de mesa, duas mesas de pebolim, duas mesas de sinuca e cadeiras confortáveis para conversas descontraídas entre os frequentadores do câmpus.



Figura 7: Área de Convivência

Para a prática de esporte e aulas práticas de educação física há uma quadra poliesportiva, ainda não coberta e vestiários masculinos, femininos e vestiários para atender os portadores de necessidades específicas.

Na entrada do IFPA – Campus Bragança há uma guarita, que abriga os seguranças do câmpus, para atender e identificar as pessoas que querem ter acesso ao mesmo.

O IFPA – Campus Bragança, hoje com aproximadamente um mil e duzentos alunos, entre cursos de programas e cursos regulares. Oferta cursos técnicos, tecnológicos e



Figura 8: Guarita no Portal de entrada do IFPA – Campus Bragança

licenciaturas, nos três turnos. Portanto, o IFPA – Campus Bragança, a partir de outubro de 2008, vem com a proposta de participação no desenvolvimento sócio/cultural/econômico da população regional através da oferta de cursos técnicos e superiores, qualificando jovens e adultos para o exercício de sua cidadania com perspectiva de um futuro melhor através de uma formação digna e promissora.

Os Cursos Técnicos, todos ofertados na modalidade presencial, atendem os alunos advindos do ensino fundamental (oitava ou nona série), ofertando em três

anos e meio de curso o ensino integrado, que visa preparar este jovem para o mercado de trabalho e, ainda, oferecendo oportunidade de ingresso para o ensino superior, objetivando uma oportunidade de continuidade nos estudos.

Ainda para os cursos Técnicos o IFPA procura atender os alunos que já concluíram o ensino fundamental que não têm uma qualificação técnica e que procuram inserção no mercado de trabalho. Para atender essa demanda são ofertados os cursos técnicos subsequentes, em um ano e meio de curso, todos voltados para as disciplinas técnicas. Estes cursos visam preparar esse jovem para o mercado de trabalho qualificando-os, no nível técnico, e assim dando-lhes oportunidade para exercer dignamente sua cidadania através de uma qualificação técnica que lhe oferecerá maiores oportunidades neste mercado de trabalho.

Os cursos superiores são ofertados como cursos regulares e através dos programas do governo federal. Todos ofertados na forma presencial e atendem uma demanda de alunos advindos do ensino médio ou técnico através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e que fizeram opção pelo Sistema Unificado de Seleção (SISU).

Esses cursos tentam suprir as necessidades de demandas dos municípios da região bragantina e por isso a oferta de cursos, preferencialmente, se dá para as licenciaturas na qual a região tem maior carência e, também, oferta cursos na área tecnológica.

2.3 FUNÇÃO SOCIAL

Contribuir com a inclusão social e o desenvolvimento econômico e social por meio da educação, isto é, mobilizar o corpo docente e, sobretudo o discente para que ele seja um agente transformador na comunidade com base no seu conhecimento adquirido no IFPA.

2.4 MISSÃO

Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação, para o

desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes.

2.5 VISÃO

Ser uma instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, garantindo a integração e a diversidade dos saberes visando à inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho.

2.6 VALORES

- Formação Cidadã
- Inovação Científica e Tecnológica
- Qualidade e Excelência na Gestão Pública
- Ética
- Transparência e Competência
- Valorização do Servidor
- Responsabilidade Social
- Valorização da diversidade
- Desenvolvimento Sustentável

3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO

3.1 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO DO IFPA/CAMPUS BRAGANÇA.

Antes de definirmos qual currículo e quais práticas curriculares desejamos ter no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará IFPA – Campus Bragança, se faz necessário compreendermos que a conceituação de currículo estará sempre envolvida com a questão do poder, pois não existe neutralidade no currículo uma vez que ele é veículo da filosofia, ideologia e intencionalidade educacional, como podemos confirmar nas palavras de Sacristán (2000, p.15-16) ao dizer que:

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos de ensino. O currículo é uma prática na qual se estabelece diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam.

Também não é possível discutir currículo sem fazer referência à história da educação brasileira e sua relação hegemônica com o currículo escolar. No Brasil o processo de educação formal data da chegada dos jesuítas com a catequização dos nativos. Essa relação entre educação oficial e colonização tem sido uma constante ao longo da história da educação brasileira, pois desde os primórdios quem determina o que será ensinado, forma e importância social do que se ensina e se aprende são os grupos que detêm a hegemonia econômica, política e social, conforme seus interesses.

Desse modo, discutir qual currículo queremos para o IFPA – Campus Bragança exige uma reflexão em torno dos interesses antagônicos presentes nesse processo socioeducativo. Assim, definir o modelo de currículo que queremos é necessário que façamos o desvelamento da realidade, compreendendo onde estamos quais as razões de estarmos em determinado espaço e qual nossa função social e educativa. Somente desse modo poderemos afirmar que teremos uma educação crítica, reflexiva e libertadora, como almejamos.

Falar em currículo será também tratar de contextualização uma vez que ambos os conceitos estão imbricados. Trabalhar o currículo contextualizado é compreender a educação como um espaço de formação de humanos, com referenciais culturais, políticos, específicos e diversos. Para Martins (2002, p.31):

Contextualizar, portanto, é esta operação mais complicada de descolonização. Será sempre tecer o movimento de uma rede que concentre o esforço em soerguer as questões “locais” e outras tantas questões silenciadas na narrativa oficial, ao status de “questões pertinentes” não por serem elas “locais” ou “marginais”, mas por serem elas “pertinentes” e por representarem a devolução da “voz” aos que a tiveram usurpada, roubada, negada historicamente.

Entendemos o currículo como campo político-pedagógico no qual as diversas relações - entre os sujeitos, conhecimento e realidade - constroem novos saberes e reconstroem-se a partir dos saberes produzido. Nessa perspectiva a realidade é o alicerce sobre o qual o educador e educando constroem seus processos de aprendizagens. A realidade não é um elemento externo à prática educativa, mas um elemento constituinte ao processo pedagógico.

Diante do exposto, e como resultado das inúmeras discussões promovidas entre a comunidade escolar (docentes, discentes, pais e comunidade local) do IFPA – Campus Bragança, apresentamos a seguir qual currículo e práticas curriculares queremos para nosso Câmpus.

Queremos um currículo para o IFPA – Campus Bragança que:

- Seja libertador, crítico, reflexivo e que considere a realidade local como ponto de partida das ações promovidas;
- Escute e atenda as necessidades dos docentes, discentes e comunidade local dando-lhes vez e voz, tornando-lhes sujeitos ativos e protagonistas do conhecimento construído;
- Não apenas considere o saber dentro dos espaços escolares, mas que possa divulgá-lo e implementá-lo através das atividades de pesquisa e extensão para toda a comunidade bragantina e do nordeste paraense promovendo assim seu pleno desenvolvimento;
- Não atenda aos interesses hegemônicos impostos, mas que construa, a partir de suas próprias necessidades, seus caminhos curriculares;

- Seja dinâmico, dialético e dialógico dentro do contexto histórico-social-político e cultural, do tempo/espaço em que estamos inseridos, e que seja concebido como um processo em constante construção que se faz e se refaz permanentemente.

3.2 CONCEPÇÃO DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS.

Nossa compreensão de prática pedagógica leva em consideração que o conhecimento pedagógico se dá dentro e fora da sala de aula, em um movimento de encontros e desencontros; de negação, contestação e aceitação dos saberes; de possibilidades e limitações; de encantos e desencantos; de interação e mediação. Por isso, aqui será encarado como uma dinâmica que “não se esgota, ao contrário, se desdobra, se modifica, se multiplica, revela conflitos e se amplia” (BOLZAN, 2002, p. 27).

Nessa perspectiva, os pensamentos de Paulo Freire, com a proposta da Educação Libertadora, e de Demerval Saviani, com a proposta da Pedagogia Histórico-crítica corroboram com a intenção aqui pretendida de considerar que a ação educativa implica a práxis da apropriação de conhecimentos, ideias, conceitos, valores, símbolos, habilidades, hábitos, procedimentos e atitudes para a emancipação dos sujeitos e para a transformação das relações opressoras nas sociedades desiguais.

Conforme Freire (1997, p.46), apresenta, a pedagogia crítica é uma prática pedagógica dialógica, reflexiva e transformadora. A educação, assim, busca contribuir para um processo de formação e transformação social. O mesmo autor ainda esclarece:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou com a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto.

Nessa direção, a proposta de Saviani (2003), prevê que o objeto da educação congrega duas partes que se complementam. Uma identifica os elementos culturais que precisam ser assimilados pelo homem para que ele se torne

humano, e a outra discorre sobre a descoberta das formas mais adequadas para se atingir esse objetivo.

Sobre a pedagogia crítica, Saviani (2003, p. 31) indica:

Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade por meio da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino de melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes.

Além disso, a compreensão dos processos da aprendizagem humana é outro fator de extrema relevância para a prática pedagógica, uma vez que o ato de ensinar exige, de quem o exerce, certo domínio das teorias e dos mecanismos de como se aprende.

Para tanto, ensinar e aprender são processos diferentes que envolvem sujeitos também diferentes. E, por envolver sujeitos com particularidades, em nosso caso mais específico os professores e os estudantes, devem exigir metodologias, mecanismos e estratégias de ensino diversificado. Diante disso, Solé e Coll (1996, p. 19-20) expõem:

A aprendizagem contribui para o desenvolvimento na medida em que aprender não é copiar ou reproduzir a realidade. [...] aprendemos quando somos capazes de elaborar uma representação pessoal sobre um objeto da realidade ou conteúdo que pretendemos aprender. Essa elaboração implica aproximar-se de tal objeto ou conteúdo com a finalidade de apreendê-lo; [...] a partir das experiências, interesses e conhecimentos prévios, que, presumivelmente, possam dar conta da novidade. [...]. Nesse processo, não só modificamos o que já possuíamos, mas também interpretamos o novo de forma peculiar, para poder integrá-lo e torná-lo nosso.

Nesse raciocínio é preciso compreender que a prática educativa envolve diferentes sujeitos, e considerar que para sua efetivação, alguns fatores precisam estar claros, tais como: o que é aprender? Como se aprende? Quem é o sujeito da aprendizagem? O que se ensina e que metodologias de ensino podem favorecer a aprendizagem dos estudantes?

Na prática educativa é necessário que se tome alguns elementos como norteadores de sua efetivação. Dentre eles merecem destaque os seguintes:

- 1) A pesquisa como princípio pedagógico;
- 2) O trabalho como princípio educativo.

A pesquisa como princípio educativo permite a interação entre alunos e professores, o que reflete no processo educativo e formativo dos sujeitos, pois é

uma atividade fundamental para a discussão e o diálogo em sala de aula. Deve buscar a integração entre o ensino e a extensão, e implicar numa prática de fomento à iniciação científica. É por meio da pesquisa que o docente pode desenvolver uma ação pedagógica diferenciada, aplicando o princípio da ação-reflexão-ação e relacionando a teoria e a prática de forma dialógica, contextualizada, interdisciplinar e flexível.

As atitudes de pesquisador devem ser sempre despertadas no estudante, tendo a pesquisa como fonte de saber e de transformação do ambiente acadêmico em um espaço dinâmico. A pesquisa, além de ser um ato educativo, reflexivo e formativo, é um ato político, por isso “deve ser atitude cotidiana no professor e no aluno” (DEMO, 2002, p.6). Para isso é necessário estimular e desenvolver práticas de pesquisa capazes de problematizar as questões suscitadas no contexto acadêmico e na particularidade das práticas pedagógicas, criando oportunidades para que os envolvidos, crítica e cientificamente, questionem, investiguem, verifiquem, colem, comparem, analisem, examinem, descubram, compreendam, sintetizem, organizem e interpretem.

Nessa perspectiva, a relação entre educação e trabalho deve permear a prática educativa. O mundo do trabalho compreende “tanto as atividades materiais, produtivas, como os processos de criação cultural que se geram em torno da reprodução da vida” (CIAVATTA, 2005, p. 92). Infere-se, pois, que a concepção do trabalho humano deve se constituir como princípio educativo e como fundamento do conhecimento, sem reduzi-la a uma estratégia didática ou metodológica traduzida na ação de ensinar fazendo, em que se prioriza o domínio de técnicas para a resolução de problemas.

Trata-se de instituir a educação integral no ambiente acadêmico de formação profissional e tecnológica, envolvendo as relações sociais que estão nas bases do mundo do trabalho e, também, de relacionar essa educação ao conhecimento e às ações do trabalho, para que ela se efetive nos moldes da politecnia.

Para tanto, Frigotto (2005, p.60) afirma que, ao se constituir em direito e dever do cidadão, o trabalho, como princípio formativo e educativo,

[...] deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o

princípio de que a tarefa de prover a subsistência e outras esferas da vida pelo trabalho é comum a todos os seres humanos, evitando-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos que exploram e vivem do trabalho de outros.

Compreender o trabalho como princípio educativo no contexto de formação profissional é acreditar na dupla dimensão da educação (de adaptação e de emancipação), condicionando-a a uma prática pedagógica que comporte a integração entre ciência, cultura, tecnologia e trabalho.

A partir desses elementos estruturantes da prática pedagógica, devemos indicar algumas diretrizes¹ para o seu desenvolvimento no IFPA, a fim de apontar caminhos e não estabelecer um fio condutor rígido e intransponível. Para tanto, elegeu-se as seguintes propostas orientadoras:

- 1) O planejamento;
- 2) A avaliação;
- 3) A prática profissional;
- 4) Os trabalhos acadêmicos;
- 5) e os seminários curriculares.

Na educação, uma diretriz pedagógica diz respeito à organização e à gestão do fazer pedagógico. Assim, dizem respeito às ações, conteúdos e metodologias de ensino e aprendizagem. Para tanto, o objetivo principal dessa abordagem, longe de proposições prontas ou de manuais sobre como ensinar, centra-se em propiciar uma reflexão conceitual, oportunizando uma análise dos processos inerentes à prática educativa, especialmente no âmbito da mediação do conhecimento e da resolução dos conflitos.

Nesse caminho, as diretrizes pedagógicas orientam as ações que constituem os processos educacionais, articulando ensino, pesquisa e extensão. Elas apresentam alguns caminhos para efetivar a prática educativa, exigindo, assim, um repensar acerca de alguns referenciais para interrogá-la, investigá-la e adequá-la. Assim, asseguram acesso às mesmas condições de formação, promovendo-os a níveis mais elaborados de conhecimentos e de habilidades intelectual, cultural, política, científica e tecnológica, com contribuições efetivas à formação humana integral.

¹ A palavra diretriz evidencia o sentido de direção, um norte, um caminho a seguir diante dos vários contextos – sociais, profissionais ou educacionais – que dão entorno à vida.

O planejamento pedagógico é compreendido, conforme Libâneo (2004, p. 222), como um “processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Para Sacristán e Pérez Gómez (1988), planejar significa definir um tempo para pensar a prática, antes de realizá-la, organizando-a em um esquema que inclua os elementos mais importantes para intervir nela. Nesse sentido, concordamos com Vasconcellos (2002, p.35), em que “(...) planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto; é buscar fazer algo incrível, essencialmente humano: o real ser comandado pelo ideal”.

Por isso, o planejamento intrínseco à prática docente, se realizado de maneira isolada, corre o risco de restringir-se à repetição de uma proposta anterior, negando, por vezes, as chances de recriá-la, reformulá-la e de adequá-la aos novos contextos educativos. Faz-se necessário, portanto, implementar-se o princípio do planejamento coletivo.

Nesse sentido, Libâneo (2004), Vasconcellos (2002) e Zabala (1998) evidenciam que o ato de planejar coletivamente é importante, pois “a prática educativa, quando refletida coletivamente, é a melhor fonte de ensinamento teórico e, sobretudo, de práticas mais comprometidas” (ARROYO, 2000, *apud* VASCONCELLOS, 2002, p. 162).

Buscamos com essa proposta de concepção e orientação ao planejamento, estabelecer consensos e negociações de incentivos à melhoria dos planos e da qualidade das aulas; envolvermos a equipe na criação e na organização de propostas coletivas para os projetos pedagógicos de cursos e a elaboração de projetos de extensão; e fomentar a estruturação da pesquisa. Para tanto, faz-se necessário congregarmos nos planejamentos docentes, discentes, técnicos, gestores e demais segmentos comprometidos com as tomadas de decisões institucionais.

Para isso é importante assegurar espaços institucionais onde o planejamento coletivo se desenvolva, e por isso, indicamos como possibilidades os seguintes momentos:

- 1) semana pedagógica;
- 2) reuniões pedagógicas;
- 3) reuniões de grupos.

A semana pedagógica pretende planejar ações de um período letivo, por isso precisa ser organizada no início do semestre e/ou do ano letivo institucional. Além disso, pretende avaliar etapas anteriores, na direção de identificar fragilidades e fortalecer potencialidades. Assim, a semana pedagógica organiza as atividades acadêmicas para determinado período, com a participação dos docentes, da equipe técnico-pedagógica, dos gestores e dos técnicos-administrativos. É um espaço que deve abordar e desenvolver a formação continuada, com temáticas relacionadas à prática pedagógica e favorecendo a dimensão da ação-reflexão-ação nos espaços educacionais. Com data prevista no calendário de referência, a semana pedagógica – planejada e coordenada conjuntamente pela equipe técnico-pedagógica e pela Diretoria Acadêmica – pode ter programação variada, de forma a atender às diferentes demandas. (repetitivo pois já foi falado sobre planejamento e a semana pedagógica já faz parte do planejamento).

As reuniões pedagógicas desenvolvem o planejamento e o replanejamento da prática pedagógica institucional. Nas reuniões pedagógicas, é possível tanto favorecer a construção e a difusão dos saberes (estudos temáticos da docência e/ou outros estudos) quanto permitir a troca de experiências e a socialização de conhecimentos. “Além da partilha das dificuldades encontradas, tem grande relevância a colocação em comum de práticas de sucesso, pois podem despertar para novas iniciativas e, em geral, mostrar que é possível mudar a prática” (VASCONCELLOS, 2002, p. 162). As reuniões pedagógicas devem assumir o desenvolvimento da formação continuada e em serviço, tendo em vista o caráter de possibilitar a ação-reflexão-ação das práticas pedagógicas. Também, precisam debater questões relacionadas à pesquisa e à extensão, o funcionamento da Instituição (ações da gestão, tomadas de decisões coletivas, planejamento institucional, questões ligadas ao profissionalismo e à profissionalidade docente, assim como outras pautas). Devem acontecer com frequência semanal, com horários preestabelecidos e previamente distribuídos dentro da carga horária dos docentes e dos demais profissionais envolvidos.

As reuniões de grupos, inspiradas no mesmo ideário das reuniões pedagógicas, apresentam, como singularidade, a comunicação mais próxima entre áreas (afins ou não) ou entre membros de um grupo quantitativamente menor. Trata-se de momentos em que os professores planejam objetivos comuns e

direcionamentos específicos de suas aulas. Planejam também as atividades extras, os projetos integradores, os de extensão e os de pesquisas correlatas. As reuniões de grupos são um espaço fundamental de encontro e de reflexão conjunta, estreitando as diferenças, evidenciando as contradições e ampliando as possibilidades de novas conjecturas para o trabalho pedagógico coletivo.

Para o planejamento, deve-se envolver uma série de elementos importantes na busca pela concretização das vontades e necessidades expressas em sua organização, nesse sentido, apresentamos os seguintes elementos que o constituem:

- 1) os objetivos;
- 2) a organização e a seleção dos conteúdos;
- 3) os procedimentos metodológicos;
- 4) a organização dos tempos, dos espaços e dos recursos didáticos.

Os objetivos estão relacionados com a necessidade de um entendimento anterior sobre o que se pretende alcançar. E a formulação de tais objetivos está diretamente relacionada à visão de homem, de sociedade, de conhecimento e de valores sociais. Estabelecer os objetivos é a descrição clara do que se pretende alcançar como resultado da atividade pedagógica.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A organização didático-pedagógica de uma instituição de ensino em uma diretriz pedagógica que diz respeito à organização e à gestão do fazer pedagógico. Nessa direção, contemplam-se planejamento, organização didática, ações, metodologias de ensino e aprendizagem. No IFPA – Campus Bragança, o foco principal dessa abordagem, deve centra-se em proporcionar uma reflexão conceptual e organizacional, oportunizando uma análise dos processos inerentes à prática educativa, especialmente no âmbito da intercessão do conhecimento e da resolução das subversões.

Nesse sentido, a Organização Didática Pedagógica do Campus Bragança deve nortear os procedimentos didáticos a serem adotados e observados no desenvolvimento da ação educativa com base na LDB nº 9394/96 e diretrizes internas do Instituto. Dentre as estratégias a serem adotadas, constam as proposições resultantes da discussão coletiva, as quais servirão como referência para as ações desenvolvidas no processo educativo.

4.1 ESTRUTURAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO

A estrutura básica para a elaboração do projeto pedagógico e para o planejamento da oferta de novos cursos deve obedecer aos seguintes componentes:

Aspectos Gerais:

- a) Contextualização do Curso considerando os Arranjos Produtivos Locais (APL);
- b) Ato de Autorização do Curso;

Aspectos Específicos:

- a) Objetivos do Curso;
- b) Perfil Profissional e Egresso do Curso (de acordo com os APL);
- c) Requisitos de Acesso ao Curso;

- Atividades a serem desenvolvidas

- a) Organização Curricular;

- Estrutura Curricular

- a) Conteúdos Curriculares Metodológicos;
- b) Regime Letivo;
- c) Número de vagas;
- d) Corpo Docente.

- Planos de realização do Estágio
- Trabalho de Conclusão de Curso e de Atividades Complementares
- Sistema de Avaliação do Projeto de Curso

- a) Critérios e Procedimentos de Avaliação da Aprendizagem;
- b) Critérios de Aproveitamento e Procedimentos de Avaliação de conhecimentos profissionais anteriormente desenvolvidos.

- Atendimento ao Discente

4.2 FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES

A organização e a seleção dos conteúdos não se limitam apenas aos de disciplinas curriculares, devendo abranger as capacidades cognitivas, motoras, afetivas, as de relação interpessoal e as de inserção social. Os conteúdos acadêmicos compreendem os saberes que o estudante deve construir e/ou reconstruir ao longo de sua formação. Para tanto, é fundamental compreender que todo e qualquer conteúdo, por mais específico que seja, deve estar articulado com outros de natureza diversa.

Para tanto, selecionar conteúdos para a construção tanto das matrizes curriculares dos planos de cursos quanto dos projetos institucionais requer, conforme definem Coll (2003) e Zabala (1998), dois olhares que se inter-relacionam: o do princípio da interdisciplinaridade e o da abordagem de conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais.

Ao adotar a interdisciplinaridade é necessário determinar o valor de cada disciplina, discute-se em nível teórico, suas estruturas e a intencionalidade de seu

papel no currículo escolar. Esses fundamentos possibilitam entender que a interdisciplinaridade é muito mais que uma simples integração de conteúdos. Segundo a LDB,

A interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, a o contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados (BRASIL, 1999, p. 89).

Para que ocorra a interdisciplinaridade não se trata de eliminar as disciplinas, trata-se de torná-las comunicativas entre si, concebê-las como processos históricos e culturais, e sim torná-la necessária a atualização quando se refere às práticas do processo de ensino-aprendizagem.

Os conteúdos conceituais estão relacionados ao campo da ciência e da tecnologia. Desses conteúdos, ramificam-se os conteúdos factuais, referentes aos fatos, aos acontecimentos, aos dados, aos nomes e aos códigos, entre outros conhecimentos. Os conteúdos atitudinais aglutinam valores, atitudes ou normas, bem como questões sobre cooperação, solidariedade, respeito e ética correspondem, entre outros, aos compromissos filosóficos que favorecem a dimensão humana, razão e sentido do conhecimento científico. Já os conteúdos procedimentais envolvem ações relacionadas para realização de um propósito pragmático, aquilo que se aprende a fazer fazendo. Os objetivos, resultados e meios para alcançar esses conteúdos procedimentais devem ser articulados por ações, passos ou procedimentos a serem implementados e aprendidos.

Os procedimentos metodológicos dão concretude à prática pedagógica. Porém, tem-se observado que a prática pedagógica, em boa parte das escolas no Brasil, tem privilegiado apenas aulas expositivas – lineares e unilaterais – para ensinar todos os tipos de conteúdos. Mesmo as novas tecnologias e sua utilização na sala de aula, o processo de ensino e aprendizagem, para ser significativo, requer a interação entre educando, educador e objeto do conhecimento.

Como estratégias de superação dessa realidade, apresentamos como possibilidades de procedimento metodológicos as seguintes atividades: estudo de caso, resolução de problemas, desenvolvimento de projetos, pesquisa de iniciação científica, seminário, simpósio, mesa-redonda, *brainstorm*, painel integrado, exposição dialogada, estágio e prática de intervenção além de outras. Evidencia-se,

nessas atividades, a possibilidade de envolvimento, de interação e de integração dos alunos com os professores, contextualizando as práticas pedagógicas, numa perspectiva interdisciplinar, sem fragmentá-las nem dissociá-las. Dessa forma o aluno pode atuar ativamente no seu próprio processo de aprendizagem e de construção do conhecimento.

A instituição tem que priorizar espaços para o planejamento, a organização e a execução das ações didático-pedagógicas, de tal modo que permita, ao educador e ao educando, problematizar, experimentar e interagir criticamente, com o mundo material, por meio de experiências reais, dando sentido ao processo de ensino e aprendizagem. Em sua prática, o educador precisa valorizar e considerar a experiência pessoal e os conhecimentos prévios dos alunos sobre os conteúdos, de tal maneira que os discentes possam estabelecer relações entre os saberes informais e o conhecimento sistematizado adquirido na vida escolar em qualquer nível de ensino.

Como avanço na organização do planejamento pedagógico, a organização dos tempos, dos espaços e dos recursos didáticos condiciona o resultado do processo pedagógico, visto que funciona como condição objetiva para a efetivação do trabalho docente.

O tempo destinado às atividades acadêmicas deve estar distribuído no calendário de referência anual, em semestres e dias letivos, seguindo as recomendações dos regulamentos internos e aprovação coletiva desse documento. A quantidade de aulas ou de encontros é estabelecida pelas matrizes curriculares dos cursos ou pelos cronogramas dos demais projetos institucionais, priorizando-se nos horários as aulas duplas (geminadas) e o equilíbrio do número de aulas diárias por disciplina, de forma a favorecer um trabalho pedagógico mais produtivo.

Os espaços físicos onde tomam forma os processos de ensino e aprendizagem, dentro e fora da Instituição, precisam ser explorados e utilizados constantemente. É importante conhecer a estrutura física disponibilizada, perceber qual o setor que mais se adapta à atividade e conhecer as normas internas de uso e de conservação desses espaços, para poder diversificar e inovar a prática, utilizando ambientes diversos.

A mesma orientação serve ao uso dos recursos didáticos. Além dos recursos de ensino já consolidados, é necessário que se atente para o uso das novas

tecnologias de comunicação e de informação em sala de aula. É possível utilizá-las desenvolvendo uma leitura crítica, objetivando diversificar as formas de produção e de apropriação do conhecimento, o que permite tanto a familiarização dos estudantes com novas tecnologias existentes na sociedade quanto à utilização, de forma crítica, dessas tecnologias. O trabalho pedagógico com os recursos tecnológicos pode, portanto, dinamizar o processo de ensino e aprendizagem. Deve-se se atentar neste item, para a formação de quem será responsável em operacionalizar tais instrumentos.

Essas considerações devem estar presentes quando forem organizados os espaços para o planejamento na instituição. Além disso, para a concretude das práticas pedagógicas existem outros fatores que a determinam, um deles é a avaliação.

Nesse sentido, partimos da contraposição à concepção tradicional de avaliação centrada, exclusivamente, na verificação dos conhecimentos “depositados” pelo professor junto ao aluno, de forma autoritária e bancária, como enfatizam Romão (1998) e Freire (2006), e, opta-se por uma concepção de avaliação emancipatória, que, segundo Saul (2006), se caracteriza em um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. A proposta está atrelada nos dimensionamentos conceituais de emancipação, de decisão democrática, de transformação e de crítica educativa. Sendo assim:

[...] a avaliação emancipatória está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso principal desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua “própria história” e gerem as suas próprias alternativas de ação. (SAUL, 2006, p. 61)

Para tanto consideramos que a avaliação concentra de modo integrado múltiplas funções: dialógica, diagnóstica, processual, formativa e somativa.

Na função dialógica, a avaliação serve a um projeto pedagógico comprometido tanto com as variáveis do meio sociocultural no qual o educando se insere quanto com aquelas que determinam o modo de ser desse mesmo educando, a fim de possibilitar a emancipação do sujeito e, ao mesmo tempo, do seu meio (LUCKESI, 2009). Nesse sentido, “a avaliação deixa de ser um processo de cobrança para se transformar em mais um momento de aprendizagem, tanto para o aluno quanto para o professor” (ROMÃO, 1998, p. 59).

Na função diagnóstica, avalia-se para identificar o nível de conhecimentos dos alunos quanto aos conteúdos conceitual, procedimental e atitudinal, a fim de detectar erros e buscar corrigi-los, considerando esses erros como ponto de partida para a evolução da aprendizagem do aluno. Não se avalia, portanto, para, tão somente, registrar o baixo desempenho do educando, mas para investigar o modo como o aluno recebe o conhecimento.

Na função processual, reconhece-se que a aprendizagem não acontece de forma pontual, estática, mas em um constante movimento. A avaliação, sob essa perspectiva, busca priorizar a qualidade e a evolução da aprendizagem, isto é, o desempenho do aluno ao longo do período letivo, conforme orienta a LDB. Essa avaliação não se restringe apenas a uma prova ou um trabalho no final do processo, pois adotar a postura de avaliar o aluno apenas por meio de um instrumento com caráter de avaliação classificatória seria um ato reducionista do processo de ensino e aprendizagem.

Na função formativa, objetiva-se possibilitar ao aluno a tomada de decisão da atividade que ele desenvolve. Trata-se da tomada de consciência tanto do seu próprio processo de construção do conhecimento quanto dos objetivos da aprendizagem, podendo o aluno, de forma consciente, participar da regulação da atividade. O aluno pode expressar seus erros, considerando que se encontra situado em um processo de construção do conhecimento elaborado, e suas limitações, considerando que se encontra situado em um processo contínuo de acesso aos saberes, arquitetando, assim, alternativas na ressignificação do processo de ensino e aprendizagem.

Na função somativa, se expressa o resultado referente ao desempenho do aluno durante o desenvolvimento das unidades do período letivo, utilizando-se de instrumentos que possibilitem a mensuração da aprendizagem frente aos conteúdos específicos de cada disciplina, seguindo os critérios orientados pela Organização Didática da Instituição.

Avaliar relaciona-se, pois, com a busca de uma aprendizagem com sentido para o educando e também para o educador, uma vez que este deve estar, constantemente, avaliando a sua prática pedagógica. Para isso, o discente tem o direito de saber que conteúdos são focados nos ambientes da aprendizagem escolar, quais os objetivos do estudo desses conteúdos, quais as estratégias

necessárias para que se possam superar as dificuldades apresentadas no processo e quais os critérios de avaliação que serão considerados.

Assim, é necessário o professor utilizar instrumentos diversificados que possam ir além dos testes e das provas, como, por exemplo, pesquisas, relatórios, seminários e trabalhos em grupo. Esses recursos possibilitam, ao docente, identificar o desempenho do aluno nas atividades desenvolvidas e tomar decisões. Possibilitam, sobretudo, reorientar o discente a partir das dificuldades identificadas, em um constante processo de ação-reflexão-ação, considerando as orientações constantes nos regulamentos dos cursos, a natureza e as especificidades de cada área.

4.3 ATIVIDADES PRÁTICAS E ESTÁGIOS

De acordo com as orientações curriculares nacionais, a prática profissional deve ser concebida como um componente curricular obrigatório para os alunos seja nos cursos técnicos (integrados e subsequentes), seja nos cursos de graduação (em tecnologia, em engenharia e em licenciatura). É um conjunto de atividades formativas que possibilitam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício profissional, uma vez que coloca o estudante em contato com o mundo do trabalho, conforme orienta o Parecer CNE/CES 15/2005 (BRASIL, 2005). Busca-se garantir, por meio da prática profissional, a articulação entre a teoria e a prática, a fim de possibilitar a contextualização e o diálogo entre os conhecimentos no decorrer do curso. Objetiva-se, sobretudo, alcançar o perfil profissional delineado em cada curso.

Segundo o Parecer CNE/CEB 16/1999, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, “a prática profissional constitui e organiza o currículo, devendo ser a ele incorporada no plano de curso. Inclui, quando necessário, o estágio supervisionado realizado em empresas e outras instituições” (BRASIL, 1999, p. 32). Por contextualizar e colocar em ação o aprendizado, a prática profissional deve permear o decorrer de todo o curso. Por isso, supõe o desenvolvimento de atividades “[...] como estudos de caso, conhecimento de mercado e das empresas, pesquisas individuais e em equipe, projetos, estágios e exercício profissional efetivo” (BRASIL, 1999, p. 32).

A prática profissional deve estar alicerçada pela equidade, pela flexibilidade, pelo aprendizado continuado, pela superação da dicotomia entre teoria e prática e pelo acompanhamento do desenvolvimento do estudante. Não se pode, pois, reduzir a formação profissional nem a um ensino puramente baseado em teorização nem voltado apenas para o desenvolvimento de habilidades práticas, sem o embasamento do conhecimento científico e das relações sociais estabelecidas no mundo do trabalho. Essa perspectiva vai à direção do pensamento de Ciavatta (2005, p. 92) quando o mesmo elucida: “Apenas enfocando o trabalho na sua particularidade histórica, nas mediações específicas que lhe dão forma e sentido no tempo e no espaço, podemos apreendê-lo ou apreender o mundo do trabalho na sua historicidade”.

Para isso, a prática profissional tem que ser planejada, acompanhada e registrada, a fim de que se configurem em aprendizagem significativa, em experiência profissional e em preparação para os desafios do exercício profissional. Além disso, e para qualificar ainda mais esse processo, as atividades, as modalidades, o tempo, as etapas, os critérios e as formas de acompanhamento da prática profissional devem ser especificados em cada projeto pedagógico de curso.

A prática profissional pode ser realizada em diferentes espaços, como nos locais de trabalho, na comunidade e/ou nos câmpus do IFPA, resultando em relatórios feitos pelos estudantes, sob acompanhamento e supervisão de um orientador (professor). Os relatórios devem ser escritos de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e, doados ao acervo bibliográfico da Instituição. Cabe ao estudante e professor orientador entregá-los ao setor competente da biblioteca.

Nas graduações, os projetos realizados na prática profissional podem ter como resultados um relatório técnico ou uma monografia. Assim, tanto os estágios supervisionados quanto os projetos, além de se consolidarem como elementos constitutivos da prática profissional, ainda podem resultar em um trabalho de conclusão de curso, sob forma de relatório técnico, artigo ou monografia.

Segundo o Parecer CNE/CP 28/2001, a prática profissional como componente curricular “[...] terá que ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica” (BRASIL, 2002, p. 9). Assim, ela deve ser

planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e acontecer desde o início da duração do processo formativo, estendendo-se ao longo de todo o processo. Deve sempre ocorrer em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico (BRASIL, 2002).

A prática como componente curricular, ainda de acordo com o Parecer CNE/CP 28/2001, “[...] terá necessariamente a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar [...]” (BRASIL, 2002, p. 9). Por isso, a prática profissional como componente curricular deve se sustentar no desenvolvimento de projetos (integradores, técnicos, de extensão e/ou de pesquisa), no desenvolvimento de pesquisas acadêmico-científicas e, em cursos de licenciatura, nas atividades práticas das disciplinas de metodologia do ensino.

Nos cursos de licenciatura, as atividades práticas das disciplinas de metodologia do ensino são circunscritas às disciplinas de caráter didático-pedagógico (centradas, primordialmente, em conhecimentos específicos relacionados à teoria e à prática do processo de ensino e aprendizagem). A inserção dessas atividades como prática profissional está em acordo com a orientação contida no Parecer CNE/CES 15/2005, no qual se afirma: “As disciplinas relacionadas com a educação que incluem atividades de caráter prático podem ser computadas na carga horária classificada como prática como componente curricular [...]” (BRASIL, 2005, p. 3).

O estágio supervisionado é entendido como uma prática educativa e como atividade curricular intencionalmente planejada, integrada ao currículo do curso. Assim, em consonância com o Parecer CNE/CES 15/2005, o estágio supervisionado é concebido como:

[...] um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático. (BRASIL, 2005, p.3).

Dessa recomendação compreende-se que as atividades programadas para o estágio supervisionado devem manter uma relação com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno durante a sua formação e devem estar presentes nos instrumentos de planejamento curricular do curso.

Para seu encaminhamento, exige-se que seja acompanhado por um professor orientador (incluído no quadro da Instituição e vinculado à área específica do estágio), com carga horária prevista para o atendimento ao estudante durante o processo. Para concluir o estágio, é necessária a elaboração de relatório final, contendo os registros das atividades desenvolvidas, e documentos comprobatórios de frequência nos locais de estágio. Esses documentos devem ser uma ficha de acompanhamento, que apresente espaço para o preenchimento da atividade desenvolvida, com sua respectiva carga horária e aval de um supervisor.

No IFPA, há dois tipos de estágio: o estágio técnico e o estágio docente.

O estágio técnico é uma etapa para consolidar os conhecimentos específicos nos cursos técnicos, nos cursos de graduação tecnológica e nos cursos de engenharia. Esse estágio objetiva, sobretudo, possibilitar, ao estudante, o exercício da prática profissional, aliando teoria à prática, como parte integrante da formação; facilitar o ingresso do estudante no mundo do trabalho; e promover a integração com o mundo do trabalho e com a sociedade em geral.

Nos cursos de licenciatura, o estágio curricular supervisionado, tido como prática profissional obrigatória é realizada por meio de estágio docente. Esse tipo de estágio é considerado uma etapa educativa necessária para consolidar os conhecimentos da prática docente. Proporciona aos alunos dos cursos de licenciatura aprofundamento nas reflexões tanto sobre o processo de ensino e aprendizagem quanto sobre as relações e as implicações pedagógico-administrativas do ambiente escolar.

O Parecer CNE/CP 28/2001 destaca:

O estágio curricular supervisionado é pois um modo especial de atividade de capacitação em serviço e que só pode ocorrer em unidades escolares onde o estagiário assuma efetivamente o papel de professor, de outras exigências do projeto pedagógico e das necessidades próprias do ambiente institucional escolar testando suas competências por um determinado período [...]. (BRASIL, 2002, p. 10).

No caso das licenciaturas, há necessidade de se considerarem as determinações e as diretrizes contidas nos documentos vigentes para o desenvolvimento do estágio supervisionado. Há necessidade também de, ao final de cada uma das quatro etapas do estágio, o estudante entregar, como relatório parcial das atividades desenvolvidas, um relatório. Na última etapa, o conjunto dos quatro relatórios compõe o relatório final a ser entregue pelo estudante ao professor

orientador do estágio. Consideremos que cada etapa do estágio docente é composta por atividades a serem desenvolvidas pelo estudante, sob o acompanhamento de um professor orientador (do IFPA) e de um professor colaborador (da escola objeto do estágio). Os estágios docentes devem, prioritariamente, ser realizados em escolas públicas.

Com caráter de complementação da prática profissional são previstas outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais, envolvendo ensino, pesquisa e extensão. Essas atividades devem tanto manter estreita articulação com a formação do discente quanto ser definidas nos projetos pedagógicos dos cursos (com, inclusive, cargas horárias destinadas a elas). Entre outras, constituem exemplos de atividades acadêmico-científico-culturais as seguintes: a) participação em conferências, palestras, congressos ou seminários; b) participação em cursos; c) exposição de trabalhos em eventos ou publicação de trabalhos em anais; d) publicação de trabalhos em periódicos; e) coautoria de capítulos de livros; f) participação em projeto de extensão; g) participação em projeto de iniciação científica ou de iniciação à docência; h) desenvolvimento de monitoria; i) participação na organização de eventos acadêmico-científicos; j) realização de estágio extracurricular ou voluntário; k) participação em eventos esportivos, de música e dança; e outras formas.

O Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso (TAC), quando definido nos projetos pedagógicos dos cursos, constitui-se em componente curricular obrigatório. Corresponde a uma produção acadêmica que expressa às competências e as habilidades desenvolvidas ou os conhecimentos adquiridos pelos alunos durante o período de formação. Desse modo, o TAC pode ser desenvolvido a partir da verticalização dos conhecimentos construídos (advindos de projetos realizados ao longo do curso ou de pesquisas acadêmico-científicas). Assim como a prática profissional, o desenvolvimento do TAC deve ser acompanhado por um professor orientador.

Os seminários curriculares constituem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação dos saberes e das habilidades necessários à formação do estudante. São caracterizados, quando a natureza da atividade assim o justificar, como atividades de orientação individual ou como atividades especiais coletivas.

Como exemplos, podemos destacar: a) atividades de integração acadêmica, b) atividades de iniciação à pesquisa e à extensão, c) orientação de projetos integradores, d) orientação de pesquisa acadêmico-científica, e) orientação de estágio técnico ou de estágio docente, f) orientação para a prática profissional e g) orientação de produção técnica ou científica, além de outros.

4.4 INCORPORAÇÃO DE AVANÇOS TECNOLÓGICOS

O processo de avanço tecnológico nos remete a impactos positivos no campo da educação e está relacionado ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino aprendizagem, alterando o uso do tempo e espaço no ensino tradicional.

No ensino que se apropria das novas tecnologias acredita-se que professor e aluno não necessitam estar no mesmo local, porque a tecnologia anula as distâncias e possibilita que aconteçam aulas dos espaços convencionais, surgindo assim, um novo conceito de sala de aula on-line. Dessa forma, o chat, vídeo conferencia, *webconferencia*, exigem determinado tempo e espaço para seu uso, o e-mail e o fórum dispensam a simultaneidade dos tempos, embora ainda exijam um espaço adequado para uso da tecnologia.

Dentro desse universo o IFPA – Campus Bragança não é diferente, os professores já fazem uso dessas novas tecnologias como exemplo o laboratório móvel, que se constitui em uma carreta com todo o aparato tecnológico de informática, que visa essencialmente levar a educação aos pontos mais longínquos da região Bragantina, onde não há recursos de infraestrutura física e também didáticos, a fim de possibilitar o ensino aprendizagem às comunidades mais necessitadas. Sem contar que também possui modernos laboratórios de informática com processadores Intel I7 de última geração, alinhando o poder de processamento de dados, gráficos e renderização de imagens, com isso os discentes podem usufruir de aulas bem mais aprofundadas dentro dos cursos de edificações e informática, bem como outras disciplinas que usam mapas e georeferenciamento, tudo isso faz com que ele obtenha uma formação mais consistente e capacitada para o mercado de trabalho.

O IFPA Bragança também possui outras ferramentas tecnológicas que podem ser utilizadas como instrumento de ensino e aprendizagem, como o equipamento de vídeo conferência Polycom HDX7000, possibilitando com o uso desse instrumento acesso as informações em tempo real, eximindo as fronteiras físicas do conhecimento. Cita-se entre outras a lousa interativa Starboard que dentre suas funções está à capacidade de proporcionar uma nova forma de transmitir conteúdo aos discentes, pode também memorizar a aula ministrada pelo professor podendo ser reaproveitada para outra ocasião.

Há, também, a biblioteca hoje totalmente informatizada com sistema de cabines para de estudo individual fazendo com que o aluno tenha mais concentração voltada para os estudos, onde o mesmo tem a sua disposição equipamentos de tecnologia capazes de complementar sua linha de pesquisa acadêmica.

Com base na tecnologia da informação é necessária a expansão dessas inovações para o acréscimo no processo de ensino aprendizado dos alunos, através de software, equipamentos e capacitação dos servidores envolvidos, estendendo a pesquisa e extensão nos cursos e projetos na região sobre jurisprudência IFPA – Campus Bragança.

5 POLÍTICAS DE ENSINO

O ensino é relevante no processo educacional e constitui-se em uma das principais vias de acesso e de produção do conhecimento. Nesse sentido, deve caminhar a partir do conjunto de atividades planejadas, sistematizadas e avaliadas, repleto de intencionalidades. Dentre essas intencionalidades, a principal delas é produzir aprendizagem. Assim sendo, é importante que a instituição de ensino priorize, sobretudo, o ensino com o objetivo de alcançar aprendizagens. Pois, o conceito de ensino não pode está desatrelado da aprendizagem, uma vez que em virtude dessa intrínseca relação conceitual, a caracterização do ensino, funda-se na caracterização da própria aprendizagem.

No IFPA, a dimensão do ensino compõe-se dos pilares acadêmico institucional. Aliado à pesquisa, extensão e inovação o processo de ensino concretiza-se na inter-relação com os campos científicos correlatos que, permeados por articulações, interações e intervenções dos atores envolvidos no processo, propiciam, ao sujeito, a possibilidade de compreender e de transformar a realidade por meio da apropriação de novos saberes.

Nesse norte, o IFPA, deve promover um ensino de qualidade socialmente referenciado, sob os princípios da formação holística. Pautado em ações e políticas que promovam a interdisciplinaridade, a contextualização de conhecimentos nas diversas áreas, a investigação científica e a interação com as mais variadas instâncias sociais. Essa missão exige uma concepção de ensino que contemple o caráter integrador do conhecimento. Por conseguinte, faz-se necessário o equilíbrio entre formação humana e formação profissional para que todos os processos, especialmente os de ensinar e de aprender, estejam orientados segundo Paulo Freire (2003), pela dialogicidade, pela integração dos saberes, por percursos democráticos, pela participação, pelo exercício da criticidade, pela curiosidade epistemológica e pela autonomia intelectual do aluno.

O ensino no IFPA é coordenado pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), departamento responsável pela formulação de políticas de desenvolvimento do ensino na Instituição. Compete, à PROEN, propor e supervisionar as políticas e programas de ensino, garantir a identidade curricular e o desenvolvimento de políticas e ações pedagógicas previstas em legislações específicas da educação,

definir políticas visando à articulação das atividades didático-pedagógicas, à qualidade dos cursos de formação inicial e continuada, educação básica, de graduação e dos programas e projetos especiais, entre outras. Portanto a Pró-Reitoria deve planejar, coordenar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das ações e das políticas de ensino para todos os níveis e modalidades da atuação em educação profissional e tecnológica.

Nessa sequência, o Campus Bragança, deve ancora-se nos referencias das políticas travadas no IFPA, com os preceitos da gestão democrática, diálogo e a integração com a comunidade acadêmica, com objetivo de identificar necessidades, organizar processos pedagógicos, verificar ações implementadas no ensino e buscar alinhamento nos rumos dos processos pedagógicos, bem como o constante aprimoramento das práticas desenvolvidas.

Portanto o Campus Bragança deve fazer adoção do modelo de educação que propõe o conceito de Educação Integradora baseada em ações conjuntas nos pilares do Ensino, Pesquisa, Extensão e inovação, fundamentadas em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas nesse projeto político pedagógico, sendo norteado pelos princípios da ética, da sensibilidade, da política da igualdade, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

No âmbito da organização do Ensino, o IFPA - Campus Bragança, conta com o apoio institucional da diretoria Geral, de Ensino e Administrativa, da equipe técnico-pedagógica, das Coordenações de Pesquisa, Extensão e Inovação, das Coordenações de Curso, das coordenações de apoio acadêmico e apoio de todo o aparato dos demais setores, buscando o caráter transversal das ações de ensino. Desse modo, almeja-se um caráter de unidade de ações e a integração nos encaminhamentos, visando o funcionamento do ensino em rede.

5.1 A ATUAÇÃO NO ENSINO

Diante da política institucional de ensino em atendimento à função social, as necessidades educativas da região nordeste paraense e aos preceitos da reestruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica, a atuação do ensino no IFPA – Campus Bragança, incide na educação básica, na educação profissional e tecnológica e na educação superior, nas modalidades presenciais, abrange: cursos técnicos de nível médio, na forma integrada regular; subsequente; cursos superiores de tecnologia e de graduação (licenciatura); cursos de pós-graduação *lato sensu*, concluído e outros projetados; cursos e programas de formação continuada ou de qualificação profissional via Plano Nacional de Formação de Professor da Educação Básica (PARFOR), PROCAMPO, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) entre outros projetados para atender na forma PROEJA e Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (PROFIC).

Nesse sentido, visando possibilitar um conjunto de ações acadêmicas com a qualidade desejada, faz-se necessária uma permanente interlocução com as comunidades e com o seu entorno na região nordeste paraense, por meio de estudos e pesquisas das necessidades socioeducativas locais, articulada aos caminhos da formação holística, do processo produtivo e das políticas de trabalho. Partindo desse contexto, tal política de atuação deve ser implementada com a finalidade de propagar os saberes científico e tecnológico, de formar profissionais numa perspectiva integral capazes de atuar no mundo do trabalho, adotando formas diversificadas de atuação no desempenho técnico, ético e político como cidadão emancipado. Reiterando, o compromisso institucional visando contribuir com o desenvolvimento da sociedade, com a manutenção da sintonia entre as ofertas e as demandas advindas dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais de cada localidade do nordeste paraense.

Por isso o quantitativo de todas essas ofertas institucionais deve ser definido com base nos seguintes critérios: grupo efetivo de servidores (número de docentes e técnicos administrativos existentes no câmpus), relação professor/aluno, turnos de funcionamento e o foco tecnológico do câmpus com base na flexibilização e atenção às especificidades no planejamento das demandas locais.

5.2 OFERTA DE CURSO ATRAVÉS DO PROEJA

IFPA – Campus Bragança a partir de outubro de 2008 inaugura suas atividades no município de Bragança com o objetivo de trazer uma educação de qualidade para a região nordeste paraense, na qual está inserida a região bragantina, ofertando a educação nos três níveis: básico, técnico e superior.

No ensino técnico, atendendo uma especificidade do plano de criação dos Institutos Federais de Educação, devemos atender os jovens e adultos que estão fora da escola através do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Este programa visa ofertar cursos profissionalizantes integrados ao ensino médio, atendendo jovens e adultos e direcionando-os para o mercado de trabalho.

Para que possamos atender esses jovens e adultos, que estão fora da escola, através do PROEJA, devemos focar nossa preocupação nos fatores que podem vir a proporcionar a exclusão dos mesmos. É fato que a exclusão escolar de jovens e adultos, possibilita um aumento nas estatísticas da criminalidade, e para que possamos intervir nessa preocupante estatística devemos procurar metodologias educacionais de inclusão que tragam satisfação escolar ao nosso aluno que procurem cursar o PROEJA.

Neste sentido, precisamos de professores qualificados que venham dar qualidade na educação profissionalizante para jovens e adultos. O professor não deve procurar apenas os padrões tradicionais de ensino, focados principalmente no mecanicismo cartesiano, visando exclusivamente o ingresso no nível superior. Esta educação deverá ser focada na realidade do aluno, em particular para valorizar os recursos naturais existentes em cada região. O professor deve focar a realidade regional, com a participação do aluno, para que o mesmo valorize sua região e leve essa valorização a sua comunidade. Nas palavras de Chassot (2001), não devemos praticar um ensino branco, asséptico, machista e inodoro que não traz significado ao aprendizado do aluno, e muito menos o prepara para o exercício de sua cidadania.

Para tanto seria necessário que se preparasse profissionais comprometidos com a inclusão do cidadão do campo no campo. Devemos preparar professores com uma metodologia diferenciada, que leve o aluno a construir o conhecimento das ciências voltado para sua realidade e que se busque o conhecimento prévio deste aluno, o conhecimento que ele detém da sua realidade e que sirva de âncora para o

novo conhecimento (David Ausubel), trazendo assim uma aprendizagem significativa, com a participação deste aluno e o preparo de sua cidadania dentro da realidade que o mesmo vive.

Somente assim, é que se estaria praticando o objetivo fundamental da Educação, que é a inclusão do aluno na sociedade através do exercício de sua cidadania e o preparo para o mercado de trabalho. O ensino das ciências, quando com exclusividade o mecanicismo cartesiano², não poderia ser utilizado sob o risco de evasão desses alunos, pois este método científico, através da matematização das disciplinas, privilegia os cálculos matemáticos, com uso de fórmulas que muitas vezes não traz uma reflexão do fenômeno em estudo e esquece o preparo para vivência da cidadania do aluno e menos ainda o preparo para o mercado de trabalho. O ensino que se pratica há aproximadamente três séculos é voltado para resolução de problemas que na maioria das vezes não traz qualquer significado para a aprendizagem do aluno e menos ainda, contribuição para sua formação cidadã. Em poucas palavras não educa.

Nas palavras de Pinto (1989), “a educação é um processo histórico de criação do homem para a sociedade e simultaneamente de modificação da sociedade para benefício do homem” É neste sentido que devemos pensar em professores qualificados para que venham trabalhar com a educação de jovens e adultos da região bragantina, professores que reconheçam a realidade do campo, professores preocupados com uma educação que seja de inclusão deste jovem/adulto na sociedade para modificação desta sociedade em benefício do homem.

Novas metodologias devem ser adotadas para o ensino das ciências, metodologias que privilegiem a formação profissional e cidadã do aluno, principalmente para os alunos do PROEJA. Estes alunos estão à procura de uma inclusão social principalmente através do mercado de trabalho. É nossa a responsabilidade social de inseri-los neste mercado proporcionando oportunidade de preparo para exercer dignamente uma profissão técnica de nível médio, pois esses alunos têm pressa de serem inseridos profissionalmente no exercício de suas cidadanias, pois precisam buscar dignamente o sustento de suas famílias, para isso

² Método científico utilizado desde a revolução científica e bastante utilizado nas escolas atuais.

devemos praticar uma ciência com consciência (Morin, 2003) voltada para a realidade do educando.

É neste sentido que o IFPA - Campus Bragança vem propor a oferta, inicialmente, de uma turma de Técnico em Pesca na modalidade PROEJA, já no primeiro semestre de 2014 e para o ano seguinte uma nova turma de Técnico em Edificações. Este projeto deve primar por uma formação diferenciada dos jovens e adultos, pautada em metodologias que contribuam para uma aprendizagem significativa de nossos alunos, futuros profissionais do campo. Metodologias que privilegiam a formação cidadã, voltadas para o conhecimento prévio do aluno, que procurem valorizar o ambiente que o aluno convive numa ação holística para que este ensino\educação justifique uma formação diferenciada para os técnicos formados pelo PROEJA. Metodologias que privilegiem uma formação sistêmica de seus alunos, para que os mesmos criem uma consciência camponesa e se sintam felizes e orgulhosos em serem cidadãos do campo.

5.3 PROPOSIÇÕES RESULTANTES PARA ENSINO

Considerando a importância das formas de organização do ensino e ancorada nas diretrizes orientadoras e a dinâmica de reestruturação das políticas educacionais nos institutos federais no Brasil, mas precisamente, o IFPA, foi construído a partir dos grupos coletivos formados pela comunidade escolar proposições para o ensino no Campus Bragança:

- ▶ Envolver toda a comunidade institucional no processo de ensino por meio de uma gestão participativa;
- ▶ Planejamento didático-pedagógico anual, com acompanhamento semestral, envolvendo Coordenação pedagógica, Coordenação dos Cursos, Direção Geral, Direção de Ensino e Direção Administrativa;
- ▶ Socialização do planejamento com toda a comunidade do IFPA - Campus Bragança;
- ▶ Promover interação entre o IFPA Campus Bragança e seus servidores, alunos, egressos e sociedade civil;

- ▶ Criação de cursos conforme demanda local;
- ▶ Organização pedagógica;
- ▶ Comunicação integrada;
- ▶ Planejamento participativo;
- ▶ Qualificação do ensino para referência local, regional e mundial;
- ▶ Valorização a equidade de importância das diversas áreas de conhecimento;
- ▶ Promover reuniões para elaboração de planejamento integrado;
- ▶ Oportunizar a formação continuada de todos os segmentos da instituição;
- ▶ Realização de processos de revisão das ofertas educacionais;
- ▶ Definição de matrizes curriculares de referência para as ofertas educacionais;
- ▶ Reelaboração dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs);
- ▶ Construção de planos de trabalho da gestão e de todas as coordenações com os devidos planejamentos das ações a cada ano letivo;
- ▶ Formação dos colegiados de todos os cursos que são ofertados na instituição, juntamente com o Núcleo Estruturante de Curso (NDE) para melhor gestão dos referidos cursos.

6 POLÍTICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO

A pesquisa como princípio educativo, absorve novas categorias e adquire maior capacidade no âmbito educacional. Nessa condição, é necessária a fomentação de investigações dos projetos de ensino aos de pesquisa e de extensão, assim, atitudes investigativas nos processos acadêmico-formativos do IFPA, especialmente no que concerne à aplicabilidade na educação, na ciência e na tecnologia, além de possibilitar formação integrada, também desenvolve capacidades humanas de produzir novos conhecimentos.

O desenvolvimento e consolidação da pesquisa com foco na inovação tecnológica no âmbito do Sistema Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Pará vêm sendo fomentador de mudanças no contexto educacional. Nesse norte, trata-se de congregar a comunidade profissional e acadêmica atuante em nível regional nas suas diversas áreas, promovendo a socialização do conhecimento e a interação entre todos os que têm interesse na área da Educação Profissional e Tecnológica.

Assim sendo, o contexto educacional do Campus Bragança, deve sinalizar para a importância de se refletir sobre as políticas e as ações institucionais de pesquisa e de inovação, aos princípios orientadores, às diretrizes e aos indicadores metodológicos que respaldam e definem os rumos da pesquisa no IFPA.

6.1 CONCEPÇÃO DE PESQUISA

Diante das dimensões formativas, a pesquisa constitui uma prática propulsora de formação, reflexão, mudanças e inovações. Nesse sentido, o desenvolvimento sistemático da pesquisa, deve transitar por todos os ambientes educativos da instituição de ensino, com objetivo de proporcionar benefícios na produção do conhecimento, assim como na disponibilização desses resultados à sociedade quanto à formação acadêmico-científica dos atores sociais envolvidos.

No contexto do PPP, entende-se pesquisa como:

[...] um procedimento metodológico formal do pensamento reflexivo que exige um tratamento científico que se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para se descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para as

questões propostas, utilizando métodos científicos (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 43).

Considerando a concepção de pesquisa proposta neste PPP e a função social do Instituto Federal do Pará, para desenvolvimento de ações de fomento à pesquisa como princípio educativo. É imprescindível, segundo Demo (1997), a compreensão que a pesquisa pode significar condição de consciência crítica e cabe como componente necessário de toda proposta emancipatória.

Para Chauí (2003), deve-se revalorizar a pesquisa, estabelecendo não só as condições materiais de sua realização, mas, sobretudo criando novos procedimentos de avaliação que sejam regidos não pela noção de produtividade e sim pela de qualidade e de relevância social e cultural. Essa qualidade e essa relevância dependem do conhecimento, por parte dos pesquisadores, das mudanças filosóficas, científicas e tecnológicas e seus impactos sobre as pesquisas.

Nessa direção, o Câmpus Bragança, deve caminhar para o desempenho da função social e da concepção de pesquisa no âmbito educacional. Tal caminho deve trilhar na direção da reconfiguração identitária da Instituição com o propósito de alargar a atitude investigativa, entendida como atividade acadêmico-científica, a todas as ofertas no contexto educacional.

6.2 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PESQUISA

A pesquisa como integrante da práxis pedagógica – com atitudes respeitadas, ativas, processuais, críticas e reflexivas – apoia-se nos seguintes princípios:

- O científico, que se consolida em produção do conhecimento, via rigor, método e pesquisa científica;
- O educativo, que diz respeito à atitude de questionamento da realidade e de intervenção na sociedade, situando a pesquisa como princípio de formação;
- O da indissociabilidade, que propõe maior integração entre ensino, pesquisa e extensão;

- O ético, que responde pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano, regendo-se pelo respeito à dignidade da pessoa humana.

6.3 PROPOSIÇÕES RESULTANTES PARA PESQUISA E INOVAÇÃO.

As políticas e ações para o planejamento e o desenvolvimento das atividades de pesquisa no Campus Bragança sinaliza a necessidade de se pensar em indicadores favoráveis ao fortalecimento da política institucional para a pesquisa no âmbito de todos os níveis e de todas as modalidades ofertadas pelo câmpus. As proposições como diretrizes que foram apontadas na construção coletiva para o desenvolvimento da pesquisa são:

- ▶ Priorização de investimento nos programas de pesquisa para todos os cursos e modalidades ofertados no câmpus;
- ▶ Fomentação e divulgação das produções realizadas pelos grupos de pesquisa do IFPA Campus Bragança;
- ▶ Criação de novos grupos de pesquisa por área;
- ▶ Estimulação a iniciação Científica;
- ▶ Estimular a pesquisa investigativa;
- ▶ Investimento em qualificação para todos os servidores do IFPA Campus Bragança;
- ▶ Promoção de encontro anual dentro do câmpus e jornadas científicas entre os câmpus com abertura para toda a sociedade, a fim de interagir toda a comunidade escolar acerca das pesquisas e trabalhos científicos produzidos;
- ▶ Incentivar a produção de trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos por meio de pesquisas aplicadas;
- ▶ Valorização e incentivo à cultura da pesquisa na Instituição, como atividade investigativa imprescindível à vida acadêmico-científica, contribuindo com estudos que subsidiem a melhoria da qualidade do ensino e da extensão;
- ▶ Desenvolvimento da pesquisa como princípio educativo, objetivando promover a formação sujeito participativo e do profissional reflexivo, propiciando a esse sujeito a

capacidade de apropriação e de aplicação do saber científico, com vistas ao bem comum, ao crescimento pessoal e ao desenvolvimento social;

- ▶ Criação de linhas, grupos, núcleos e laboratórios de pesquisa, abertos à participação de docentes, técnico-administrativos, estudantes, primando-se pelo desenvolvimento integrado da atividade de investigação;
- ▶ Organização do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT);
- ▶ Efetivação de ações geradoras de inovação tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região;

7 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A política de extensão, no âmbito da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica do IFPA, deve ser definidas e articuladas a partir da Lei 11.892/2008, em seu Art. 7º, Inciso V, define que um dos objetivos dos institutos é o de desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Nesse sentido, o Campus Bragança precisa fomentar o processo de interação com a sociedade com a perspectiva de articular mecanismos de extensão às ações de ensino e de pesquisa, numa relação de verticalização do ensino e, ao mesmo tempo, numa relação horizontal com as comunidades interna e externa. As ações de extensão são entendidas como atividades extracurriculares, com exceção do estágio, que se configura como componente curricular obrigatório da prática profissional. Tais, ações são consideradas como atividade acadêmica, científica, cultural, esportiva, técnica ou tecnológica. Nesse sentido, as principais ações de extensão apontadas neste PPP para o Campus Bragança, são: cursos de extensão; estágio; visitas técnicas ou aulas de campo; eventos; acompanhamento de egressos; projetos acadêmicos, culturais, artísticos e esportivos; relações institucionais e parcerias; projetos e serviços tecnológicos.

É sabido por todos os que atuam na rede federal de educação profissional que o desenvolvimento de atividades de Extensão com suas respectivas coordenações fomentando projetos e objetivos, é uma realidade recente na educação profissional, seu início data do ano de 2008. Entretanto, com a ampliação dos Institutos Federais em esfera nacional, a extensão na educação profissional vem ganhando destaque e força especialmente com a criação por parte do Governo Federal de programas como Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (CERTIFIC), Mulheres Mil e PRONATEC, que demonstram a necessidade de articulações externas e parcerias para que possam ser efetivados.

IFPA - Câmpus Bragança, a extensão é identificada com uma forte articulação com a pesquisa, no qual a produção de conhecimento é dada por atividades de pesquisa, que são desenvolvidas com base nas potencialidades

regionais, cabendo para a extensão um papel importante de difundir e articular para que os resultados obtidos sejam aplicados na comunidade. Isso tem sido levado a efeito por meio dos diversos eventos que ao longo do ano são realizados na instituição.

Devemos destacar que a extensão está relacionada com as atividades de ensino no qual a articulação com o mundo do trabalho e segmentos sociais e realização de projetos por parte dos docentes cria possibilidades de inclusão profissional do egresso no mercado de trabalho, o que contribuem para a diminuição das desigualdades sociais.

A Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que institucionalizou as atividades de extensão na Educação Profissional, apresenta a relação existente entre os objetivos da extensão e os princípios e finalidade da educação profissional, atribuindo, à extensão um papel fundamental para que as instituições de educação profissional atinjam seus objetivos e metas cumprindo, dessa forma, com sua missão de fornecer ensino articulado com a pesquisa e extensão.

A Coordenação de Extensão apresenta como objetivo delineado para as atividades de extensão no Câmpus Bragança: desenvolver atividades de extensão de acordo com as finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais. Espera-se, com isso, alcançar a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos no âmbito deste instituto.

7.1 CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO

No âmbito das políticas extensionistas no Brasil, vem sendo delineado um novo paradigma para a extensão, com processo de fomento às atividades voltadas para esse campo. Contudo, partindo das mudanças ocorridas ao longo do processo histórico, as instituições de ensino ainda estão enfrentam entraves no processo de consolidação dessa dimensão acadêmica.

Partindo dos pilares das dimensões acadêmicas, a concepção de extensão significa expansão, prolongamento, ou seja, ultrapassar os limites dos muros institucionais em dois sentidos – de dentro para fora e de fora para dentro, em um movimento de ida e vinda de saberes.

Nesse sentido, a extensão deve ser compreendida como:

[...] um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (BRASIL, 2006, p. 21).

Para tanto, a extensão deve assumir o compromisso de interação com a sociedade, viabilizando-se propostas que promovam ações transformadoras da realidade social, buscando articular a extensão ao ensino e à pesquisa, conforme preconiza o Art. 43 da LDB: “promover a extensão, aberta á participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996, p. 36).

7.2 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DE EXTENSÃO

A partir do movimento de interação, a extensão no IFPA - Campus Bragança deve pautar-se nos seguintes princípios:

- indissociabilidade com o ensino, pesquisa e inovação, numa perspectiva de pilares sustentadores das práticas curriculares;
- interdisciplinaridade, abrindo-se ao diálogo entre as diferentes áreas de conhecimentos;
- relacionamento bidirecional com a sociedade, numa perspectiva dialógica de interação com grupos sociais e de troca de saberes;
- consolidação da educação, da ciência, da cultura e da tecnologia nas prioridades da localidade, da região e do País;
- realização de práticas emancipatórias, instigadoras da formação de sujeitos autônomos e de seres de direitos sociais (cidadãos ativos, responsáveis e partícipes).

7.3 PROPOSIÇÕES RESULTANTES PARA A EXTENSÃO

Considerando as discussões cultivadas acerca da concepção e dos princípios orientadores da extensão, estão as proposições discutidas coletivamente nesse PPP para o Campus Bragança.

- ▶ sensibilização aos anseios dos grupos sociais do entorno da Instituição, agregando questões originárias das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- ▶ divulgação ampla, externa e interna, das atividades extensionistas desenvolvidas pelo câmpus;
- ▶ garantia dos recursos financeiros para o desenvolvimento de programas e de projetos de extensão, com inclusão e financiamento de despesas;
- ▶ incentivo à participação de servidores e de alunos nos projetos e nos eventos artístico-culturais, científicos, esportivos, sociais e tecnológicos, tanto internos quanto externos;
- ▶ acompanhamento e avaliação sistemática da prática de estágios
- ▶ acompanhamento sistemático de egressos;
- ▶ Maior comprometimento dos professores e incentivo aos alunos para participarem de projetos;
- ▶ incentivo para o desenvolvimento de projetos de extensão;
- ▶ Conhecer a realidade local de forma integral e dialógica para projetos de extensão;
- ▶ Desenvolver atividades de extensão normatizadas, planejadas e executadas por interessados (servidores e discentes) devidamente qualificados;
- ▶ Promover políticas de apoio e oferta de curso de Cooperativismo e Empreendedorismo;
- ▶ Trabalhar, prioritariamente, projetos de Extensão de forma interdisciplinar.
- ▶ Implementação do programa de acompanhamento do egresso: este é um programa para identificar o cenário atual dos egressos do IFPA – Campus Bragança;
- ▶ Desenvolvimento de parcerias, convênios e cooperações técnicas, entre outros instrumentos legais que viabilizam os projetos de extensão.

8 POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS

As organizações que se destacam no cenário de atendimento ao público, ou mesmo serem bem valorizada pela comunidade, são aquelas que priorizarão o desenvolvimento e o bem-estar de seus talentos, gerando políticas de gestão de pessoas que preconizam sua maior valorização. Isso porque se acredita que a capacidade de uma organização de ser valorizada está diretamente relacionada à sua capacidade de reunir e produzir conhecimento, para atender com eficácia e eficiência ao público, que são as pessoas.

Gestão significa gerenciamento, administração, onde existe uma instituição, uma empresa, uma entidade social de pessoas, a ser gerida ou administrada. O objetivo é de crescimento, estabelecido pelo órgão através do esforço humano organizado, pelo grupo, com sinergia, em busca de um objetivo específico, que é atender bem os que buscam esse serviço. Assim sendo, a gestão é um ramo das ciências humanas porque tratam com grupo de pessoas, procurando manter a sinergia entre elas, a estrutura da empresa e os recursos existentes.

Os responsáveis pela gestão de pessoas no setor público devem saber motivar os servidores, para que estes se sintam importantes no órgão. Se isto acontecer, seguramente terão um melhor desempenho no trabalho. Além disso, a área de gestão de pessoas tem também a responsabilidade de exercer as práticas de gerenciamento, planejamento, avaliação, criando e mantendo um ambiente profissional e positivo na organização.

A Política de Gestão de Pessoas do IFPA - Campus Bragança busca atuar de maneira integrada com todos os setores, elaborar um plano de desempenho, com o objetivo de propor ações de capacitação e desenvolvimento de bem estar holístico para os servidores. É por esse motivo que no âmbito do setor público ações de desenvolvimento profissional são cruciais, pois os servidores podem aprender a progredir na carreira, e não só a cumprir as suas funções atuais de forma mais eficaz.

9 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

9.1 CONCEPÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Os programas de estímulo a permanência dos estudantes nas instituições públicas de ensino profissional foram construídos pelo viés histórico de transformação social, tendo como objetivo a criação instrumentos que contribuíssem na eficácia escolar. Um deles foi a Constituição de 1946, que no artigo segundo reforça que “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946, p. 48) . É importante ressaltar que a criação dos cursos profissionalizantes ocorreu para atender as pessoas de classes menos favorecidas da sociedade.

Após dez anos, a LDB de 1971 criou estratégias de escolarização e permanência do aluno nas escolas através de programas de assistência, presente no artigo 62 “aos alunos necessitados condições de eficiência escolar, visando a sua permanência nos anos de escolarização obrigatória, por meio de auxílios para a aquisição do material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar” (BRASIL, 1971, p.12).

No ano de 1972, o Decreto federal 69.927 instituiu o programa assistencial aliado à chamada “bolsa trabalho” que não só garantia o acesso à escola, mas também ao mercado de trabalho para alunos carentes. Neste período os movimentos sociais lutavam contra a política da ditadura militar, que enfatizava a educação como algo exclusivo da elite brasileira, condicionando alunos sem condições financeiras a formar estatísticas que apontavam um número significativo de evasão escolar por falta de oportunidades igualitárias.

A história dos movimentos populares perdurou por anos com a ditadura militar, obtiveram grande avanço com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que legitimou e incluiu os direitos políticos e sociais no Brasil. Vale ressaltar que em 1987 antes da promulgação da constituição, dois segmentos educacionais foram relevantes no cenário da assistência estudantil: Fórum Nacional de Pro – reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (**FONAPRACE**) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**ANDIFES**), pois defendiam a educação igualitária e assistência estudantil como instrumento

para tal fim. Mas foi com carta magna brasileira que legitimou a educação como direito social. No artigo 205, 206 parágrafo I e 214 respectivamente reforça tal proposta:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 214 – A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a integração das ações.

Com a legitimação e garantia da assistência social como direito social, e não mais com caráter de proteção assistencialista que perdurou por muitos anos na época da ditadura, os programas assistenciais foram criados para atender, pessoas em todos os âmbitos sociais que se encontravam excluídos de seus direitos à margem da sociedade, ou seja, a assistência passou a ter importância para esta clientela por ter de fato caráter de política social, que não enxerga a mesma como marginal e sim, pessoas que estão em **vulnerabilidade social**. Estes programas assistenciais também foram incluídos na área educacional como forma de garantir, instrumentalizar e criar estratégias de viabilizar condições igualitárias para o desenvolvimento do aluno conforme prevê a própria Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Vale lembrar que a criação dos primeiros programas de assistência estudantil, foram voltados inicialmente para as universidades, mas com o advento de criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAE) em dezembro de 2007 e como o Decreto 7.234/ 2010 , os programas foram de fato garantidos na educação universitária e se expandiu para as instituições federais de ensino, ciência e tecnologia, conforme artigo 4º do decreto supracitado que reforça quando descreve:

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Atualmente as instituições federais de ensino, ciência e tecnologia foram beneficiadas pelo decreto 7.234/ 2010 Programa de Assistência Estudantil (PNAES), com intuito de fortalecer a escolarização dos discentes através de ações que

proporcionem condições de ingresso, permanência e conclusão do curso, em todos os níveis de ensino. Tem como diretriz dar oportunidade prioritariamente para alunos em situação de vulnerabilidade social. Os objetivos do PNAES estão voltados a democratizar a permanência do aluno, minimizando os efeitos das desigualdades sociais, a redução da taxa de evasão escolar e, sobretudo a inclusão social pela educação.

No ano de 2012 os Institutos Federais do Estado Pará, através da resolução 134/2012 do CONSUP, regulamentaram o Programa de Assistência estudantil, baseado no decreto anteriormente citado. As ações para a permanência do aluno segundo a mesma deverão ser:

Art. 7º As ações de Assistência ao Estudante do IFPA deverão ser fomentadas nas seguintes áreas:

- 1- Moradia estudantil;
 - 11- Alimentação;
 - III- Transporte;
 - IV-Atenção à saúde;
 - V-Atendimento Psicossocial;
 - VI- Inclusão Digital;
 - VII - Cultura;
 - VIII -Esporte;
 - IX- Creche;
 - X- Apoio pedagógico;
 - XI- Apoio técnico e científico ao estudante; e
 - XII- Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.
- (INSTITUTO (2012)

Essas ações supracitadas deverão ser desenvolvidas e operacionalizadas por uma equipe multidisciplinar das áreas de: serviço social, pedagogia, saúde, nutrição, educação física, psicologia, psicopedagogia e educação inclusiva, que irão compor o Setor de Assistência Estudantil. Deverá também se institui segundo a Resolução um Fórum Interno de Assistência Estudantil em cada câmpus para acompanhamento e proposições de ações para o programa, com representação estudantil e da equipe multidisciplinar, de acordo como o que rege a Resolução 134 Capítulo VI do Acompanhamento do Aluno Artigo 16 parágrafo único:

Farão parte, obrigatoriamente do Fórum Interno de Assistência Estudantil:

- a) Um representante do Grêmio Estudantil, legalmente constituído;
- b) Um representante de cada turma;
- c) Um representante dos Diretórios;
- d) Um representante dos Centros Acadêmicos;
- e) A equipe multidisciplinar do Campus, composta por profissionais das seguintes áreas: Educação Física; Educação Inclusiva (Libras, Braille e outros); Nutrição, Pedagogia, Profissionais da área da saúde, Psicologia; Psicopedagogia e Serviço Social. (INSTITUTO (2012)

No IFPA - Campus Bragança o programa de assistência estudantil é executado desde 2009, pela Comissão de Assistência Estudantil, apenas para construção do edital de auxílio transporte e auxílio alimentação. Com a publicação do Decreto 7.234 em 2010 e a resolução 134/2012, a assistência ao estudante nos IFs do Pará, ganharam força de legitimação e operacionalização, pois até então não havia documentos legais de regulamentação do programa, que pudessem servir de bússola orientadora para a implementação e desenvolvimento das ações.

Em 2013 operacionalização e execução das ações deste programa de assistência do câmpus Bragança, são desenvolvidos pela Comissão Permanente de Assistência Estudantil, composta por 19 membros de diversas áreas do conhecimento que compõe a equipe multidisciplinar, nomeados através da portaria Nº 22/2013 GAB, 06 de março de 2013, pelo Diretor Geral do Câmpus. Suas atividades estão voltadas a concessão de auxílio transporte e alimentação através de editais, de apoio pedagógico a congressos, visitas técnicas dos cursos, incentivo ao esporte, etc.

A seleção dos alunos contemplados no Programa dar-se-á através de análise socioeconômica, entrevistas e visitas domiciliares, pela equipe técnica da Comissão. O espaço para o desenvolvimento e planejamento das ações do programa serão elaborados pela a Comissão com a participação da representação estudantil, contribuindo para que ele de fato atenda as reais necessidades dos discentes do câmpus e tornando o programa instrumento de eficiência educacional e não de caráter assistencialista, de mera concessão financeira.

Pela tal relevância e responsabilidade deste programa que atua o ano inteiro, torna-se imprescindível a criação do setor de assistência estudantil bem estruturado, com profissionais de diversas áreas capacitados para atuar exclusivamente na perspectiva estudantil, baseado nos princípios da Resolução 134/2013-CONSUP, para atender a demanda atual de aproximadamente de 1.300 alunos. Diante disso surge à necessidade e implementação legal das seguintes perspectivas:

- Infraestrutura física e humana para assistência estudantil, espaço exclusivo para atendimento e atividades do programa;
- Equipe multidisciplinar (assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, psicopedagogo, etc) exclusiva para atendimento dentro da política de assistência;

- Atividades preventivas de evasão escolar
- Orientação e conscientização sobre a política de assistência estudantil do câmpus;
- Atividades e programações acadêmicas, envolvendo a comunidade escolar em geral, tendo como foco nos programas de estímulo a permanência e conclusão do curso;
- Participação efetiva da representação estudantil no processo das ações.

9.2 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O termo educação inclusiva foi construído através dos tempos, e só de fato foi definido em 2007 com a criação da política educacional de caráter inclusivo. Por isso torna-se necessário discorrer a história, para então chegamos ao olhar de inclusão. Inicialmente a educação especial em sentido amplo era área do conhecimento voltada aos conhecimentos e práticas pedagógicas para alunos com deficiência, mas não era bem definida, principalmente, porque as pessoas com deficiência eram tratadas de forma excludentes e com total abandono.

Na Grécia Antiga, mais precisamente, em Esparta, a criança com deficiência eram eliminadas e abandonadas por determinação não da família, mas do Estado. Elas eram abandonadas sem nenhum cuidado até definharem e morrer. Nesta época a estética, beleza, a aparência saudável, as boas práticas das ciências eram prezadas e determinantes para excluírem essas pessoas que não se adequavam a sociedade. Em Atenas acontecia à mesma discriminação e descaso, o que mudava era que o Estado não interferia na decisão familiar para abandonar o filho com deficiência, mas o pai que fazia sua sentença. Se esta criança traria ou não “orgulho futuro”, cabia ao patriarca da família a fatal decisão.

Na idade Média a deficiência passou a ser interpretada como algo divino e de responsabilidade caridade cristã. As igrejas e conventos acolhiam estas pessoas em nome de uma marca “divina” de deficiência que se “impôs” por uma vontade “deísta”. A deficiência nessa época era proveniente do castigo divino pelos pecados cometidos pela família, em especial pelos pais. Outros achavam que essas pessoas entendiam que se tratava de “possessão” de forças demoníacas.

Na idade Moderna a história da educação especial no mundo ganhou outro sentido, alguns profissionais como médicos e pedagogos, acreditavam na educação

para os deficientes e desenvolveram trabalhos de cunhos pedagógicos. Ponce de Leon é considerado o precursor da história na educação para surdos. Para John Locke a deficiência era decorrente de fatores orgânicos, mas precisamente nas estruturas do cérebro. Ele contribuiu consideravelmente para o processo aprendizagem das pessoas com deficiência, por acreditar que a experiência sensorial deve basear-se na prática pedagógica. Charles Michel de L'Épée fundou a primeira escola pública para surdos. Reconhecendo a existência de uma língua de sinais específica para a comunicação de objetos e eventos concretos. Em Paris 1784, Valentin Haüy fundou o Instituto Nacional de Jovens Cegos, além de abrigá-los, ele utilizava técnicas de aprendizagem com letras em relevo. Mas foi um aluno deste instituto chamado Louis Braille que criou a sonografia, que posteriormente chamada de Braille, que até hoje é reconhecida como leitura de pontos em relevo, outra pesquisadora relevante na educação especial foi Maria Montessori que desenvolveu um processo de treinamento para crianças com deficiência mental.

No Brasil a educação especial iniciou mais precisamente entre os séculos XVIII e XIX, com as ideias liberais de democratização dos direitos para todos os cidadãos, que impulsionaram a educação das crianças com deficiência em instituições, como as Santas Casas de Misericórdia que de fato exerceram nesta época a educação das pessoas com deficiência. Foi em 1854 que inauguro-se o primeiro instituto voltado a ensino de pessoas com deficiência, O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado pelo Imperador D. Pedro II, atualmente Instituto Benjamin. E em 1857 foi criado o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro, conhecido hoje como Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Segundo Jannuzzi (2004), nessa época a concentração do poder econômico estava centralizado nas mãos de poucos, a educação para pessoas com deficiência foi fruto da sensibilização de pessoas nesta área, o governo era ligado à aristocracia rural não estava nenhum pouco interessado em promover e financiar a educação. Este mesmo autor destaca que durante muito tempo as tentativas de implantar uma educação especial foram de forma isolada e de pouca expressão.

Por volta de 1931 à deficiência foi caracterizada como trato de problema básico de saúde, os institutos escolares eram salas anexas aos hospitais psiquiátricos. Estudiosos da educação não se conformaram que a deficiência fosse apenas de ordem médica, que o processo pedagógico discorria muito, além disso. A

primeira adaptação pedagógica para as pessoas com deficiência foi à escala métrica de inteligência de Binet e Simon. Ela classificava os deficientes, mediante aos critérios de aproveitamento escolar. Mesmo com este método os profissionais desta área da educação ainda sentiam grande dificuldade de definir de fato a pessoa com deficiência, bem como as técnicas de aprendizagem.

Em 1950 foi criada AACD atualmente denominada Associação de Assistência a Criança Deficiente, que tratava da reabilitação de crianças com deficiência física, proporcionando a integração delas na sociedade. Outras associações foram criadas para melhorar o acesso dessas pessoas, o Instituto Pestalozzi (1935), A Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) que até hoje é uma instituição de movimento comunitário de maior expansão no Brasil.

A legalização do direito da pessoa com deficiência proporcionou mudanças substanciais na área da educação especial. Em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos as pessoas com deficiência têm garantia de igualdade quando no artigo I e VII respectivamente descreve:

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão de consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.(DECLARAÇÃO, 1948)

A convenção de Guatemala em 1999, também prevê a eliminação de todas as barreiras de discriminação contra as pessoas com deficiência. A Convenção da ONU em 2006, onde definiu no artigo 24 o direito das pessoas com deficiência a educação. No Brasil a Constituição federal de 1988 no artigo 206 que fala sobre o ensino, no parágrafo primeiro “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que estabelece como princípio de ensino a igualdade de condições. A lei 10.436/2002 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e outros recursos como meio legal de comunicação e expressão para surdos. A lei 10.098/00 que trata da acessibilidade. A portaria 2.678/02 do MEC que institucionaliza o Braille.

Em 2007 a Política Nacional na Educação Especial com Perspectiva Inclusiva, reforça direito da pessoa com deficiência com oportunidades igualitária na educação, levando em conta suas diversidade e limitações. Com isso a educação

especial tornou-se um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com deficiência, que abrange os diferentes níveis e graus no sistema de ensino.

Hoje as deficiências estão divididas em: Déficit Intelectual (DI), deficiente Auditivo (DA), Deficiente Visual (DV), Deficiente Físico (DF), Conduta Típica (CT), Deficiência Múltipla (DMU) e Altas Habilidades/Superdotação. Por se tratar da diversidade de deficiências a legalização trouxe um salto expressivo para educação dessas pessoas que antes eram abandonadas e excluídas do convívio social e passaram ser incluídas e ter oportunidades igualitárias no âmbito escolar.

A partir destes pressupostos a educação especial foi se entrelaçando cada vez mais na perspectiva inclusiva, principalmente com o texto da LDB que apresenta as diversas diretrizes educacionais nas diversas modalidades de ensino, Souza (2001), descreve bem tal postura quando diz: “A educação escolar tem uma tarefa clara em relação a diversidade humana: trabalhá-la como fator de crescimento de todos os processos educativos”.

Com o Plano Nacional de Educação as instituições de educação profissional tiveram além da obrigatoriedade, adaptar-se com essa nova metodologia de ensino, que vai além da formação específica com algumas habilidades técnicas, mas para uma aprendizagem mais ampla que não se encerra na preparação do indivíduo para o mercado de trabalho.

No entanto, para não confundir a Educação Profissional como mero treinamento, convém ter presente sempre que a educação profissional, enquanto modalidade de educativa, deve estar articulada com a educação básica. No caso da educação profissional de nível técnico, ela é complementar ao ensino médio. Assim as competências básicas, são asseguradas pela educação básica, são imprescindíveis à formação profissional, fazendo-se supor que, caso o aluno delas não se revele possuído, possa recuperá-las em etapas ou módulos de nivelamento, sobretudo, levando em conta as atuais condições e os resultados ainda que seja insatisfatórios da educação chamada geral (RCNEP, 2000).

Com isso a educação profissional tornou-se um espaço de formação, inclusão e de inserção social, recebendo alunos de perfil variados, que deverá atender também os que apresentam e necessitam de formas de ensino compatíveis às suas potencialidades de aprendizagem do aluno, respeitando seu desenvolvimento e suas características neste processo.

Mediante isso Morim (2000) reforça que independente das estruturas e sistemas de ensino, as escolas deverão prezar pelo princípio de unidade/diversidade

em todas as modalidades de ensino. Com isso as instituições escolares deverão desenvolver propostas e medidas de acessibilidades capazes de assegurar a inclusão social, o que reforça mais ainda dentro das instituições profissionalizantes esta prática, que esta inserida a educação especial.

A flexibilização metodológica também no ensino profissionalizante surgiu com o Decreto 2208/97, estabelecendo que os arranjos educacionais das organizações fossem de acordo com a realidade efetiva de cada ensino e a natureza das demandas existentes. Isso contribuiu para as práticas das pessoas com as mesmas deficiências, respeitando seus direitos e suas potencialidades, garantindo seu acesso e igualdade de oportunidades. Nestas instituições de ensino tornou-se imprescindível e necessário a implantação de espaços para a realização das ações voltadas educação especial e inclusiva.

O IFPA, comprometido na garantia de Educação para Todos, no ano de 1999 atende as exigências do MEC, através da portaria nº 1.679 que dispõe sobre os Requisitos de Acessibilidade de Pessoas com Deficiência. Em dezembro de 2004 através da portaria nº 394/2004 – GAB institucionalizou o Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TECNEP), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que objetivou a Inclusão, permanência e saída com sucesso, dos alunos com necessidades especiais em cursos de formação inicial e continuada, técnicos e tecnológicos na Rede Federal de Educação.

9.2.1 Programa TECNEP

Programa TECNEP, é um programa do Ministério da Educação – Secretaria de Educação Tecnológica e Profissionalizante, iniciado no ano de 2002. Propõe uma inédita política pública educacional para as Instituições Federais de Educação Técnica e Tecnológica (IFETs), estimulando o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais nos cursos regulares de nível básico, técnico e tecnológico.

9.2.2 NAPNE

Para alcançar tal meta, o Programa TECNEP orienta a cada IF's a criar um núcleo chamado de NAPNE, Núcleo de Atendimento que visa envolver os participantes do universo educacional (instituições e pessoas) a desenvolver ações na implantação do programa, buscando criar uma massa crítica de sociólogos, psicólogos, supervisores e orientadores educacionais, técnicos, administrativos, docentes, discentes e pais. O fim principal é desenvolver nessas instituições a chamada cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade humana e, principalmente, buscando a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, organizacionais e atitudinais (MEC / SETEC, 2002).

Dessa forma foram criados os NAPNE, inicialmente capacitando os próprios funcionários e posteriormente garantindo o acompanhamento dos alunos incluídos. No ano de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892 que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o IFPA passa também por um período de transição, de expansão institucional, mudanças e ampliação do universo pedagógico.

Neste mesmo ano funda-se o Campus Bragança, com o objetivo de atender a população jovem e adulta do nordeste paraense que se refere no acesso aos cursos técnicos profissionais. Em decorrência da demanda cada vez mais crescente da população estudantil no referido Câmpus cursos técnicos e tecnológicos, cursos integrados ao Ensino Médio, cursos superiores de licenciatura e tecnólogos cria-se o projeto para implantação do NAPNE – Campus Bragança que traz no bojo de sua intencionalidade a garantia da oferta de educação para todos, dado o significativo número de jovens e adultos com necessidades específicas fora do espaço escolar.

O NAPNE – Campus Bragança surge com objetivos e metas claras e bem definidas. Propõe como Objetivo geral Garantir a inclusão de alunos com necessidades especiais no IFPA – Campus Bragança, por meio da implantação do projeto NAPNE e do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para o alcance desta finalidade, apoia a Criação da equipe multidisciplinar para o atendimento, apoio e integração das diversas áreas da educação, interna e externa ao IFPA – Campus Bragança.

Com a criação do NAPNE e sua equipe multidisciplinar, organizado através de um núcleo constituído de servidores com formação diversa como psicólogo, sociólogo, orientador educacional, professores do ensino integrado e técnico, pedagogos e técnico administrativo, pretende-se alcançar algumas metas fundamentais para o acesso, permanência e saída com êxito do aluno com necessidades educacionais específicas que ingressarem na instituição. No câmpus Bragança a Coordenação do NAPNE é exercida pelo servidor Diego de Almeida Miranda, e a equipe multidisciplinar sendo compostas por 13 membros, conforme portaria 58/2012 – GAB 01 de agosto de 2012:

- Alessandra Sampaio Cunha
- Alexsandra Pinheiro Vasconcelos
- Ana Vanessa de Oliveira Torres
- Cristiane Alves Pereira
- Edileuza Amoras Pilleti
- Emerson Araújo Campos
- Loyana da Costa Souza
- Luiz Rocha da Silva
- Márcio Cleidson da Costa Silva
- Nívia Maria Vieira Costa
- Patrícia Milena Ramos e Silva
- Tânia Maria Gonçalves França

Assim sendo, para a implementação das ações atribuídas ao NAPNE, na Instituição, torna-se necessária a sua estruturação física que deve contar com:

01 Sala térrea com ar condicionado e ambiente privativo para atendimentos

02 Banheiro próximo adaptado ao atendimento de necessidades especiais da demanda (masc/fem);

03 Acesso para deficientes físicos como rampa, porta larga e outros, não só nas dependências do NAPNE, mas nos diversos ambientes da Escola.

Equipamentos

- Computador com internet e hardweres / softweres atualizados
- Impressora

- Ramal de telefone

Móveis

- Mesa redonda (reunião) com seis cadeiras
- Mesa escritório com cadeira
- Mesa para impressora
- Armário de ferro
- Arquivo de ferro
- Cadeira de roda

O NAPNE implementa ações juntamente com as organizações sociais das pessoas com necessidades específicas e com órgãos públicos da esfera municipal e estadual a fim de proporcionarem formação profissional a essas pessoas, promoverem intercâmbio com outras entidades que atendam o educando com necessidades educativas especiais e encaminhar egressos dos cursos para o mercado de trabalho. Abaixo elencamos as metas a serem atingidas no referido câmpus com a implantação do NAPNE.

- a) Organizar um espaço com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais especializados para atender a demanda institucional;
- b) Promover palestras e fixar cartazes para divulgar a existência do NAPNE a toda comunidade escolar e extra-escolar;
- c) Estabelecer um curso anual de aperfeiçoamento com carga horária de 180 h aos docentes e corpo técnico para inseri-los no mundo conceitual, técnico, científico e pedagógico da inclusão;
- d) Desenvolver reuniões mensais com a equipe gestora do NAPNE no Campus para avaliação da caminhada e elaboração de novas ações.

- **Organizar um grupo de trabalho e pesquisa com temáticas voltadas para o direito de acesso e permanência de alunos com necessidades específicas no IFPA – Campus Bragança em parceria com as demais entidades que atendem alunos com necessidades específicas.**

- a) Promover um seminário regional anual;
- b) Realizar investigações anuais para acompanhar os impactos causados na inserção de alunos com necessidades específicas a partir da criação do NAPNE/ Campus Bragança bem como elaborar artigos científicos e relatórios anuais com dados tabulados e gráficos para apresentar os resultados obtidos a cada ano.

- **Conhecer a experiência dos NAPNES Regionais no processo de Inclusão do IFPa.**

- a) Programar visitas coordenadas e sistematizadas nos NAPNES Regionais.
- b) Participar dos eventos dos NAPNES organizados pelo IFPa e pela Rede Federal de Ensino.
- c) Organizar fontes bibliográficas relacionadas à temática da Educação Inclusiva favorecendo e/ou ampliando o conhecimento desta a toda comunidade escolar.
- d) Realizar leituras sistematizadas, em grupo ou individual, para ampliar conhecimentos quanto ao trabalho desenvolvidos pelos NAPNES e outras instituições que adotam um modelo de Educação Inclusiva.
- e) Participar das Capacitações realizadas pelo TECNEP e Pelos NAPNES.

- **Elaborar e efetivar projetos de capacitação, na área da Inclusão para toda a comunidade escolar do IFPA – Bragança.**

- a) Realizar capacitações com os discentes do IFPA – Campus Bragança apresentando temas que promovam a sensibilização para a construção de uma Escola Inclusiva.
- b) Realizar capacitações para Alunos com Necessidades Específicas possibilitando o conhecimento destes de seus direitos e respectivas legislações vigentes.
- c) Garantir percentual de vagas para alunos com necessidades específicas nos projetos de formação e capacitação já ofertados no IFPa – Campus Bragança.

- **Primar pela defesa dos Princípios da Inclusão, nas ações desenvolvidas pelo IFPA – Campus Bragança.**

- a) Criar estratégias que venham garantir o acesso e permanência dos alunos com necessidades específicas nos diversos projetos e programas desenvolvidos na instituição.
- b) Criar Rede de Comunicação com outras instituições que atuam na área da Educação Inclusiva, possibilitando a troca de conhecimentos e experiências educativas.
- c) Realizar um evento anual envolvendo gestores educacionais do Município de Bragança e demais municípios próximos, nas três esferas de governo municipal, estadual e federal com propósito de divulgar e multiplicar as experiências na área da Inclusão Educacional.
- d) Organizar acervo bibliográfico envolvendo trabalhos acadêmicos, textos, artigos, revistas, livros e outros periódicos direcionados à temática da Inclusão Educacional, de livre acesso a toda Comunidade Escolar do IFPA – Campus Bragança.

• Garantir a permanência de alunos com Necessidades Educacionais Específicas o ingressos na Instituição via processo seletivo.

- a) Ofertar nos programa de bolsas para estudantes, já existentes na instituição 10% de seu percentual total a ser preenchido por alunos com necessidades específicas.
- b) Possibilitar a participação dos alunos com necessidades específicas nas seleções de bolsas de pesquisa científica ofertados pela instituição IFPA, garantindo a este a equidade na avaliação e os instrumentos necessários à sua acessibilidade.
- c) Possibilitar a participação dos alunos com necessidades específicas nas seleções de bolsas de pesquisa científica na sua área de estudo, ofertados por instituições governamentais e não governamentais que tenham como objetivo a sua formação profissional, garantindo a este a equidade na avaliação e os instrumentos necessários à sua acessibilidade.
- d) Criar projeto de acompanhamento a alunos com necessidades específicas egressos do IFPA – Campus Bragança, que garantam a sua inclusão no mercado de trabalho.

- **Atividades a serem desenvolvidas.**

- a) Produzir 01 (um) relatório anual com a situação da Inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas no IFPA – Campus Bragança, seu acesso, permanência e impactos causados;
- b) Ofertar 01 (um) curso de aperfeiçoamento anualmente, com carga horária de 180 h para os docentes e técnicos administrativos;
- c) Ofertar palestras semestrais (duas por ano);

Diante de todas as metas e ações a ser implementadas com a criação do NAPNE no Campus Bragança, espera-se alcançar os seguintes resultados:

1. Garantir o acesso e a permanência de alunos com necessidades educacionais específicas no IFPA – Campus Bragança;
2. Alcançar maior aproximação possível dos níveis de eficácia e eficiência nas avaliações de resultado do projeto, objetivando que sejam crescentes os resultados a cada ano;
3. Crescimento gradativo do nível de esclarecimento e conscientização da comunidade escolar acerca do processo de Inclusão de Alunos com Necessidades Específicas.
4. Realização das Pesquisas no campo da Inclusão de modo que o IFPA – Campus Bragança se torne referência, no nordeste paraense, neste segmento educacional;

Através da implantação do NAPNE no câmpus, pretende-se garantir:

- a) A criação de espaço físico adequado para o atendimento especializado a alunos com necessidades educacionais específicas;
- b) Criação e/ou manutenção de condições físicas e ambientais para garantia da acessibilidade de alunos com necessidades educacionais específicas no IFPA – Campus Bragança;
- c) Aquisição de equipamentos necessários à acessibilidade de alunos com necessidades educacionais específicas tais como: máquina Braille, reglete, soroban, bengala longa, livro falado, software educativos em tipo ampliado, material didático e de avaliação em tipo ampliado e em relevo, pranchas ou presilhas para prender o papel na carteira, lupas, computador com sintetizador de voz e periféricos

adaptados, recursos óticos, bolas de guiso e demais matérias pedagógicas usados para diminuir as barreiras de aprendizagem do aluno com deficiência visual;

d) Aquisição de equipamentos e instrumentos que favoreçam a comunicação e a participação do aluno nas atividades da vida escolar, tablado, softwares educativos específicos ao aluno com déficit auditivo;

e) Provisão de ensino da LIBRAS e BRAILE disponível a toda comunidade escolar;

f) Aquisição de Tecnologia Assistiva;

g) Aquisição de instrumentos e de equipamentos que favoreçam a utilização de Recursos Pedagógicos destinados a facilitar o aprendizado à alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades;

h) Aquisição de quaisquer instrumentos ou equipamentos que favoreçam o aprendizado e/ou reduza barreiras do conhecimento para alunos com deficiência.

Atualmente, temos uma estrutura limitada, contando apenas com o coordenador, no entanto, tendo em vista o aumento da demanda, com a matrícula no câmpus de dois alunos com deficiência visual (baixa visão) e um física (cadeirante) identifica-se a necessidade de uma estrutura mínima que possa viabilizar ações propostas no plano de gestão, como sensibilizar e capacitar à equipe multidisciplinar de servidores (psicólogo, pedagogos, professores do ensino médio e técnico, técnicos administrativos, gestores, pessoal de apoio) envolvidos nesta árdua tarefa.

9.3 FORMAS DE ACESSO

9.3.1 Processo Seletivo

O processo de seleção dos candidatos para ingresso nos cursos integrado e subsequente que o câmpus oferece é regulamentada por edital público específico, considerando as especificidades do público alvo, respeitando a Lei de cotas 12.711/2012, os atendimentos especiais às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Outra de seleção forma é através do Ensino Nacional do Ensino Médio (ENEM), para o ensino superior. Tanto a primeira quanto à segunda forma, são divulgadas na comunidade escolar, no município, região e no site, criando com isso oportunidades igualitárias de informação e acesso.

Os candidatos (as) serão selecionados (as) por curso/turno, de acordo com o número de vagas ofertadas, segundo o seu desempenho no Processo Seletivo.

9.3.2 Do sistema de cotas

O sistema de cotas segue as orientações da Lei 12.711/2012, ficando estabelecido em cada curso, 50% (cinquenta por cento) das vagas serão destinados aos candidatos egressos de escola pública, observado o que segue:

I – Na forma Integrada exige-se que o candidato tenha cursado todo o Ensino Fundamental em escola pública (do 1º ao 9º ano).

II – Na forma Subsequente exige-se que o candidato tenha cursado todo o Ensino Médio em escola pública (do 1º ao 3º ano).

Das vagas destinadas aos candidatos egressos de escola pública de que trata o subitem 3.1, 50% serão reservados aos candidatos com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo per capita, garantindo-se o percentual de 65% destas vagas aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Das vagas destinadas aos candidatos egressos de escola pública de que trata o subitem 3.1, 50% serão reservados aos candidatos com renda familiar bruta superior a 1,5 (um e meio) salário mínimo per capita, garantindo-se o percentual de 65% destas vagas aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Algumas propostas para melhorar o acesso da população ao IFPA Campus Bragança são:

- Realização de estudos para a escolha dos cursos, a partir do levantamento com a comunidade local e circunvizinhança;
- Infraestrutura para a realização dos cursos de pós-graduação no câmpus;
- Parcerias com as comunidades para a divulgação dos cursos e processos seletivos do câmpus;
- Orientação e mobilização da comunidade escolar em geral neste processo;
- Melhorar a divulgação e acessibilidade das informações dos processos seletivos, rádio, televisão, internet, outdoor, panfletos, etc.
- Os cursos oferecidos deverão ter corpo técnico para seu desenvolvimento, professores compatíveis com as disciplinas.
- Realização de eventos informativos do processo seletivo para a comunidade geral.

- Equipamentos e tecnologias assistivas para as pessoas com deficiência durante esse processo, bem como pessoas com conhecimento nesta área.

9.3.2 Acompanhamento dos egressos

O Observatório de Acompanhamento dos egressos no mercado de trabalho é um instrumento importante para os institutos federais para análise e estatísticas das demandas de curso, bem como planejamentos de ações facilitadores destes na carreira profissional.

O Campus Bragança deverá criar um setor que desenvolva ações deste cunho, para que haja melhorias na inserção dos egressos no mercado trabalho, com profissionais capacitados, que visem essa demanda como peça importante para imagem da instituição em Bragança como na sociedade em geral, inclusive para oferta de cursos.

9.4 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

A construção do grêmio dar-se-á pela necessidade dos alunos articularem dentro do próprio câmpus, como espaço de luta e debate político-social, visando melhorias da educação no Campus Bragança. Com o intuito de normatizar e fomentar a organização e participação dos estudantes de curso técnicos e superiores nas questões de interesse coletivo e individual, promovendo a discussão, a formação de ideias, projetos acadêmicos, científicos, sociopolíticos e de reconhecer, estimular e levar adiante a luta dos estudantes representados em defesa de suas necessidades reais. Promover e organizar reuniões, encontros, palestras, conferências, debates e certame de caráter social, político, econômico, cultural, científico, artístico e desportivo, atividades que visam à complementação e o aprimoramento da formação acadêmica curricular. Também lutar pela ampla participação desta representação nos órgãos colegiados, nos programas de assistência estudantil e no Conselho Diretor.

Para que a representação estudantil de fato possa ser construída e fortalecida, torna-se necessário o apoio da instituição tanto na infraestrutura quanto

na organização, principalmente que enxergue como aliado no processo educacional no IFPA – Campus Bragança, partindo do princípio de cidadania que visa à construção de uma sociedade livre e democrática a partir da educação, lutando como forma crítica, autônoma e justa socialmente.

10 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No âmbito da política da Educação Ambiental tem observado mudanças de paradigma que implica tanto uma revolução científica quanto política. As revoluções políticas decorrem do sentimento que se desenvolve em relação à necessidade de mudanças. Tais revoluções não mudam apenas a ciência, mas o próprio mundo, na medida em que incidem na concepção que temos dele e de seu caminho (Kuhn, 1969).

A educação ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado. Nesse sentido, a educação ambiental deve, portanto, ser direcionada para a cidadania considerando seu sentido de pertencimento e co-responsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais.

Nessa direção, trata-se de construir uma cultura na instituição de ensino ecológico que compreenda natureza e sociedade como dimensões intrinsecamente relacionadas e que não podem mais ser pensadas — seja nas decisões governamentais, seja nas ações da sociedade civil — de forma separada, independente ou autônoma (Carvalho, 2004).

Desse modo, a Educação Ambiental é uma dimensão da educação, tal dimensão perpassa nas atividades intencionais da prática social que deve contribuir para o desenvolvimento individual em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

10.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A TRANSVERSALIDADE

Diante da orientação da nova LDB quanto à inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), as instituições públicas brasileira encontram-se perante uma responsabilidade no que concerne à formação do sujeito e à capacitação de educadores ambientais. Nesse sentido, deve-se considerar, inclusive, as orientações do CFE (Parecer nº 226/87,

quanto ao caráter interdisciplinar), a Constituição Federal, aponta a Educação Ambiental como obrigatória em todos os níveis de ensino, MEC (1995).

Partindo dessa lógica, os PCN reiteram que o ensino deve considerar as esferas local e global, favorecendo tanto a compreensão dos problemas ambientais em termos macros (político, econômico, social, cultural) como em termos regionais. Desse modo, os conteúdos de Educação Ambiental integram-se no currículo escolar a partir de uma relação de transversalidade, a fim de impregnar a prática educativa, exigindo do professor uma readaptação dos conteúdos abordados na sua disciplina, o que condiz com resoluções do Conselho Federal de Educação e de conferências nacionais e internacionais, que reconhecem a Educação Ambiental como uma temática a ser inserida no currículo de modo diferenciado, não se configurando como uma nova disciplina.

Assim sendo, as diretrizes apontadas no âmbito da política de educação ambiental nesse PPP para o Campus Bragança, sinaliza uma educação que forma para a cidadania. Nesse norte, a educação ambiental deve ser transversal para todos os níveis e modalidades de ensino com orienta os PCNs, além de se fazer necessária como componente curricular nos PPCs mais direcionado na área ambiental, com objetivo de construir possibilidades de formar seres humanos que sejam co-responsáveis pelo mundo que habitam.

Considerando a necessidade de incorporar as dimensões mais amplas de educação ambiental como um caminho para o ensino com finalidade de despertar no ser humano atitudes de contribuir para um mundo mais ético que priorize o respeito à vida, foram construídas proposições para Educação Ambiental ancoradas nas diretrizes orientadoras para Campus Bragança.

10.2 PROPOSIÇÕES PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Promover formação continuada aos docentes, visando ao entendimento de conceitos como transversalidade, metodologias participativas, etc;
- Orientações Pedagógicas Gerais para Inserção da Educação Ambiental por meio dos Temas Transversais e reflexão sobre as orientações pedagógicas com ênfase na definição dos objetivos educacionais como norteadores da inserção dos temas transversais nos cursos ofertados no Campus Bragança;

- Desenvolvimento de processo de reflexão mais aprofundado sobre as questões pedagógicas e metodológicas envolvidas na Educação Ambiental, com a finalidade de uma estruturação das questões e ações de educação ambiental nos PPCs;
- Identificação dos problemas e das potencialidades ambientais da região, que possam ser utilizados em Educação Ambiental nos cursos e modalidades.
- Promover um inventário florístico e faunístico do espaço onde o câmpus encontra-se, e para assim haver um processo de gestão de ocupação do espaço de forma mais coerente e sustentável;
- Instigar ações ambientais pontuais e não pontuais, e em parceria com outros atores, quer sejam do contexto institucional (IFPA) como também, de outras instituições e sociedade civil;
- Promover eventos que fomentem a educação ambiental no decurso do ano letivo académico da instituição;
- Instigar por meio de sinalização o consumo consciente de recurso como: energia, água e materiais de expediente etc;

11 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

O IFPA – Campus Bragança apresenta turmas de formação de professores para a Educação do Campo através do PARFOR e do PROCAMPO, esse quadro, apresenta o interesse do câmpus em desenvolver estratégias para a formação de professores para o campo, seguindo as diferentes diretrizes do debate que se tem pautado no país, por meio de movimentos sociais e sindicais, instituições de ensino, professores e pesquisadores. Nessa perspectiva, é imprescindível que se apresente o nosso entendimento sobre a Educação do Campo, bem como o que vem orientando essa formação no Campus Bragança.

O debate sobre a Educação do Campo vem sendo construído desde o final da década de 1990, quando os sujeitos do campo, expressos especialmente, pelos movimentos sociais e sindicatos do campo em mobilização criaram a Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, ou seja, uma educação que se identifique com os sujeitos do campo em contraposição a escola rural que historicamente nega as suas identidades.

Quando nos referimos a campo, tomamos como referência a fala de Molina³ que o apresenta como espaço/território de luta dos trabalhadores (as) rurais, em que os sujeitos do campo lutam e se organizam no sentido de construir uma determinada compreensão de educação e de processos formativos vinculados às condições sociais de garantia da sua própria (re)produção enquanto força de trabalho, na relação com a terra, o que faz desse ponto central de discussão da educação do campo.

Nesse caminho, são as condições materiais de vida e o trabalho no campo que definem a especificidade e a identidade dessa educação. No dizer de Caldart (2004, p. 149), uma identidade marcada pela “luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito a uma educação que seja no e do campo”. O que torna a política pública educacional indispensável na construção e afirmação desta educação.

³ Conferência: Desafios atuais da educação do campo nas políticas, nas pesquisas e na formação de educadores, proferida no dia 29 de agosto de 2012 no I Seminário da Licenciatura em Educação do Campo do Pará e Amapá e III Encontro de Pesquisa em Educação do Campo do Estado do Pará, realizado na Universidade Federal do Pará (UFPA)

A Educação do Campo como categoria dialética, ampla e complexa busca integrar e valorizar as diversas identidades dos sujeitos do campo, tais como ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, pequenos agricultores, extrativistas, povos indígenas, pescadores, assentados, camponeses, povos das florestas, caipiras, roceiros, meeiros, sem-terra, agregados, caboclos, e outros (CALDART, 2002)

Para Munarim (2011, p. 10) “Educação do Campo trata-se de uma concepção forjada a partir da luta pela terra e por políticas públicas empreendidas pelos movimentos sociais do campo”. Para este autor “o principal berço de origem é a luta dos trabalhadores rurais sem-terra, que desde a década de 1980, reivindicam escola pública em cada acampamento ou assentamento da Reforma Agrária” (Ibidem, p. 10). Adverte ainda que “a Educação do Campo significa, antes de tudo um território de cidadania que vem sendo construído e disputado tanto no âmbito das práticas pedagógicas quanto das políticas públicas ou da relação Estado - sociedade civil organizada” (Ibidem, p. 30).

Nessa mesma perspectiva, Caldart (2011, p.147-148) afirma,

A Educação do Campo é um movimento real de combate ao *atual estado de coisas* produzido pelos trabalhadores “pobres”, trabalhadores sem-terra, sem trabalho, sem escola, dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra o formato de relações sociais que determina esta sua condição de falta (Grifo da autora)

E ainda, apresenta:

A Educação do Campo nasce das lutas sociais pelo direito à educação, configurada desde a realidade da luta pela terra, pelo trabalho, pela igualdade social, por condições de uma vida digna de seres humanos, no contexto de uma sociedade capitalista, com as características específicas que assume a forma histórico-social brasileira (Ibidem, p. 148)

Em uma Palestra⁴ Arroyo enfatiza que o modelo de Educação do Campo que vem sendo construído não se propõe a melhorar a escola rural, mas se contrapor à histórica e decadente escolinha rural. Trata-se de um projeto de escola que busca a mesma direção dinâmica, de tensões, e contradições do movimento por terra e Reforma Agrária, onde os sujeitos responsáveis por essa construção são os próprios trabalhadores do campo, ou seja, “sujeitos que não haviam antes ocupado a cena educacional brasileira” (MOLINA; FREITAS, 2011, p. 18) que organizados e articulados passaram a protagonizar o Movimento de Educação do Campo.

⁴ Tema da palestra: “Educação do Campo: desafios políticos e epistemológicos” proferida no dia 16 de novembro de 2011 no II Seminário de Pesquisa m Educação do Campo: desafios teóricos, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Um dos fundamentos da Educação do Campo está preocupado em pensar o mundo a partir do lugar em que vivemos, pois quando pensamos o mundo como referência a um lugar que não vivemos, idealizamos um mundo não vivido, ou seja, vivemos um não lugar. Para Fernandes (2004) é isso que tem acontecido com os povos do campo, uma vez que historicamente essa população tem sido levada a pensar o mundo e o próprio lugar tendo por base a cultura urbana. Esse modo de pensar interfere na formação cultural do indivíduo, condição fundamental para a construção da própria identidade.

Nesse sentido, a Educação do Campo é uma ação coletiva protagonizada pelos sujeitos do campo em contraposição a precariedade e desigualdade de condições e acesso à educação escolar por esses sujeitos e garantir o direito desses a uma educação que valorize seus saberes, experiências, processos de socialização e produção de trabalho e modos de vida no campo. É uma educação que busca construir uma nova teoria e epistemologia capaz de romper com a colonialidade do saber em grande parte impregnada por tendências, e concepções assentadas no paradigma de racionalidade e sociabilidade urbanocêntrica, de forte inspiração e orientação eurocêntrica.

Assim, apresentamos algumas diretrizes que orientam a concepção e a formação de professores para a Educação do Campo no IFPA – Campus Bragança

- Respeito às raízes culturais, identitárias dos povos do campo;
- Formação específica para trabalhar no campo garantindo do direito público à educação;
- Formação de educadoras e educadores do campo a partir da dinâmica social, política e cultural existente no campo e através das lutas dos movimentos sociais por seus direitos a terra, território, modo de produção camponês, à educação e à escola;
- Formação que incentive e proponha formas de permanência do sujeito no campo, com qualidade de vida usando a terra de forma a retirar dela seu sustento, de maneira a preservar o meio em que está inserido;
- Colaborar efetivamente para o desenvolvimento de um processo ensino aprendizagem mais identificado com os objetivos da educação, da sociedade e da realidade regional, voltada a realidade do campo e seus sujeitos e suas identidades.

12 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional ocorre no IFPA - Campus Bragança, através da Comissão Própria de Avaliação (CPA), composta por dois representantes de professores, dois representantes de técnicos administrativos, dois representantes de alunos; dois representantes da sociedade civil.

A CPA do Campus Bragança foi instituída de acordo com a Lei nº 10.861/2004 do Sistema Nacional de Avaliação na Educação Superior (SINAES) e tem como objetivo avaliar a qualidade do processo ensino-aprendizagem, bem como a infraestrutura física ofertada pelo Câmpus. Na perspectiva de buscar a melhoria contínua da qualidade dos serviços ofertados à comunidade, a CPA do câmpus foi criada em maio de 2011, porém efetivada em março de 2012, com as adequações necessárias orientadas pela PROEN. Tal fato ocorreu devido situações e dificuldades estruturais como o funcionamento das atividades na sede do Câmpus, ocorrido efetivamente a partir da sua inauguração em julho de 2011. Além disso, somente após a greve dos servidores públicos federais (agosto a outubro de 2011), as ações da Comissão foram efetivamente iniciadas.

A Comissão citada aplica os questionários para os professores que ministraram aulas para o determinado curso que está sendo avaliado, também para os Técnicos Administrativos e alunos do curso avaliado. Depois a CPA se reúne com a finalidade de elaborar o relatório através dos dados coletados.

O MEC envia os técnicos para fazerem a avaliação do curso, e a nota é de 0 a 5 pontos. Esta equipe de profissionais que estão na instituição analisando o curso, verificam as documentações se estão de acordo como solicitado, tais como: plano de ensino das disciplinas; mapa de notas dos alunos; currículo lattes dos docentes; relatório da CPA sobre o curso em análise, acervo bibliográfico e etc.

Os avaliadores conversam com os professores, alunos, a direção da instituição e técnicos administrativos. Verificam as instalações (infraestrutura do câmpus), ou seja, salas de aula, laboratórios, biblioteca e etc.

Vale enfatizar que todos os cursos da instituição, em todas as modalidades de ensino serão avaliados, pois o governo federal por intermédio do MEC se preocupa com a qualidade dos cursos ofertados à sociedade brasileira. É importante ressaltar que o processo de avaliação do Curso de Licenciatura em Física do IFPA Campus Bragança teve início com a constituição da CPA.

Após a tabulação do resultado das fichas de avaliação, os dados foram analisados e discutidos entre os membros integrantes da CPA, a fim de subsidiar as futuras ações buscando a melhoria contínua na qualidade do curso ofertado e dos próximos cursos a serem ofertados. Para isso, foram realizadas seis (06) reuniões com objetivo de implementar a CPA no Câmpus e adequá-la às exigências legais. A consolidação dos trabalhos da CPA é dada com a finalização do relatório e sugestões de melhoria apresentadas por todos os participantes da avaliação.

Entende-se que a sensibilização dos servidores (docentes e técnicos) e da comunidade (acadêmica e civil organizada) sobre a importância da Comissão para melhoria da qualidade do ensino de maneira ampla é um processo contínuo.

As adequações para o pleno funcionamento desta Comissão estão sendo providenciadas/sanadas, na medida em que se apresentam as demandas. A consolidação dos dados e sugestões de melhoria obtidas nos questionários/fichas será apresentada de forma sucinta e objetiva, a fim de garantir a qualidade no processo ensino-aprendizagem da educação pública ofertada pelo IFPA – Campus Bragança.

Há o Regimento Interno da CPA do IFPA, constando todas as orientações pertinentes ao trabalho desta Comissão em todos os Câmpus do IFPA. Neste regimento encontra-se o objetivo essencial, a caracterização da autoavaliação, as disposições preliminares, suas finalidades, organização, constituição, mandato e funcionamento, a escolha dos membros da CPA, as atribuições do Presidente da CPA e das reuniões ordinárias.

Houve a análise por todas as comissões da CPA dos câmpus em relação a este regimento, sendo recebido os questionamentos, as possíveis mudanças feitas pelas mesmas sobre o conteúdo, inclusive o Campus Bragança fez a sua análise reunindo a sua comissão. Nesse sentido, a avaliação dessa instituição está regulamentada pelo regimento da CPA do Instituto Federal do Pará.

13 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INFRAESTRUTURA FÍSICA

13.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.

A estrutura organizacional do IFPA – Campus Bragança está voltada para o cumprimento de sua missão e visão. Essa estrutura deverá corresponder, com simplicidade e efetividade, as decisões, de forma ágil e eficaz, oportunizando plena acessibilidade ao corpo docente, discente e demais instâncias da Instituição. Para tanto, contemplará um organograma melhor entendido no Regimento desta Instituição, constituído pelos Órgãos Deliberativos e Normativos e pelos Órgãos Executivos. O desdobramento das devidas competências, composição e atribuições dos Órgãos supracitados serão melhores definidos no documento regimental desta Instituição de Ensino.

Assim, a organização Administrativa do IFPA – Campus Bragança tem como estrutura o Conselho Diretor, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, a Diretoria Geral, Gabinete da Diretoria Geral, Diretoria de Ensino; Diretoria de Administração e Planejamento; coordenação Pesquisa, coordenação Extensão, Assessoria de Ensino, Coordenações de Cursos, Coordenações Administrativas.

Conselho Diretor

As competências do Conselho Diretor caracterizam-se como órgão consultivo e deliberativo máximo do Câmpus como são conferidas pelo Regimento Geral do IFPA, com composição e atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Geral do IFPA e é composto pelo Diretor Geral do Campus, como presidente; Diretor de Ensino; 02 representantes docentes eleitos por seus pares; 02 representantes discentes eleitos pelos seus pares; 02 representantes técnico-administrativo, eleitos pelos seus pares; 01 (um) representante dos egressos; 02 (dois) representantes da sociedade civil organizada, oriundos de entidade representativa APAE.

Conselho de ensino, pesquisa e extensão.

A partir de 2014 será criado o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão Consultivo científico-didático pedagógico do IFPA Campus Bragança, compor-

se-á: pelo Diretor-Geral, como presidente; pelo Diretor de Ensino; Coordenação de Pesquisa, Coordenação de Extensão, Coordenação de Estágio, Coordenação de cursos, Coordenação pedagógica, três representantes docentes eleitos, um do ensino integrado, um do ensino subsequente e um do ensino superior, três representantes discentes eleitos, um do ensino integrado, um do ensino subsequente e um do ensino superior e dois representantes da sociedade civil organizada, oriundos de entidade representativa.

Compete ao conselho de ensino pesquisa e extensão:

- auxiliar o Diretor-Geral e Diretor de ensino nos assuntos de natureza didático-pedagógica e técnico-científica, da pesquisa e extensão;
- fornecer ao Diretor-Geral elementos para a formulação da política geral do IFPA campus Bragança, em matéria de ensino, pesquisa e extensão;
- auxiliar o Diretor-Geral e Diretor de ensino na formulação da política e programas de pesquisa e extensão tecnológica;
- propor ao Diretor-Geral a criação, modificação, extinção e desativação temporária de cursos, em todos os níveis;
- subsidiar os trabalhos de elaboração e modificação dos currículos dos cursos oferecidos pela Instituição;
- cooperar com o Diretor-Geral e diretor de ensino na formulação de normas e na organização dos cursos em todos os níveis de ensino;
- opinar sobre a reforma do Regimento, propondo modificações e alterações; elaborar e reformar seu Regulamento.

Diretoria Geral:

O Diretor Geral é o dirigente máximo do Câmpus e seu representante legal em todos os atos e efeitos judiciais ou extrajudiciais. O mandato do Diretor Geral é exercido em regime de dedicação exclusiva, de 4 (quatro) anos, conforme previsto no Estatuto do IFPA e na legislação pertinente. O servidor investido nas funções de Diretor Geral do Campus ficará desobrigado do exercício das atribuições do cargo efetivo, sem prejuízo dos vencimentos, gratificações e vantagens, seguindo legislação vigente.

Além das atribuições do mandato o Diretor Geral exercerá também as seguintes atribuições: propor ao Conselho Diretor do Campus a estrutura e as competências dos órgãos que compõem a Direção Geral; presidir os atos de colação de grau em todos os cursos e a entrega de diplomas, títulos honoríficos e prêmios, sempre que designado por portaria específica do Reitor do IFPA; convocar as eleições para designação dos representantes discentes, docentes e servidores técnico-administrativos nos órgãos integrantes da administração da Instituição; aplicar a pena de desligamento a integrantes do corpo discente; conferir graus, diplomas, certificados acadêmicos e títulos honoríficos; exercer as demais atribuições inerentes à função executiva de Diretor Geral.

- propor ao Conselho Diretor do Campus a estrutura e as competências dos órgãos que compõem a Direção Geral;
- representar a Instituição junto a pessoas e instituições públicas ou privadas, no que couber;
- autorizar previamente pronunciamento público e publicações que envolvam, de qualquer forma, responsabilidade do IFPA campus Bragança;
- cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento e as do Estatuto do IFPA;
- elaborar, implementar e controlar juntamente com os demais setores administrativos, a proposta orçamentária que deverá ser aprovada pelo Conselho Diretor;
- apresentar, anualmente, ao Conselho Diretor relatório geral das atividades do câmpus, elaborado em conjunto com os demais departamentos e nele expondo as providências tomadas para a maior eficiência da administração e do ensino;
- designar docentes e demais servidores técnico-administrativos que integrarão comissões e designar assessores para o desempenho de tarefas especiais;
- determinar a expedição de convocação de reuniões do Conselho Diretor e presidi-las bem como reuniões do Conselho de ensino, pesquisa e extensão;
- cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Diretor, na sua esfera de competência;

- convocar as eleições para designação dos representantes discentes, docentes e servidores técnico-administrativos nos órgãos integrantes da administração da Instituição;

Exercer as demais atribuições inerentes à função executiva de Diretor Geral.

Gabinete da Direção Geral:

Órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular as relações inter e intrainstitucionais da Diretoria Geral. Ao Gabinete, compete assistir o Diretor-Geral em sua representação política e social incumbindo-se das atividades de Comunicação Social, de Relações Públicas, do preparo e encaminhamento de expediente do Diretor-Geral.

O Gabinete é composto por: Uma Chefia, nomeada pelo Diretor Geral, um secretariado e uma secretaria do Conselho Diretor.

A composição e competências das unidades do gabinete serão discriminadas no regimento interno da Diretoria Geral.

Comissão Permanente de Licitação -CPL

Está comissão é responsável pelos procedimentos licitatórios tradicionais do Câmpus, nomeada pela Direção Geral, a portaria tem validade de Um ano podendo ser reconduzindo pelo mesmo período, regido pela Lei 8666/93.

Coordenação de Multimeios e ASCOM

Esta Coordenação é responsável pela Administração do site do IFPA – Campus Bragança, promover o *marketing* institucional com o intuito de intensificar políticas de parcerias; Gerenciar a gráfica com visão voltada para o suprimento gráfico de todo o Câmpus. Desenvolvimento na área de comunicação e *marketing* através de cobertura de eventos, programas e produção de material audiovisual e escrito.

Diretoria de Ensino

É o órgão responsável por planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades referentes ao Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, a pesquisa, a

extensão, cursos superiores e as ações de assistência aos seus educandos; promover a integração entre as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão e garantir permanente articulação entre elas; articular entre a educação profissional e as diferentes formas e estratégias de educação; o estudo da viabilidade para a criação de novos cursos técnicos e tecnológicos, bem como a ampliação de vagas dos cursos já existentes no âmbito do Câmpus, atendendo à demanda e ao Plano de Desenvolvimento Institucional; atender o projeto político e pedagógico e a organização didático-curricular no Câmpus, observada a legislação e normas vigentes; desenvolver atividades curriculares e extracurriculares em articulação com as demais Diretorias e Coordenações; realizar atividades relacionadas à gestão dos recursos humanos, visando à qualidade do ensino, pesquisa e extensão; realizar atividades voltadas à inclusão social e de pessoas com necessidades especiais, vinculadas ao Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, atendendo a legislação vigente; desenvolver programas e outras atividades afins à Diretoria; operacionalizar e avaliar as ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo de forma integralizada para o enriquecimento técnico-científico da comunidade acadêmica, tendo como base os princípios éticos em vigor.

. Dentre as suas principais atribuições compete:

- promover a integração entre as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão e garantir permanente articulação entre elas;
- articular entre a educação profissional e as diferentes formas e estratégias de educação;
- realizar o estudo da viabilidade para a criação de novos cursos técnicos e tecnológicos, bem como a ampliação de vagas dos cursos já existentes no âmbito do Câmpus, atendendo à demanda e ao Plano de Desenvolvimento Institucional;
- atender o projeto político e pedagógico e a organização didático-curricular no Câmpus, observada a legislação e normas vigentes;
- desenvolver atividades curriculares e extracurriculares em articulação com as demais Diretorias e Coordenações;
- realizar atividades relacionadas à gestão dos recursos humanos, visando à qualidade do ensino, pesquisa e extensão;

- realizar atividades voltadas à inclusão social e de pessoas com necessidades especiais, vinculadas ao Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, atendendo a legislação vigente;
- proporcionar as condições para o aperfeiçoamento contínuo do ensino;
- desenvolver estudos com vistas a elaboração de programas de pesquisa;
- buscar a viabilização econômica ou tecnológica de projetos de pesquisas;
- promover estudos visando a avaliação e a atualização dos currículos dos cursos;
- desenvolver estudos relativos à proposta de criação, suspensão e extinção de cursos, em de acordo com as diretrizes nacionais da educação;
- articular-se com os demais órgãos com vistas a consecução integrada dos objetivos institucionais;
- organizar o calendário acadêmico do IFPA juntamente com coordenações de curso, assessoria de ensino e coordenação pedagógica para a devida aprovação;
- analisar proposta de necessidade de pessoal docente e técnico-administrativo, encaminhando-as ao Diretor Geral;
- propor programas de desenvolvimento, capacitação e aprimoramento de pessoal;
- propor normas complementares em matéria de ensino, pesquisa e extensão, sugerindo ou adotando medidas necessárias à sua execução;
- supervisionar o funcionamento regular dos órgãos integrantes da sua estrutura básica;
- desenvolver outras atividades na área de sua competência;
- estabelecer normas de elaboração de horário do corpo docente e os mecanismos de controle e acompanhamento;
- elaborar horário do corpo docente juntamente com a assessoria de ensino, coordenação de cursos, coordenação de horário e coordenação pedagógica;
- desenvolver programas e outras atividades afins à Diretoria;
- operacionalizar e avaliar as ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo de forma integralizadora para o enriquecimento técnico-científico da comunidade acadêmica, tendo como base os princípios éticos em vigor.

A Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão está organizada em coordenações com as atribuições indicadas abaixo:

Assessoria de Ensino

É responsável juntamente com o corpo pedagógico da instituição pelo assessoramento pedagógico a diretoria de ensino, coordenações de cursos, coordenação de pesquisa, coordenação de extensão, coordenação de estágio aos docentes do Câmpus na integração da Filosofia e da Política Educacional estabelecida, bem como na determinação das linhas gerais de ação educacional da Instituição. Compete à assessoria:

- zelar pelo cumprimento da legislação educacional, do Projeto Político Pedagógico, da Organização Didática, das normativas internas e das decisões da Direção relativas à política educacional da Instituição;
- realizar estudos e emitir pareceres relativos aos processos educacionais com base na legislação vigente;
- realizar atividades educacionais de integração; auxiliar diretoria de ensino e coordenação pedagógica no planejamento do calendário escolar bem como na montagem de horários;
- elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área e especialidade;
- orientar e supervisionar o trabalho pedagógico nos diferentes níveis e modalidades de ensino; subsidiar o corpo docente proporcionando apoio didático que possibilite a instrumentalização para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem;
- desenvolver atividades de orientação pedagógica aos docentes e ou juntamente com o corpo pedagógico da instituição;
- manter o registro das aulas previstas e aulas dadas;
- apontar a necessidade de alterações de calendário face à necessidade de aulas de reposição, recuperação ou reforço de acordo com os levantamentos efetuados;
- coordenar e controlar as atividades da inspetoria de alunos; desenvolver estratégias com vistas à manutenção da ordem e desenvolver outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pelo Diretor de Ensino

Coordenação de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

É o órgão responsável pelo assessoramento técnico e logístico das atividades dos projetos de pesquisa acadêmica. A Coordenação de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação apresenta as competências abaixo:

- promoção e a integração do Câmpus com a comunidade externa;
- apresentação de políticas de pesquisa e pós-graduação para o Câmpus;
- guardar documentos referentes aos projetos de pesquisa existentes no Câmpus;
- oficializar os projetos de pesquisa existentes no câmpus;
- enviar aos órgãos competentes os relatórios que se fizerem necessários;
- supervisão das atividades dos projetos de pesquisa vinculados ao Câmpus;
- elaboração de relatório anual de atividades de pesquisa e pós-graduação;
- acompanhar as publicações do Câmpus;
- seleção de bolsistas de pesquisa;
- assessoria a pesquisadores no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos de pesquisa;
- coletar e organizar dados de projetos de pesquisa do Câmpus, visando à racionalização, ao desenvolvimento e ao acompanhamento dos mesmos;
- avaliar e controlar resultados de implantação de programas e projetos de pesquisa do Câmpus;
- zelar pela propriedade intelectual, pelo acompanhamento do processo de Transferência de Tecnologia; pela disseminação da cultura de propriedade intelectual e de inovação.

Coordenação de Extensão

É responsável por planejar e coordenar as atividades de extensão do Câmpus junto à sociedade, proporcionando a integração entre ensino, pesquisa e extensão, e criando oportunidades e inclusão social. Segue abaixo as competências cabíveis a coordenação de extensão:

- Coordenar a supervisão das atividades inerentes às unidades administrativas vinculadas direta ou indiretamente à coordenação;

- Apoiar consultoria, assessoria e prestação de serviços para a comunidade externa do setor produtivo; incentivar a produção e publicação de produtos acadêmicos gerados das atividades de extensão e/ou articulados com outras Diretorias e coordenações do Câmpus;
- Promover e apoiar evento de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultura; promover cursos de capacitação e formação profissional, inclusive à distância; buscar as parcerias com os diversos segmentos produtivos e a sociedade em geral (instituições governamentais e não governamentais), celebração de convênios de extensão;
- Promover pesquisa que visam acompanhar o itinerário profissional de egressos e sua realidade no mundo do trabalho; diagnosticar cenários junto ao mercado produtivo regional e retroalimentar com informações o processo de ensino, pesquisa e extensão para oferta de cursos institucionais, fortalecendo a vocação regional e o desenvolvimento econômico e social;
- Articular a participação dos discentes em visitas técnicas com a comunidade externa do setor produtivo;
- Buscar programas externos que estejam relacionados a inserção de estudantes no mercado de trabalho, fomentar oportunidades de estágio curricular obrigatório e estágio extracurricular, emprego, geração de trabalho e renda que visam à inserção dos alunos no mundo do trabalho;
- Estabelecer programa de bolsas para estímulos aos discentes do Câmpus, financiado com recursos próprios, com vistas a incentivar a participação nas atividades de extensão;
- Apoiar programas e projetos de extensão no Câmpus realizado com recursos externos, obtidos em instituições públicas, privadas, mistas e não governamentais;
- Promover a divulgação e participação das comunidades interna e externa nas ações de extensão realizadas pelo Câmpus;
- Emitir certificados das ações de extensão realizados no âmbito do Câmpus;
- Avaliar as ações de extensão desenvolvidas no âmbito do Câmpus;
- Elaborar relatórios de avaliação das atividades de extensão para a Direção Geral e direção de Ensino;

- Elaborar documentos de orientação das ações de extensão no âmbito do Câmpus;
- Oficializar todas as atividades de extensão desenvolvidas no âmbito do Câmpus;
- Representar o Câmpus nos foros específicos da área, quando se fizer necessário;
- Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe sejam atribuídas.

Coordenação da Secretaria Acadêmica

Esta coordenação é responsável por emitir, confeccionar e arquivar todos os registros escolares relativos ao corpo discente; receber, processar e promover o lançamento do rendimento escolar em sistema informatizado e divulgar, periodicamente, por intermédio de relatórios e/ou outro meio de comunicação, disponibilizados pela Coordenação da Tecnologia de Informação - CTI. Segue abaixo as principais competências desta coordenação:

- Responsabilizar-se pela matrícula e rematrícula dos alunos;
- Preparar, encaminhar e informar processos e atos relativos ao corpo discente;
- Controlar a entrega de diários escolares pelos professores, informando à Diretoria de Ensino as ocorrências;
- Receber, protocolar e dar encaminhamento à solicitação dos discentes;
- Organizar e manter sob sua guarda arquivos individuais de alunos;
- Expedir históricos escolares, diplomas, guias de transferências, certidões e outros documentos semelhantes, assinando-os juntamente com o Diretor Geral e ou Diretor de ensino conforme o caso;
- Receber instrumentos de registro do rendimento escolar para lançamento no sistema apropriado e fornecer informações para a CPPD sobre o cumprimento dos prazos estabelecidos no Calendário Escolar;
- Atender aos alunos, pais, professores e ao público em geral;
- Elaborar e publicar a escala da matrícula e rematrícula, promovendo sua divulgação, bem como os documentos necessários, junto à CTI;

- Efetuar matrícula e rematrícula nos períodos estabelecidos no calendário escolar, bem como atualizar os dados cadastrais dos alunos no sistema;
- Publicar listagem dos alunos na turma; emitir e receber diários de classe, folhas de notas, boletins; analisar/encaminhar pedido de mudança de turno e publicá-lo quando efetivado;
- Emitir e receber alteração de nota para cadastro;
- Receber e encaminhar pedido de dispensa de disciplina e publicá-la quando efetivada;
- Manter o arquivo da documentação referente aos alunos para fins de arquivo inativo e conferir documentos; manter atualizado o arquivo do aluno/ex-aluno;
- Encaminhar aos setores competentes qualquer registro escolar que diga respeito à movimentação da vida acadêmica dos alunos:
- Acondicionar processos e pareceres sobre documentos dos alunos;
- Assistir aos professores na busca de informações acadêmicas dos alunos.
- Realizar outras atividades necessárias ao bom funcionamento da Coordenação solicitadas pela Diretoria de Ensino e desempenhar outras atividades pertinentes que lhe forem atribuídas por seu superior hierárquico especificações dos objetos a serem adquiridos;
- Evitar a formação de estoques setoriais; controlar os estoques de materiais, com vistas a prevenir faltas e excessos;
- Elaborar inventário dos materiais em estoque;
- Auxiliar, em articulação com os demais segmentos, a elaboração de previsão anual para aquisição de materiais permanentes e de consumo;
- Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela Diretoria de Administração, Diretoria de Ensino ou Direção Geral.

Coordenação da Biblioteca

Compete a esta coordenação propor à Direção Geral a estrutura e as normas de funcionamento da Biblioteca bem como as demais atribuições abaixo:

- Manter o setor em perfeitas condições de funcionamento;

- Propor à Direção a contratação de pessoas ou de serviços necessários ao bom andamento das atividades do setor;
- Coordenar e controlar os diferentes horários dos colaboradores da Biblioteca, a fim de proporcionar melhor atendimento nos turnos de funcionamento da Biblioteca;
- Representar o setor, delegando competências, quando necessário;
- Requisitar o material necessário à execução dos serviços do setor, promovendo o devido encaminhamento aos canais competentes;
- Planejar a divulgação do setor e das atividades realizadas em suas dependências;
- Manter em dia o controle dos bens materiais distribuídos ao setor;
- Zelar pelo seu uso adequado, conservação e preservação;
- Examinar e assinar o expediente e a correspondência a ser expedida;
- Efetivar e manter boas relações internas e externas do setor, bem como pela prestação e um bom atendimento aos seus usuários;
- Apresentar estatísticas das atividades ao setor competente; distribuir tarefas aos auxiliares e supervisionar sua execução;
- Organizar e coordenar reuniões de avaliação das atividades;
- Organizar o sistema de substituição de colaboradores em casos de ausência;
- Contactar com os demais segmentos da Instituição, para manter o setor integrado às necessidades e aos eventos gerais;
- Distribuir tarefas aos auxiliares e supervisionar sua execução;
- Executar outras atribuições, dentro dos limites de sua competência, que lhe forem solicitadas pelas autoridades acadêmicas;
- Coordenar e manter todos os serviços que estruturam a Biblioteca em harmonia para que, por meio do fluxo de suas atividades, possam interagir entre si para realização dos trabalhos;
- Buscar e manter atualizadas informações inerentes a novas tecnologias desenvolvidas no campo biblioteconômico, a fim de dinamizar os serviços prestados;
- Manter atualizadas as bibliografias básicas e complementares constantes nos Planos de Ensino e Projeto Pedagógico dos Cursos da Educação Básica, Técnica,

Tecnológica e de Pós-graduação, em consonância com os docentes de disciplina e respectivos coordenadores de cursos;

- Propor à Direção de ensino, quando necessário, as normas que devem reger o funcionamento da Biblioteca, no que se refere a horário, taxas, material de empréstimo e outros.
- Formar e desenvolver coleções, incluindo, seleção, aquisição, armazenagem, intercâmbio, descartes ou debastamento de material bibliográfico e sua organização;
- Controlar o acervo bibliográfico, incluindo catalogação descritiva, descrição temática.
- Controle de atividades, conservação e manutenção do material;
- Prestar serviços de informação. documentação e comunicação a seus usuários, incluindo serviços tradicionais como empréstimo de material bibliográfico e uso de tecnologias avançadas como correto eletrônico e consultas a bancos de dados;
- Administrar e gerenciar a organização, incluindo áreas de planejamento e avaliação, pessoal, materiais, serviços gerais e administrativos;
- Disseminar a informação, visando oferecer serviços de qualidade, diversificados e atualizados, dentro dos mais novos padrões tecnológicos.

Núcleo de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais (NAPNE):

É responsável por inserir as pessoas com necessidades educacionais específicas nos cursos de formação inicial e continuada, de nível técnico e tecnológico, nas Instituições Federais de Educação Tecnológica, em parceria com os sistemas Estaduais e Municipais, bem com o segmento comunitário. As principais atribuições deste setor são:

- Por promover a articulação com as pessoas e instituições buscando desenvolver ações de implantação e implementação do Programa TEC NEP no âmbito interno, envolvendo sociólogos, psicólogos, pedagogos, técnicos administrativos, docentes, discentes e pais, assessorar e prestar serviços sociais orientando indivíduo, família, comunidade e a instituição sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação);
- Articular recursos financeiros disponíveis;

- Assessorar nas atividades pertinentes à coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Coordenação de Estágio

É responsável pela integração escola-empresa, atuando na busca de oferta de estágio curricular obrigatório e/ou estágio não obrigatório junto ao setor produtivo.

Principais atribuições da coordenação de estágio:

- Colaborar com a direção do IFPA campus Bragança na definição e aprimoramento de uma política de estágio;
- Desenvolver parcerias para inserção do aluno no mercado de trabalho, seja por meio de emprego ou por meio do estágio extracurricular;
- Buscar parcerias entre o IFPA e instituições do setor produtivo na perspectiva de firma convênio para abertura de campos de estágio;
- Desenvolver atividades que vão desde a seleção dos alunos, encaminhamento, até o acompanhamento do estágio realizado.
- Oficializar realização de estágio e emitir atestado de realização de estágio quando concluído pelo aluno.
- Promover palestra informativa sobre a atividade de estágio bem como divulgar os campos de estágio conveniados com a instituição;
- Propor políticas, normas e documentos de estágio atendendo a legislação vigente.

Coordenação das disciplinas básicas

Subordinada à Coordenação de Ensino, a coordenação de disciplinas básicas é responsável por planejar o processo de ensino-aprendizagem, nos seus aspectos quantitativos e qualitativos com o objetivo de aprimorar e acompanhar a execução dos currículos do Ensino Médio e dos Cursos Técnicos de nível Médio, coordenar programas de ensino, metodologias, recursos e instrumentos de planejamento em conjunto com o corpo docente, planejar e acompanhar o sistema de avaliação e de aproveitamento escolar em conjunto com o corpo docente e

demais órgãos da Diretoria de Ensino. Compete a essa coordenação às atribuições abaixo:

- Acompanhar o aproveitamento de estudos;
- Colaborar na elaboração de materiais didático-pedagógicos;
- Estimular o intercâmbio de experiências didático-pedagógicas;
- manter registro dos instrumentos do processo de ensino-aprendizagem;
- realizar pesquisas de natureza técnico-pedagógica relacionadas com a legislação, organização e funcionamento de sistemas de ensino, processos de aprendizagem, administração escolar, métodos e técnicas empregadas;
- desenvolver atividades de orientação pedagógica aos docentes juntamente com o corpo pedagógico da Instituição;
- desempenhar as demais atividades vinculadas ao Departamento e/ou atribuídas pelo superior hierárquico.

Coordenações dos Cursos Técnicos e Superiores

A Coordenação de Curso é o órgão responsável pela elaboração e execução dos Projetos Pedagógicos dos cursos. É exercida por um coordenador, designado pela Diretoria Geral. Tal profissional possui qualificação na área do curso que coordena, pertencendo, também, ao quadro docente da Instituição. Este profissional apresenta, além do perfil que atende às necessidades e interesses educacionais do IFPA e às exigências advindas do contexto social e histórico, às seguintes competências e habilidades: liderança; autonomia; criatividade; compromisso e responsabilidade e facilidade de comunicação. Cada curso possui um coordenador, responsável por:

- Promover a elaboração dos Planos de Curso em conjunto com os respectivos docentes e auxílio da coordenação pedagógica;
- Fazer o levantamento em conjunto com os respectivos docentes das necessidades materiais, humanas e financeiras para o pleno desenvolvimento do respectivo curso, por meio de reuniões colegiadas;
- Elaborar o planejamento das visitas técnicas, microestágio e estágio, de acordo com o estabelecido no Plano de Curso;

- Elaborar, em conjunto com as demais coordenações, coordenação pedagógica e diretoria de ensino o horário acadêmico dos docentes do curso;
- Acompanhar o lançamento dos resultados do processo de avaliação da aprendizagem dos alunos junto à Diretoria de Ensino;
- Planejar o processo de ensino-aprendizagem nos seus aspectos quantitativos e qualitativos com objetivo de aprimorar e acompanhar a execução dos currículos do respectivo curso ofertado;
- Coordenar programas de ensino, metodologias, recursos e instrumentos de planejamento em conjunto com o corpo docente e demais coordenações;
- Planejar e acompanhar o sistema de avaliação e de aproveitamento escolar em conjunto com o corpo docente e demais órgãos da Diretoria de Ensino;
- Colaborar na elaboração de materiais didático-pedagógicos;
- Estimular o intercâmbio de experiências didático-pedagógicas;
- Manter registro dos instrumentos do processo de ensino-aprendizagem;
- Desempenhar as demais atividades vinculadas a coordenação e/ou atribuídas pelo superior hierárquico.

Coordenação Pedagógica

À Coordenação Pedagógica compete:

- coordenar estudos e pesquisas que visem aprimorar a execução dos currículos e a aplicação de métodos e técnicas pedagógicas;
- participar do planejamento acompanhamento e avaliação das atividades do processo ensino aprendizagem;
- propor medidas pedagógicas em decorrência de diagnose feita;
- prestar assistência técnico-pedagógica ao corpo docente, às Coordenações de Cursos, Diretoria de Ensino e Diretoria Geral;
- realizar intercâmbios com outras agências educacionais com vistas ao aprimoramento educacional da instituição;
- promover a integração escola- família no âmbito do ensino integrado e subsequente;

- identificar causas do baixo rendimento escolar, sugerindo intervenções que promovam sua retração;
- organizar e manter atualizado um cadastro de docentes, com dados de interesse das Coordenações de Cursos;
- colaborar na elaboração de planos de aperfeiçoamento docente;
- supervisionar programas que venham contribuir para melhoria do ensino;
- organizar junto as coordenações de curso, os dados relativos ao desempenho docente;
- analisar os resultados da avaliação dos alunos apresentando parecer conclusivo junto ao departamentos de ensino;
- organizar o Conselho de Classe, no âmbito do ensino integrado, subsequente e superior, nos termos da sua normatização.
- zelar pelo cumprimento das cargas horárias e conteúdos totais das disciplinas em conjunto com o departamento de ensino;
- organizar catálogo dos currículos dos Cursos, programas e ementas das disciplinas juntamente com coordenação de cursos e docentes;
- prestar assistência aos docentes no âmbito da Tecnologia Educacional.
- assistir aos novos alunos dando-lhes a orientação necessária, promovendo e realizando atividades de integração;
- acompanhar os alunos de baixo rendimento escolar, bem como os repetentes, fornecendo-lhe as orientações pertinentes;
- promover programas de divulgação e informação profissional;
- efetuar levantamento da evasão discente;
- fazer a caracterização socioeconômica do corpo discente;
- proceder orientações às famílias dos alunos com dificuldades de integração, de aprendizagem ou de ordem psicopedagógica;
- informar ao corpo docente sobre problemas e dificuldades dos alunos;
- fazer análise estatística dos resultados do rendimento escolar com vistas à tomada de decisões junto ao corpo docente;
- informar aos alunos sobre os programas institucionais de assistência psico-pedagógica, alimentação escolar, bolsas de trabalho, bolsas monitoria, passe

escolar, carteira estudantil e auxílio financeiro, promovendo assistência necessária aos alunos carentes;

- assessoria aos docentes, coordenações de cursos, diretoria de ensino e diretoria geral quanto a orientação na elaboração de PPC, Plano de ensino, ementas e demais documentos norteadores do ensino;
- promover juntamente com a gestão de ensino a semana pedagógica;
- informar á Diretoria de Desenvolvimento do Ensino sobre as ocorrências observadas no acompanhamento das aulas;
- orientar os assistentes de alunos no decorrer das atividades acadêmicas, fazendo a ocorrência de fatos perturbadores à ordem escolar
- colaborar no planejamento dos horários das atividades acadêmicas;
- acompanhar, controlar e assistir ao corpo discente, com o objetivo de promover o bem estar entre alunos;
- acompanhar, controlar e assistir ao corpo docente, com o objetivo de promover o bem estar entre professores e alunos;
- assessorar diretoria geral, Diretoria de ensino, coordenações e demais departamento o quanto as normas e práticas pedagógicas bem como auxiliar na elaboração de PPP, PPC, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Planos de ensino e outros documentos;

Comissão de Auxilio Estudantil

Os 19 (dezenove) membros integrantes da Comissão Permanente de Assistência Estudantil foram nomeados através da portaria Nº 22/2013-GAB-06 de março de 2013, pelo Diretor Geral do Campus. A responsabilidade da comissão no câmpus, está baseado no Decreto Nº 7.234/2010 Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Resolução nº 134/2012 - CONSUP que regulamenta a política de assistência ao estudante do IFPA. As principais atribuições são: planejar o plano de assistência ao estudante, envolvendo programas que serão executados por meio de repasse financeiro direto aos estudantes (editais de auxílio, participação em congressos, apresentação de trabalho científico, apoio ao esporte, visita técnica, etc...) todos baseados nas áreas das linhas de ações da assistência estudantil: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, atendimento psicossocial,

inclusão, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, apoio técnico e científico e o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e super-dotação.

Comissão Permanente de Avaliação (CPA)

A CPA tem como objetivo contribuir para o aprimoramento da qualidade institucional e impulsionar mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação do conhecimento, bem como promover a cultura de auto-avaliação e aprimoramento do Instituto Federal do Pará. A comissão própria de avaliação do IFPA compreende que a auto-avaliação vai além da exigência legal, sendo vista como um instrumento útil para a tomada de decisões, no sentido de correção ou confirmação de rumos, e de medidas visando manter e aprimorar os pontos fortes e eliminar os pontos fracos do IFPA, contribuindo para o auto-conhecimento da organização, fornecendo subsídios para os cursos reprogramarem e aperfeiçoarem seus projetos pedagógicos e assim, obter melhorias no processo de ensino.

Diretoria de Administração e Planejamento (DAP)

A DAP do Campus Bragança é o órgão responsável por planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades inerentes a sua Diretoria; supervisionar as atividades de Gestão de Pessoal quanto aos registros funcionais dos servidores e os programas de qualificação e capacitação de recursos humanos; propor e supervisionar ações que garantam a qualidade de vida do servidor, assim como às questões de saúde e segurança; acompanhar a execução de atividades no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens; gerenciar o planejamento, orçamento, contabilidade e administração financeira; acompanhar a execução e controlar o orçamento anual; gerenciar a execução das diferentes formas de pagamentos e recebimentos de recursos; ser responsável em conjunto com o Ordenador de Despesas pelos atos de execução orçamentários e financeiros, na forma da legislação vigente; acompanhar e supervisionar a execução dos Contratos Administrativos; acompanhar a execução das ações de Material e Patrimônio; supervisionar a execução de obras e serviços; acompanhar a elaboração e

implantação de projetos de melhoria na área de engenharia; supervisionar o andamento de todos os programas, avaliando as metas estabelecidas; estabelecer e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e à eficácia administrativa, no âmbito do Campus Bragança; assessorar os trabalhos realizados pela Comissão Permanente de Licitações do Campus Bragança; supervisionar os processos de Compras; promover a conservação e manutenção dos bens móveis e imóveis do Campus Bragança; propor normas e condutas de utilização dos veículos oficiais; propor e viabilizar o desenvolvimento dos projetos relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação; revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à sua área; apresentar a Direção Geral o relatório anual das atividades desenvolvidas pela sua Diretoria; participar da elaboração do Relatório de Gestão Anual; acompanhar e articular as atividades das unidades organizacionais vinculadas; prestar apoio e assessoria as demais Diretorias em assuntos relativos à Administração; participar das atividades planejadas pelo Campus Bragança e executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Geral.

Esta Diretoria possui as seguintes Coordenações:

Coordenação de Compras (CCOM)

Inclusão do Sistema de Registro de Preços; acompanhar e realizar aquisições através do Sistema de Registro de Preços; realizar pregões eletrônicos, realizar pesquisa de preços, realizar dispensa e/ou inexigibilidade de licitações; cadastrar e atualizar dados e incluir ocorrências de fornecedores no SICAF; orientação os setores quanto às especificações dos objetos a serem adquiridos; participar de sessões públicas eletrônicas; realizar cotações eletrônicas; executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela Diretoria de Administração ou Direção Geral.

Coordenação de Contratos e Licitações (CCL)

Cabe a esta Coordenação o acompanhamento do prazo de vigência dos contratos; Prever a necessidade de alteração de cláusulas contratuais e envio dos contratos para parecer jurídico, elaborar ou assessorar a confecção de editais de licitações; incluir contratos e seus aditivos no sistema SICONV; acompanhar a

execução dos Contratos, assim como assessorar o Fiscal de Contrato na tomada de decisões; realizar todos os atos jurídicos pertinentes a contratos públicos, bem como repactuações, aditivos e publicações, supervisionar e informar ao setor competente sobre descumprimento contratual; realizar cadastros no SICONV; executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela Diretoria de Administração ou Direção Geral.

Coordenação de Orçamento e Finanças (CCFIN)

Executar a escrituração dos atos e fatos contábeis no sistema financeiro, orçamentário, patrimonial e de compensação, de todas as receitas, despesas, empenhos, convênios, movimentação de recursos financeiros e orçamentários, registros de baixa de contratos e convênios, incorporação e baixa de bens patrimoniais; elaborar relatórios contábeis em consonância com as áreas de finanças, orçamento, patrimônio, almoxarifado, demonstrado de forma clara e objetiva, os resultados entre as receitas previstas e as arrecadadas e o montante das despesas fixadas com as realizadas; promover a prestação, acertos e conciliação de contas em geral, conferindo saldos, localizando e retificando possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis; participar da implantação e execução das normas e rotinas de controle interno, visando atendimento da legislação e dos órgãos de controles; realizar perícias dos atos pertinentes a Contabilidade e Orçamento; executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela Diretoria de Administração ou Direção Geral.

Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP)

Planejar e executar ações na área de Gestão de Pessoas; supervisionar os serviços de processamento da folha de pagamento; subsidiar a elaboração do Planejamento Anual e elaboração do Relatório de Gestão relativa às ações de gestão de pessoas; acompanhar os processos de progressão, afastamento, licença e aposentadoria de servidores; planejar e supervisionar a execução de programas de capacitações e desenvolvimento de pessoal; elaborar projetos e relatórios necessários ao bom funcionamento da área de gestão de pessoas, inclusive no tocante à Qualidade de Vida, à Saúde e à Segurança no Trabalho; realizar estudos de dimensionamento da força de trabalho no Campus Bragança; realizar estudos

voltados ao Ambiente Organizacional; promover ações voltadas à melhoria da qualidade de vida dos servidores; prestar apoio e assessoria às demais Diretorias em assuntos relativos à gestão de pessoas; supervisionar a execução dos recursos alocados no orçamento de pessoal; organizar e manter atualizadas as informações relativas à legislação e a jurisprudência referentes a assuntos de pessoal; revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área; prestar esclarecimentos aos órgãos de controle, quando necessário; executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pelo Diretor de Administração ou Direção Geral.

Coordenação de Gestão de Materiais (CGM)

Coordenar, controlar e analisar as atividades relativas à vigilância patrimonial, limpeza e higienização e transporte; Supervisionar as atividades inerentes à manutenção e conservação de bens móveis e imóveis; Controlar e manter organizadas as autorizações de utilização dos veículos oficiais; Promover e controlar um cronograma com as viagens realizadas nos veículos oficiais; Realizar manutenções preventivas nos veículos oficiais; Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela Diretoria de Administração ou Direção Geral. Realizar o registro e manter o cadastro atualizado do material de consumo de bens móveis e imóveis; Assegurar e promover a execução das atividades de conservação, manutenção e controle de bens móveis; Realizar toda e qualquer cessão, alienação, permuta ou baixa de material permanente, equipamento e mobiliário, de acordo com a legislação vigente; controlar a localização e movimentação de material permanente, equipamentos, mobiliários; Realizar vistorias periódicas nos bens móveis, com vistas a sua manutenção e recuperação; Emitir e manter atualizados os termos de responsabilidades sobre os bens patrimoniais; Elaborar inventário de bens patrimoniais; Solicitar a aquisição de material de consumo e permanente e efetuar o seu controle e distribuição; Receber e armazenar em local adequado o material adquirido; Conferir e inspecionar o material adquirido face às especificações contidas no edital e proposta constantes no processo licitatório; promover a incorporação do material permanente ao patrimônio do IFPA; Atender as requisições de materiais; Orientar os setores quanto às especificações dos objetos a serem adquiridos; Evitar a formação de estoques setoriais; Controlar os estoques de

materiais, com vistas a prevenir faltas e excessos; Elaborar inventário dos materiais em estoque; Auxiliar, em articulação com os demais segmentos, a elaboração de previsão anual para aquisição de materiais permanentes e de consumo.

À Coordenação de Manutenção compete coordenar e supervisionar as atividades das respectivas seções: À Seção de Manutenção de Móveis e Equipamentos compete:

- Orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades da Seção;
- Desenvolver atividades de serralharia, mecânica, marcenaria, elétrica e hidro-sanitária nas dependências do IFPA campus Bragança;
- Requisitar e manter sob responsabilidade a guarda de materiais, ferramentas e equipamentos necessários a execução das atribuições da Seção;
- Promover ou executar a manutenção, reparação e recuperação de bens móveis e equipamentos do IFPA campus Bragança;
- O encaminhamento de bens móveis e equipamentos a empresas especializadas quando estes ainda estiverem sob cobertura de garantia ou não for possível o seu conserto na Seção;
- Executar outras tarefas relacionadas às suas atividades.
- Requisitar e manter sob responsabilidade a guarda de materiais, ferramentas e equipamentos necessários a execução das atribuições:

Coordenação de Tecnologia da Informação (CTI)

Esta Coordenação é responsável administração do sistema de chamados internos de TI; Administração e moderação da lista de e-mails dos servidores docentes e técnicos administrativos; Administração do servidor de rede que contém os serviços essenciais como autenticação de usuários, domínio, DHCP e DNS; Elaboração e administração da infraestrutura de rede (instalação de equipamentos, montagem de cabo de rede) bem como a gerência do funcionamento dos equipamentos de rede (switches, hubs, roteadores, etc.); Elaboração e administração do inventário tecnológico; Elaboração de projetos ligados a serviços computacionais: rede, site, sistemas, etc.; Elaboração de projetos de compras de materiais de informática; Elaboração dos avisos informativos sobre a TI do câmpus; Supervisão e execução dos serviços de suporte computacional (atendimento aos

usuários); Supervisão e execução da manutenção e configuração dos computadores e demais equipamentos de informática (servidores, pontos de acesso à rede sem fio, etc.); gerenciamento da plataforma (moodle) de educação à distância; Gerenciamento dos links de internet disponíveis no câmpus (Navegapará, Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e provedor externo); Gerenciamento do contrato de assistência técnica de impressoras; Gerenciamento e suporte dos equipamentos de Web e videoconferência; Monitoramento dos projetos de tecnologia da informação; Monitoramento da utilização dos laboratórios de informática; Execução de outras atividades da área de TI que lhe forem atribuídas pela Diretoria de Administração e Planejamento, Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão ou Direção Geral.

Coordenação de Engenharia (COENG)

Órgão setorial do Sistema de Serviços Gerais, diretamente ligado ao Diretor Geral, compete coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas a obras, manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis do IFPA campus Bragança, os serviços elétricos, hidráulicos e de serralharia e carpintaria. Compete a esse setor:

- Orientar, coordenar e supervisionar as atividades da Coordenação;
- Elaborar projetos e especificações para construção, ampliação, reforma, manutenção e de imóveis;
- Elaborar planilhas de custos e orçamento detalhado que sirvam de base às licitações;
- Proceder a estudos de otimização de uso do espaço físico do IFPA- Câmpus Bragança;
- Proceder a estudos e propor a realização de serviços de manutenção e instalações elétrica, hidrosanitárias, linhas de informática e telefônicas;
- Guardar, atualizar e controlar as requisições e consultas das plantas e especificações dos prédios, instalações elétricas, hidráulicas e rede de esgoto.

A Seção de Manutenção de Imóveis compete:

- Orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades da Seção;
- Realizar as atividades de conservação de imóveis;
- Executar os serviços de instalação, reforma e reparo nas instalações elétricas, sonoras e telefônicas;

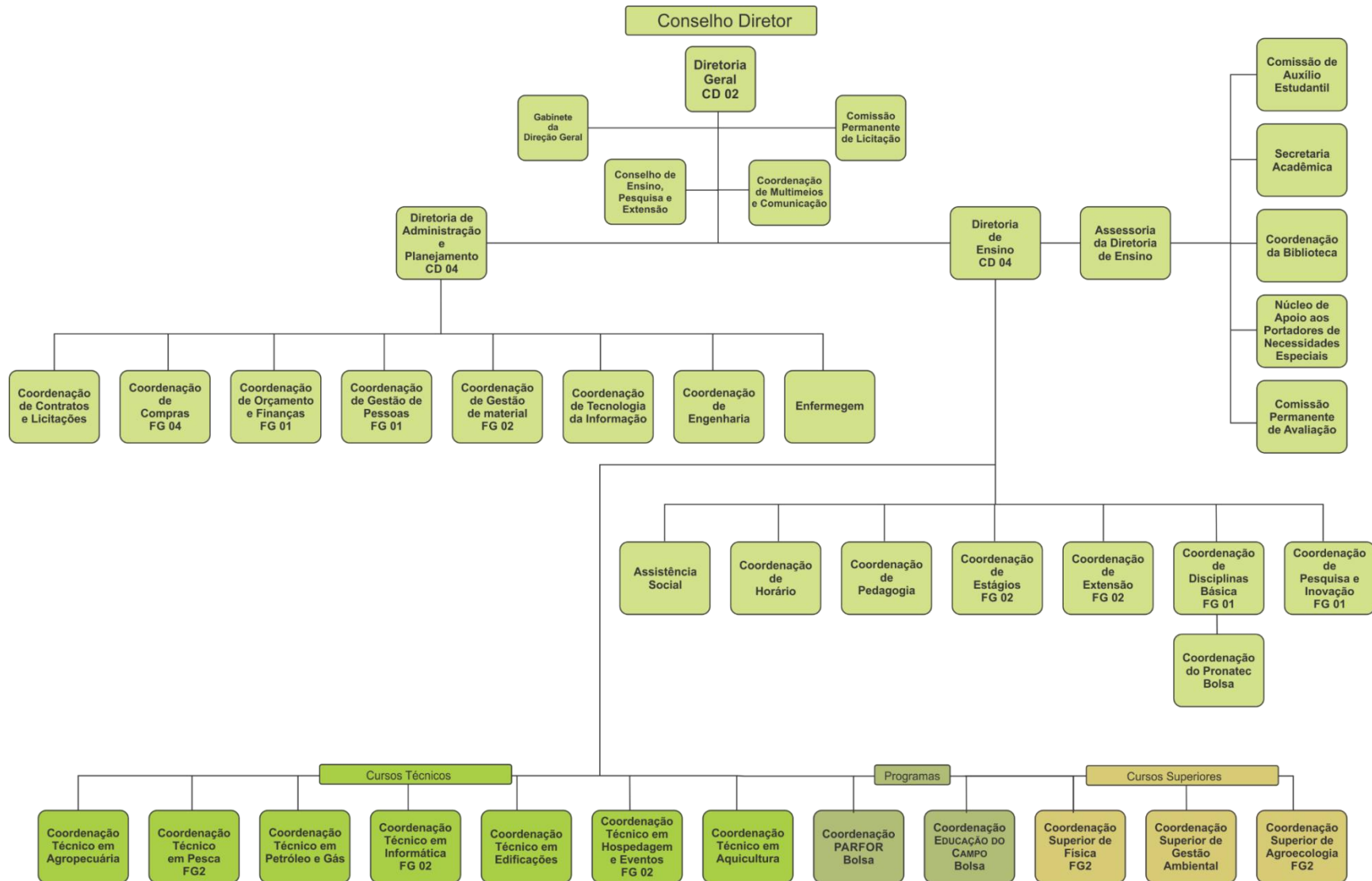
- Executar outras tarefas relacionadas às sumas atividades.

Enfermaria do Campus

Responsável pelo atendimento de alunos e servidores desta instituição, no que diz respeito em orientação em saúde, encaminhamento e acompanhamento para atendimento hospitalar de urgência.

Localizado no primeiro andar do bloco administrativo, equipado com 2 macas sendo uma fixa e outra móvel retrátil, 2 cilindros de O₂, inalador estufa de esterilização, material para pequeno procedimento de curativo, colar cervical e outros equipamentos para manobras de emergência pré-hospitalar. Atualmente com 2 servidores técnicos de enfermagem revezando os 3 horários escolares.

ORGANOGRAMA



13.2 INFRAESTRUTURA FÍSICA

Memorial Descritivo

Benfeitorias existentes no terreno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- Campus Bragança, em Bragança-PA.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste documento é prestar informações acerca das benfeitorias existentes no terreno medindo 34,006776 ha, destinado à instalação do IFPA-Campus Bragança, situado à estrada (Rua do Trilho, s/n) que liga o bairro do Taíra ao Bairro da Vila Sinhá, município de Bragança/PA.

As informações constantes deste documento visam esclarecer quanto ao número, estado de conservação, destinação e localização das benfeitorias existentes.

MEMORIAL DESCRITIVO

NOME DO BLOCO	DESCRIÇÃO	ÁREA – M ²
01 – Bloco Administrativo	1° PAV- Térreo: 01- Enfermaria, 01-Sala dos Professores/Educação Física com Banheiro, 01- Sala da Coordenação Pedagógica, 01- Copa, 01- Sala da Secretaria Acadêmica, 01- BWC's Feminino/Masculino/PNE, 01 Escada, 01- Protocolo, 01-Elevador PNE. 2° PAV- 1° Andar: 01 – Sala da Direção Geral/Administrativa com Banheiro, 01- Sala da Coordenação de Hospedagem, 01- Sala da Coordenação de Departamento De Pessoal/Financeiro com Banheiro, 01- Sala da Coordenação de Engenharia/Compras, 01-Sala da Coordenação de Informática, 01- Sala da Direção de Ensino, 01- Banheiro Coletivo, 01-Sala da Coordenação de Estágio, 01- Sala da Coordenação dos Programas.	672,00
02 – Bloco de Ensino e Pesquisa	01- Hall de Entrada, 01 Sala de Estudos Coletivos, 01-Sala de Estudos Individuais, 01- Sala do PIBIC, 01- Sala Reprografia, 01- Sala do Acervo, 01- Sala Guarda Volume, 01- Sala Registro, 01- Sala da Bibliotecária, WC's Masculino/Feminino/PNE, Sala Foyer/Recepção, 01- Auditório, 01- Depósito/Copa.	795,06
03- Bloco	1° PAV- Térreo: 01- Elevador PNE, 01- Escada de Acesso ao 1° Andar, 01- Sala de Apoio Pedagógico,	1.655,58

Pedagógico	BWC's Feminino/Masculino/PNE Masculino e Feminino, 06- Salas de Aula Tipo 1, 01- Sala de Aula Tipo 2. 2° PAV- 1° Andar: 01- Sala de Apoio Pedagógico, WC's Feminino/Masculino/PNE, 06- Salas de Aula Tipo 1, 01- Sala de Aula Tipo 2.	
04- Bloco de Laboratórios	04- Laboratórios Tipo 1, 02- Laboratórios Tipo 2.	553,25
05- Bloco de Banheiros	01- Vestiário Masculino com Banheiro, 01- Vestiário Feminino com Banheiro, 01- WC's PNE Masculino e Feminino.	98,34
07- Área Externa	01- Guarita com Banheiro, 01- Estacionamento Descoberto, 01- Bicletário, 04- Passarelas de Ligação, 01- Muro de Proteção.	4.957,97
08- Área de Convivência	01- Área Aberta destinada a ligação dos Blocos de Ensino e Pesquisa/Pedagógico/Laboratórios/ Guarita.	321,30
09- Quadra de Esporte	01- Quadra Descoberta	968,00
TOTAL DA ÁREA CONSTRUÍDA		10.021,50

13.3 INFRAESTRUTURA ACADÊMICA

O Campus Bragança desenvolve suas atividades em prédio recentemente inaugurado, com 12 (doze) salas de aula climatizadas, equipadas com recursos modernos para apoio as atividades didáticas. Estas salas contam com carteiras confortáveis, necessárias à realização das atividades docentes e discentes. Registra-se também que o bloco pedagógico possui um elevador e banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais.

Laboratórios: parte das disciplinas práticas que compõem as matrizes curriculares dos cursos ofertados nos diferentes níveis e modalidade de ensino são desenvolvidos nos dez laboratórios existentes no câmpus:

Laboratório de Tecnologia do Pescado: dispõe de bancadas, pias equipamento elétricos e eletrônicos tais como geladeiras, freezer, cutter, estufa

para dessecação, liquidificador, autoclave, entre outros que permitem análise, beneficiamento e criação de produtos pesqueiros clássicos no mercado assim como na inovação de produtos diferenciados evidenciando a pesquisa de criação; atendendo especialmente as disciplinas de controle da qualidade do pescado e beneficiamento de pescado.

Laboratório de Aquicultura: atende os cursos técnicos em Aquicultura e Recursos Pesqueiros.

Laboratório de Edificações e geografia: dispõe de materiais e equipamentos que possibilitam trabalhar a caracterização dos materiais de construção, a resistência dos materiais de construção e os ensaios básicos mecânica dos solos.

Laboratório de Biologia: dispõe de várias bancadas, algumas com pias, que atendem a realização de aulas práticas das disciplinas, nestas bancadas estão distribuídos computadores, lupas estereoscópicas, microscópios e diversos equipamentos tais como estufas, centrifugas termocicladores, etc...

Laboratório de Química: dispõe de materiais e equipamentos que permitem a realização de aulas práticas voltadas ao ensino dos cursos regulares (integrado, subsequente e superior), bem como equipamentos utilizados em pesquisas de análise de solo e água.

Laboratórios de Física: Dispõe de materiais e bancadas que são utilizados para demonstrações físicas em cursos e técnicos e superior. Os kits de experimentos abrangem fenômenos mecânicos, termodinâmicos e elétricos, constituindo-se em um laboratório didático.

Laboratórios de Informática: são em número de dois, equipados com computadores, quadro interativo, climatizados e quadros de vidros, atendem todos os cursos, entretanto um deles mais é específico para o curso de Técnico de Informática.

Carreta Laboratório de Informática: A Reitoria disponibilizou ao Câmpus uma carreta laboratório para realização de cursos de extensão, equipada com trinta

computadores, bancadas, centrais de Ar e cadeiras confortáveis para realização das atividades.

Biblioteca: A biblioteca proporciona acesso às mais variadas literaturas, contribuindo com o processo de ensino, pesquisa e extensão do Câmpus. Dispõe de computadores e cabines para estudo individual.

Auditório: O Auditório do Câmpus tem capacidade para atender 220 (Duzentos e Vinte) pessoas. Equipado com som, Centrais de Ar e poltronas equipadas e confortáveis. Neste espaço são realizadas diversas atividades como palestras, mini-cursos, encontros pedagógicos e reuniões administrativas.

13.4 INFRAESTRUTURA HUMANA

RELAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DO IFPA CAMPUS BRAGANÇA

NOMES	SIAPÉ	CARGO
ADELIA DE MORAES PINTO	1669768	BIBLIOTECÁRIA
MARCELO KLEYTON GOMES DA COSTA	1755088	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
ALESSANDRA SAMPAIO CUNHA	1660178	TÉCNICA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
PETERSON FRANCISCO DE ALMEIDA PANTOJA	1361659	PEDAGOGO
PATRICIA MILENA SILVA SALDANHA	1877638	ASSISTENTE SOCIAL
ROBSON DE SOUSA FEITOSA	1327557	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
JAKSON BRITO LIMA	1668435	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
JOSE CARLOS CONDE DA SILVA	1859355	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
JOSE VANDERLEI ARAUJO	1669181	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
ANDREI WILSON DE SOUSA ALMEIDA	1884193	ANALISTA DE TI
HERBERT DA COSTA PIEDADE	1814416	TÉCNICO DE TI
JOSE FREITAS DA SILVA FILHO	1841043	TÉCNICO DE TI
MAURICIO SILVA DA ROCHA	1841066	TÉCNICO DE TI
ANA VANESSA DE OLIVEIRA TORRES	1663775	ENGENHEIRA CIVIL
DELLEON DE SOUSA SILVA	1826140	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
RODRIGO PEREIRA BARATA	1820849	ANALISTA DE TI
ANTONIO CELIO PEREIRA RIBEIRO	1669634	TÉCNICO DE CONTABILIDADE
GILNEY LUIS SILVA DE ALENCAR	1579532	CONTADOR

ELIVANDA CAVALCANTE FRANÇA MUNIS	1889154	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
MARCIO CLEIDSON DA COSTA SILVA	1669522	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
TANIA MARIA GONÇALVES FRANÇA	1880269	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
LEANDRO DE ARAUJO FERREIRA	1671300	TÉCNICO DE LABORATÓRIO

RELAÇÃO DOS DOCENTES DO IFPA CAMPUS BRAGANÇA

ORDEM	SIAPE	NOMES	NIVEL DE ESCOLARIDADE	PROFESSOR
01	1497669	ADRIANO SANTOS DA ROCHA	ESPECIALIZAÇÃO	FÍSICA
02	1950285	ALBERTO LIMONTA LOBO CONCEIÇÃO		FÍSICA
03	1819456	ALEXSANDRA PINHEIRO VASCONCELOS	ESPECIALIZAÇÃO	TURISMO
04	1486124	ALYNE MARIA ROSA DE ARAUJO DIAS	MESTRADO	MATEMÁTICA
05	1744718	AMIRALDO CESAR ALVES DE AVIZ	GRADUAÇÃO	EDIFICAÇÕES
06	1819609	ANDERSON FRANCISCO ALENCAR CARDOSO	MESTRADO	EDIFICAÇÕES
07	2478414	ANGELO MARIANO NUNES CAMPOS	ESPECIALIZAÇÃO	TURISMO
08	1819711	ANINHA MELO MOREIRA	MESTRADO	GEOGRAFIA
09	1974001	BENEDITO FRANCIANO FERREIRA RODRIGUES	GRADUAÇÃO	
10	0273263	CARLOS AUGUSTO DIAS LOBO	ESPECIALIZAÇÃO	EDIFICAÇÕES
11	1906652	CASSIO EDUARDO FLEXA	GRADUAÇÃO	RECURSO PESQUEIRO
12	1872639	CLAUDINA RITA DE SOUZA PIRES	MESTRADO	
13	1667031	CLEO QUARESMA DIAS JUNIOR	MESTRADO	FÍSICA
14	1849776	CRISTIANE ALVES PEREIRA	ESPECIALIZAÇÃO	FILOSOFIA
15	1671007	DANILO SILVEIRA DA CUNHA	MESTRADO	RECURSO PESQUEIRO
16	1977669	DIEGO DE ALMEIDA MIRANDA	GRADUAÇÃO	ED FÍSICA
17	1566036	EDILEUZA AMORAS PILLETTI	ESPECIALIZAÇÃO	EDUCAÇÃO IV
18	2697671	ELLEN CRISTINA DO MONTE SILVA	ESPECIALIZAÇÃO	GEOGRAFIA
19	1726035	EMERSON ARAUJO DE CAMPOS	ESPECIALIZAÇÃO	ED FÍSICA
20	3193862	EVANDRO LUIZ DA LUZ RIBEIRO	MESTRADO	QUÍMICA
21	1820690	FERNANDA SILVA COSTA	ESPECIALIZAÇÃO	PORTUGUES /ESPANHOL
22	1819814	FRANCISCO JOSE DA SILVA SANTOS	ESPECIALIZAÇÃO	RECURSO PESQUEIRO
23	2369487	GABRYELLA ROCHA RODRIGUES DA SILVA	ESPECIALIZAÇÃO	INFORMÁTICA
24	1656864	GISELE MARIA DE OLIVEIRA CARVALHO	ESPECIALIZAÇÃO	TURISMO
25	1819779	GUSTAVO DA SILVA SALLES	GRADUAÇÃO	EDIFICAÇÕES
26	1367641	HELANE SUZIA SILVA DOS SANTOS	MESTRADO	BIOLOGIA VI
27	1819387	HERLON RICARDO SEIXAS NUNES	MESTRADO	HISTÓRIA
28	2872909	JEANE CLEIDE BERNARDINO NASCIMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	PORTUGUES/IN GLES
29	1842409	JESSIANA RODRIGUES BARBOZA	ESPECIALIZAÇÃO	PORTUGUES/E SPANHOL
30	1819656	JOSALIDIA SOUSA DOS REIS	MESTRADO	PORTUGUES/IN

				GLES
31	1542924	JOSE ANTONIO RENAN BERNARDI	DOUTOR	BIOLOGIA IV
32	1325455	JOSE ANTONIO SALGADO DE MOURA MUNIZ	MESTRADO	RECURSO PESQUEIRO
33	1949035	JOSÉ RICARDO PATRÍCIO DA SILVA SOUZA		FÍSICA
34	1671607	JOSINALDO REIS DO NASCIMENTO	MESTRADO	RECURSO PESQUEIRO
35	1660457	KATIA REGINA JESUS DA COSTA	ESPECIALIZAÇÃO	TURISMO
36	1178114	LAURENIR SANTOS PENICHE	ESPECIALIZAÇÃO	ARTES
37	1819672	LOYANA DA COSTA SOUZA	ESPECIALIZAÇÃO	ED FÍSICA
38	2753812	LOUISE CRISTHINE MONTEIRO SILVA	ESPECIALIZAÇÃO	MATEMÁTICA
39	1579238	LUIZ ROCHA DA SILVA	MESTRADO	EDUCAÇÃO V
40	2799057	MARA LIBIA VIANA DE LIMA	MESTRADO	GESTÃO AMBIENTAL
41	1819495	MARCOS PAULO CINTRA DA SILVA	MESTRADO	MATEMÁTICA
42	2374751	MARILUZIO ARAUJO MOREIRA DA SILVA	ESPECIALIZAÇÃO	ARTES
43	1842651	MARY RODRIGUES BARROSO	ESPECIALIZAÇÃO	TURISMO
44	1570399	MAYARA MENDES LEAL	MESTRADO	
45	1544932	MAURO ANDRE DAMASCENO DE MELO	MESTRADO	BIOLOGIA V
46	2501930	NIVIA MARIA VIEIRA COSTA	MESTRADO	EDUCAÇÃO V
47	2572697	PATRICK FELIX ALMEIDA DA SILVA	ESPECIALIZAÇÃO	INFORMÁTICA
48	1671206	REGINALDO DA SILVA	MESTRADO	MATEMÁTICA
49	1820751	RILDO DE SOUSA SANTOS	ESPECIALIZAÇÃO	SANEAMENTO
50	1819905	ROBERTO SENNA RODRIGUES	ESPECIALIZAÇÃO	GESTÃO AMBIENTAL
51	1530330	SÉRGIO RICARDO PEREIRA CARDOSO	DOUTOR	FILOSOFIA
52	1883834	VITOR HUGO LOPES BRANCO	MESTRADO	EDIFICAÇÕES
53	1972197	WALBERT CUNHA MONTEIRO	GRADUAÇÃO	INFORMÁTICA
54	1654770	WELLINGTON VASCONCELOS MORAES	ESPECIALIZAÇÃO	INFORMÁTICA

13.5 PROPOSIÇÕES QUANTO A INFRAESTRUTURA DO CÂMPUS

1. Tanques para manuseio de aquicultura;
2. Construção de um laboratório de Petróleo e gás para atendimento desse curso;
3. Construção de uma represa com vistas a ser utilizado nos cursos;
4. Atividades para adequação da horta com os tratamentos culturais;
5. Uso da lancha;
6. Construção de um estacionamento devidamente coberto;
7. Galochas brancas para utilização nas aulas externas;
8. Construção de um aquário educacional;
9. Falta EPIs para utilização dos materiais de trabalho;
10. Mais pontos de energia (tomadas) nos laboratórios;
11. Iluminação das vias de acesso ao Câmpus;

12. Ônibus para viagens interestaduais com toda a estrutura para tal, como banheiro e poltronas adequadas (Leito ou semi-leito);
13. Conclusão do muro de proteção e limítrofe da área do Câmpus;
14. Colocação dos portões das escolas que estão na área comum;
15. Pouco recurso para atendimento do alunado;
16. Aquisição de uma ambulância;
17. Criação de uma sala para descanso dos servidores;
18. Criação de uma empresa Júnior e incubadora.
19. Aperfeiçoamento do sinal de internet para uso em todas as modalidades de ensino;
20. Criação de alojamento para alunos visitantes (de outros Câmpus).

13.6 RESUMO DOS DEBATES REALIZADOS

Todas as sugestões apresentadas têm cunho de adequação do Câmpus tanto para o alvo imediato que são os alunos, como para a comunidade civil que tem demandado a utilização das áreas do Câmpus.

Não se limita a um imediatismo e necessidades do que se percebe no agora, mas, com vistas a oferecer um contexto de ampliação em todas as áreas que envolvem a formação e a interação da Instituição com o meio em que está inserida.

Todo esse processo tem caráter que se coaduna fartamente com a missão do IFPA - Campus Bragança, que tem sua visão holística envolvendo todo o composto humano e ambiental que forma nossa região.

14 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP – CAMPUS BRGANÇA

A avaliação processual do PPP deve ser realizada bienalmente, de forma intercalada com a avaliação global, objetivando avaliar, na prática cotidiana da Instituição, a adequação das diretrizes definidas no PPP. Essa avaliação, em uma perspectiva de retroalimentação, possibilita elaborar estratégias e ações de intervenção, identificando aspectos positivos, incoerências ou conflitos entre a prática institucional e as diretrizes propostas. Para cada dimensão estratégica, tendo por referência o Documento-Base do PPP e os resultados da avaliação institucional, devem ser definidos, nos coletivos apropriados e sob a coordenação da respectiva Diretoria de Ensino, os mecanismos e/ou os instrumentos específicos, seguindo as fases necessárias para a condução do processo.

Desse modo, devem ser planejadas reuniões, como espaços coletivos de discussão no âmbito do câmpus, e sistematizados fóruns, como espaços coletivos de deliberação em âmbito institucional. O Quadro 1 contempla a descrição das fases constituintes da avaliação processual do PPP.

Quadro 1 – Fases da avaliação processual do PPP

FASE	DESCRIÇÃO
Planejamento e organização do processo	Definição colegiada das estratégias e do cronograma a serem utilizados, bem como dos métodos e dos procedimentos para coleta de dados (revisão de documentos, observação, aplicação de questionários e entrevistas, entre outros)
Sensibilização para a participação coletiva no processo	Realização de reuniões de sensibilização. Utilização de estratégias, metodologias e técnicas participativas e dinâmicas (de adesão voluntária).
Sistematização de documentos e/ou elaboração de instrumentos para a avaliação diagnóstica	Elaboração de questionários com perguntas relativas ao diagnóstico. Utilização de informações obtidas no processo avaliativo institucional inerente à dimensão estratégica avaliada. Avaliação por meio de indicadores, variáveis e dimensões associadas às diretrizes estabelecidas no PPP.
Aplicação de instrumentos avaliativos	Aplicação dos instrumentos avaliativos junto à comunidade acadêmica, envolvendo gestores, professores, técnicos-administrativos e estudantes.

Sistematização e análise preliminar de resultados, dados e informações	Sistematização dos resultados dos instrumentos aplicados, coleta e organização de documentos (autoavaliação institucional, relatórios diversos, registros de reuniões, resultados de avaliações, dados estatísticos). Análise de documentos e de resultados de processos avaliativos.
Planejamento e elaboração de ações de intervenção	Análise da autoavaliação institucional, de vários documentos institucionais e dos resultados do diagnóstico. Elaboração de um relatório de avaliação processual e de um plano de ação processual, por decisão colegiada, constando de conclusões, recomendações, diretrizes e ações de intervenção. Utilização de reuniões, como espaços coletivos de discussão no âmbito de cada câmpus e da Reitoria, e de fóruns, como espaços deliberativos em âmbito institucional.
Divulgação dos resultados do processo e das ações de intervenção	Elaboração e desenvolvimento de estratégias de divulgação, de modo a contemplar o coletivo institucional implicado no processo avaliado.

O resultado esperado dessa avaliação é a elaboração de um relatório de avaliação global, contendo a sistematização do processo, e de um plano de ação global, com a reafirmação do PPP vigente ou, caso necessário, a indicação de redimensionamento das políticas, das diretrizes e das ações institucionais e de revisão do Documento-Base do PPP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, L. **Saber cuidar**: ética do humano na compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOLZAN, D. **Formação de professores**: compartilhando e reconstruindo conhecimentos. Porto Alegre: Mediação, 2002. 176p.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio**. Brasília, 1999.

_____. Ministério da Educação. Portaria Nº 2.678, de 24 de setembro de 2002. Dispõe sobre a política de diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de aplicação, compreendendo especialmente a Língua Portuguesa. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, seção, 1, p. 27, 26 set. 2002

_____. Ministério da Educação. Portaria Nº 1.679, de 02 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf >. Acesso em: 21 nov. 2013.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP 28/2001. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jan. 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/SES 15/2005. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF., 13 mai. de 2005.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Educação profissional. **Indicações para a ação**: a interface educação profissional/educação especial. Brasília, 2008.

_____. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Diário Oficial da União**, 27 out 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm >. Acesso em: 21 nov. 2013.

_____. Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 18 abr 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm >. Acesso em: 21 nov. 2013. (revogado pelo Decreto nº 5.154, de 2004).

_____. Decreto 69.927, de 13 de janeiro de 1972. Institui em caráter nacional, o Programa "Bolsa de Trabalho". **Diário Oficial da União**, Seção 1 – 14 jan. 1972, p.345. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 21 nov. 2013.

_____. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 25 abr. 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm >. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 20 dez. 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm >. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 30 dez. 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm >. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 30 ago. 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm >. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília, 2008.

CALDART, Roseli. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge et al (Orgs.). **Educação do Campo: identidades e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

_____. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção In: ARROYO, Miguel Gonzalez; _____. MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. A educação do campo e a perspectiva de transformação da forma escolar. In: MUNARIM, Antônio; BELTRAME, Sônia; CONTE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma Isabel (Orgs.). **Educação do campo**: reflexões e perspectivas. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2011.

CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

COLL, C. et al. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2003.

CONVENÇÃO DA ONU (2006) p.65

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. [S.l;s.n], 1948. Disponível em: < http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/comparato_hist_dudh.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 4.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

_____. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Edição de bolso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIMENO SACRISTÁN, J; PÉREZ GÓMEZ, A. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. Conselho Superior. Regulamenta a política de assistência ao estudante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. **Resolução n. 134**, de 4 de dezembro de 2012. Disponível em: < <http://www.sigp.ifpa.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=7092&key=2760caa59e1fb7d774ea2826764f690e>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação dialógica**. Disponível em: <<http://luckesi.blog.terra.com.br/2009/03/25/avaliacao-dialogica/>>. Acesso em: 20 set. 2009.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. A hora da virada. **INCLUSÃO – Revista da Educação Especial**. v.01. 2005, p. 24.

MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOLINA, Mônica C; FREITAS, Helena Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 1-177, abr. 2011.

MUNARIM, Antônio. Educação do campo e políticas públicas: controvérsias teóricas e políticas. In: _____; BELTRAME, Sônia; CONTE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma Isabel (Orgs.). **Educação do campo**: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas. Florianópolis: Insular, 2011.

OLIVEIRA. J. R. **Artigo educação inclusiva e o ato de conviver com as diferenças na educação especial**. Sobral: [s.n], 2010.

PARÁ. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Direção Geral do Campus Bragança. Nomeia a Comissão Permanente de Assistência Estudantil, composta por 19 membros de diversas áreas do conhecimento que compõe a equipe multidisciplinar. **Portaria n. 22**, de 06 de março de 2013. Bragança: GAB, 2013.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Direção Geral do Campus Bragança. Nomeia a Comissão Permanente de Assistência Estudantil, composta por 19 membros de diversas áreas do conhecimento que compõe a equipe multidisciplinar. **Portaria n. 58**, de 01 de agosto de 2012. Bragança: GAB, 2012.

RAMALHO, L. E. G. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional**. Juiz de Fora: [s.n.], 2013.

ROMÃO, J. E. **Avaliação dialógica**: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1998.

SASSAKI, Romen Kazumi. Inclusão: O paradigma do Século 21. **INCLUSÃO – Revista da Educação Especial**. vol. 01. 2005, p.19.

SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória**: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 19.ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2003.

SILVA, Aline Maira. **Educação especial e inclusão escolar**: história e fundamentos. Curitiba: Ibpex, 2010.

SOLÉ, I.; COLL, C. Os professores e a concepção construtivista. In: COLL. C et al. **O construtivismo na sala de aula**. 6.ed. São Paulo: Ática, 1996. p.9-28. (Série Fundamentos).

SOUZA, Arivaldo Santos. **Ações afirmativas origens, conceito, objetivos e modalidades**. 2006. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/9487/acoes-afirmativas>>. Acesso em: 08 fev. 2011.

VASCONCELOS, N. B. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. Uberlândia: [s.n], 2010.

_____. Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino e aprendizagem e projeto político pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ANEXOS

CAMPUS BRAGANCA

ITEM	TÍTULO DO PROJETO e/ou AÇÃO resumido	VALOR	SITUAÇÃO
1	Projeto restaurante estudantil	R\$ 2.946.943,22	Projeto pronto
2	Projeto ginásio poliesportivo	R\$ 4.680.359,41	Projeto pronto
3	Projeto cobertura da quadra	R\$ 850.000,00	Sem projeto
4	Projeto da Enfermaria (Independente)	R\$ 40.000,00	Sem projeto
5	Projeto Bloco Salas de Aula	R\$ 1.800.000,00	Sem projeto
6	Projeto Bloco (ensino) de coordenações de cursos	R\$ 1.800.000,00	Sem projeto
7	Projeto Bloco Laboratórios	R\$ 700.000,00	Sem projeto
8	Projeto Garagem e Alojamento (motorista)	R\$ 500.000,00	Sem projeto
9	Projeto de Prédio de informática (Tecnológico)	R\$ 1.800.000,00	Sem projeto
10	Laboratório de controle e monitoramento ambiental.	R\$ 300.000,00	Sem projeto
11	Sala multifuncional para atendimento a pessoas com deficiência com estrutura física adaptada (PNE).	R\$ 200.000,00	Sem projeto
14	Laboratório edificações	R\$ 1.800.000,00	Sem projeto
13	Estábulo para criação de bovinos, Pocilda para criação de porcos, Aviários para criação aves, Aprisco para criação de cabras e galpão para guardar alimento, medicamentos e equipamentos.	R\$ 350.000,00	Sem projeto
14	Tangues para manuseio de aquicultura	R\$ 300,00	Sem projeto
15	Alojamento para Alunos	R\$ 700.000,00	Sem projeto
TOTAL GERAL		18.467.602,63	

APÊNDICES